

PORTUGUESE STUDIES REVIEW

Volume 22 • Number 2
Winter 2014

ISSN 1057-1515

Interdisciplinary

*Exploring the Crossroads and
Perspectives of Lusophone Studies I*

Issued in Celebration of the Founding
of the Lusophone Studies Association (2013)

Editors: Ivana Elbl and
Martin Malcolm Elbl

PS
R

VOLUME 22 • NUMBER 2

PORTUGUESE STUDIES REVIEW

WINTER 2014

VOLUME 22 • NUMBER 2 • 2014 (RELEASED 2016)

PORTUGUESE STUDIES REVIEW

Chief Editor: IVANA ELBL

Associate Editors: TIMOTHY COATES
ANTÓNIO COSTA PINTO
JOSÉ C. CURTO
MARIA JOÃO DODMAN
MARTIN M. ELBL

Editor Emeritus: DOUGLAS L. WHEELER

International Editorial Board

JULIET ANTUNES SABLOSKY
Georgetown University

FRANCIS DUTRA
UCAL, Santa Barbara

WILSON ALVES DE PAIVA
Pontifícia Universidade
Católica de Goiás

CARLOS BALSAS
Arizona State University

SUSANNAH HUMBLE FERREIRA
University of Guelph

RENÉ PÉLISSIER
Orgeval, France

MARCELO BORGES
Dickinson College

HAROLD JOHNSON
University of Virginia

MARIA FERNANDA ROLLO
Universidade Nova de Lisboa

CAROLINE BRETTELL
SMU, Dallas (TX)

ROBERT A. KENNEDY
York University (Toronto)

STANLEY PAYNE
U. of Wisconsin, Madison

MICHEL CAHEN
CNRS / Sciences Po,
Bordeaux

STEWART LLOYD-JONES
ISCTE, Lisbon

FERNANDO NUNES
Mount St. Vincent University

AN IMPRINT OF BAYWOLF PRESS/ÉDITIONS BAYWOLF (2012 -)

Peterborough, Ontario

<http://www.trentu.ca/psr> (mirror); <http://www.maproom44.com/psr>

FORMERLY PUBLISHED BY THE PORTUGUESE STUDIES REVIEW (2002-2011)

Printed and bound in Peterborough, Ontario, Canada.

Design, digital setting, general production: Baywolf Press/Éditions Baywolf.



Pro Forma Academic Institutional Host, 2002-2016: Lady Eaton College
(Trent University)

© 2014-2016 Baywolf Press/Éditions Baywolf and Portuguese Studies Review. All rights reserved.

This publication is protected by copyright. Subject to statutory exceptions and to the provisions governing relevant collective licensing agreements or open access distribution nodes in which the publisher participates, no commercial reproduction or transmission of any part, by any means, digital or mechanical, including photocopy, recording, or inclusion in data storage and retrieval systems, may take place without the prior written consent of Baywolf Press/Éditions Baywolf.

National Library of Canada Cataloguing Data

Portuguese Studies Review

ISSN 1057-1515

Semiannual

v. : ill. : 23 cm

1. Portugal—Civilization—Periodicals. 2. Africa, Portuguese-speaking—Civilization—Periodicals. 3. Brazil—Civilization—Periodicals. 4. Portugal—Civilisation—Périodiques. 5. Afrique lusophone—Civilisation—Périodiques. 6. Brésil—Civilisation—Périodiques.

DP532 909/.0917/5691005 21

Library of Congress Cataloguing Data

Portuguese Studies Review

ISSN 1057-1515

Semiannual

v. : ill. : 23 cm

1. Portugal—Civilization—Periodicals. 2. Africa, Portuguese-speaking—Civilization—Periodicals. 3. Brazil—Civilization—Periodicals.

DP532 .P67 909/.091/5691 20 92-659516

EXPLORING THE CROSSROADS AND
PERSPECTIVES OF LUSOPHONE STUDIES I

⌘

ISSUED IN CELEBRATION OF THE FOUNDING OF THE
LUSOPHONE STUDIES ASSOCIATION (2013)



EDITORS

IVANA ELBL
TRENT UNIVERSITY

MARTIN MALCOLM ELBL
PORTUGUESE STUDIES REVIEW & BAYWOLF PRESS/ÉDITIONS BAYWOLF

PORTUGUESE STUDIES REVIEW
VOLUME 22, No. 2 2014 (REL. 2016)

CONTENTS

*Either Side of the Ocean's Shore ~ Early Modern
Portugal/Early Modern Brazil*

Um papa entre dois casamentos : Gregório XIII e a sucessão de Portugal (1578-80)	<i>Jacqueline Hermann</i>	3
Evidências do cotidiano das mulheres na Paraíba colonial (1585 – 1630)	<i>Luisa Stella de Oliveira Coutinho Silva</i>	39
La ruta portuguesa de los biombos (s. XVI-XVIII)	<i>Alberto Baena Zapatero</i>	61
Religião e sexualidade em conventos femininos	<i>Álvaro Cardoso Gomes, Alzira Lobo de Arruda Campos and Eliane de Alcântara Teixeira</i>	101
Uma cidade à beira-mar : o Rio de Janeiro no cenário da Guerra de Sucessão	<i>Ângela Domingues</i>	119

*Either Side of Human Thought ~ Writing Identities,
Narratives, Biographies, Autobiographies*

The Heirs of Herodotus: Historians' Academic Performance Reports as Institutional Autobiography in Brazilian Universities	<i>Wilton C. L. Silva</i>	149
History Tellers: The Griots Keeping Popular Narratives Alive	<i>Denise Marcos Bussoletti and Vagner de Souza Vargas</i>	175
“Eu sou o fruto de uma aliança entre Portugal e Angola” : contributos da pesquisa biográfica para o debate acerca da lusofonia	<i>Marina Simões Galvanese</i>	193
L'adieu au poète : Glauber Rocha et <i>L'Âge de la Terre</i>	<i>Erika Thomas</i>	219

CONTRIBUTORS

ELIANE DE ALCÂNTARA TEIXEIRA é Professora Titular de Literatura Portuguesa da UNIBR, São Sebastião.

ALBERTO BAENA ZAPATERO es doctor en Historia Moderna por la Universidad Autónoma de Madrid, es profesor de la Universidade Federal de Goiás (Brasil) e investigador correspondente del Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (CHAM) de la Universidade Nova de Lisboa y de la Universidade das Açores.

ÂNGELA DOMINGUES é Investigadora auxiliar com habilitação do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Doutorada em História dos Descobrimentos e da Expansão (séculos XV a XVIII) (FCSH/NOVA, 1998); Mestre (programa de 4 anos) em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (séculos XV a XVIII) (FCSH/NOVA, 1989); Investigadora Associada do Centro de História d'Aquém e D'Além Mar.

MARINA GALVANESE é Mestre em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra, Bacharel em História pela Universidade de São Paulo e Investigadora Jr. do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, onde é bolsista de investigação do projeto “Pesquisa das migrações e abordagem biográfica”. Trabalha sobre migrações, biografias, história de Portugal.

JACQUELINE HERMANN is Associate Professor at the Institute of History, Federal University of Rio de Janeiro; PhD in Social History from the Fluminense Federal University; scholar of Luso-Brazilian messianism and its political, religious and cultural dimensions. She is the author of diverse articles and of the books *No Reino do Desejado* (Companhia das Letras, 1998); *O Sonho da Salvação, 1580-1600* (Companhia das Letras, 2000), as well as co-editor of *Memória, Escrita da História e Cultura Política no Mundo Luso-Brasileiro* (Fundação Getúlio Vargas, 2013).

ALZIRA LOBO DE ARRUDA CAMPOS é Bacharel e Licenciada em História, Mestre e Doutora em História Social, pela Universidade de São Paulo, Livre-docente em Metodologia da História pela Universidade Júlio de Mesquita. Seus trabalhos filiam-se à História das Mentalidades e são interdisciplinares, dialogando especialmente com a Literatura, a Antropologia e a Psicologia. Atualmente, integra o quadro de docentes-pesquisadores da Universidade de Santo Amaro.

DENISE MARCOS BUSSOLETTI is Doctor in Psychology by the Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pontifical University of the Rio Grande do Sul - PUCRS), Associate Professor at the Universidade Federal de Pelotas (Federal University of Pelotas – UFPEL). She works in the Post-Graduation Program in Education, in the Faculty of Education. She is currently Pro-Dean of Culture and Extension. She has published more than seventy articles in Brazilian and international journals, twelve books and nineteen book chapters, as author/co-author/organizer. Her experience is in Education and Psychology, with emphasis in Social Psychology, working on the themes of social identity, memory and popular narratives.

LUISA STELLA DE OLIVEIRA COUTINHO SILVA é advogada em Portugal e no Brasil. Graduou-se em Direito e Psicologia no Brasil, e obteve seu mestrado em História do Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde desenvolve atualmente seu doutorado sobre colonialismo, gênero e História do Direito.

CONTRIBUTORS—PORTUGUESE STUDIES REVIEW 22 (2) (2014) VII-VIII

WILTON C. L. SILVA is Master in Sociology (UNICAMP), PhD in History (UNESP) and Associate Professor in Methodology of Historical Research (UNESP). He conducts research on biographical writing, autobiography, academic performance reports, and intellectual history.

VAGNER DE SOUZA VARGAS is an actor, and a graduate in Theatre. He is currently a PhD Student in the Post-Graduate Program in Education, at the Universidade Federal de Pelotas (Federal University of Pelotas - UFPEL), and holds a scholarship from CAPES.

ERIKA THOMAS est professeur docteur habilité à diriger des recherches en cinéma, anthropologie visuelle, et audiovisuel à la FLSH-ICL Lille (France), et chercheur à l'Université d'Artois (France). Spécialiste du Brésil, elle est l'auteur de nombreux livres et articles sur le cinéma brésilien.

ABSTRACTS

Um papa entre dois casamentos: Gregório XIII e a sucessão de Portugal (1578-80) *(Jacqueline Hermann)*

Este texto discute a ação do papa Gregório XIII no contexto da disputa sucessória portuguesa entre 1578 e 1580. Depois do desaparecimento do celibatário D. Sebastião na batalha de Alcácer Quibir, em agosto de 1578, o velho Cardeal D. Henrique assumiu o governo do reino. Mediando uma dura batalha sucessória que opôs candidatos como Felipe II, Rei de Espanha, e a duquesa de Bragança, vislumbrou D. Henrique uma saída para dar continuidade à dinastia de Avis: pedir licença ao papa para o seu próprio casamento. Além da resistência de Roma e das pressões de Felipe II para impedir a dispensa, o Cardeal Rei viu-se desafiado por inusitado pretendente, seu sobrinho bastardo D. Antônio, Prior do Crato. Para superar a ilegitimidade que o tirava da disputa, D. Antônio tentou obter o reconhecimento do casamento de seus pais, supostamente ocorrido quase 50 anos antes.

This paper discusses the role of Pope Gregory XIII in the Portuguese dispute over succession to the throne in 1578 to 1580. After the bachelor King D. Sebastião was lost in the Battle of Ksar el-Kebir in August 1578, the aging Cardinal D. Henrique shouldered the governance of the realm. Enmeshed in a sharp contest for succession that involved candidates such as Philip II, King of Spain, and the Duchess of Bragança, D. Henrique sought expedients to ensure the continuity of the Avis dynasty: in this instance a request to the Pope for a dispensation to marry. Besides resistance from Rome and pressures from Philip II to obstruct the required dispensation, the Cardinal King found himself confronted with an unexpected rival — his illegitimate nephew D. Antônio, Prior of Crato. To overcome the barrier of his illegitimacy, D. Antônio attempted to secure legal recognition of his parents' marriage, which had supposedly taken place fifty years earlier.

Evidências do cotidiano das mulheres na Paraíba colonial (1585 – 1630) *(Luisa Stella de Oliveira Coutinho Silva)*

Este trabalho estudou a situação jurídica das mulheres na Capitania da Paraíba desde sua fundação, ocorrida por volta do ano de 1585, até os anos 30 do século XVII, antes das invasões holandesas. A partir da História do Direito Português foi analisada especificamente a legislação aplicada no Brasil Colonial acerca das mulheres nas práticas conjugais, no direito de propriedade e sucessão, nas Ordenações Filipinas e na documentação do Santo Ofício, em especial, processos, livros de denúncias, confissões e ratificações. Com esse levantamento, buscou-se nos arquivos brasileiros e portugueses documentos históricos que evidenciassem a aplicação da legislação analisada diante da na vida cotidiana das mulheres da capitania em estudo.

The present study focuses on the judicial standing of women in the Brazilian Captaincy of Paraíba, from its official foundation around 1585 to 1630's (prior to the Dutch invasions). Using the history of Portuguese law as a methodological base, the study analyzes legislation applicable to women in Colonial Brazil with respect to marital arrangements, property, and succession. The legislation covered here is drawn from the *Ordenações Filipinas* and from Inquisition sources, particularly the records of judicial proceedings, books of denunciations, confessions, and ratifications. The project sought to pinpoint in Brazilian and Portuguese archives historic-

al sources apt to shed light on ways in which pertinent legislation shaped the daily life of women in the Captaincy.

La ruta portuguesa de los biombos (s. XVI-XVIII) (*Alberto Baena Zapatero*)

Entre las mercancías que cada año llegaban hasta occidente en los barcos del Estado da Índia abundaron las sedas, las especias, el té, las porcelanas y las piedras preciosas, pero también hubo espacio para algunos objetos de lujo como los biombos. A partir del estudio de estas obras de arte, el artículo reflexiona sobre los intercambios comerciales y culturales que la expansión ibérica propició. Los biombos ayudan a entender el sistema de encargo de obras de arte, la adaptación de los artesanos asiáticos a las demandas occidentales, la evolución de las modas, o los cambios de significado que tuvo este objeto en su recorrido por diferentes continentes.

The commodities that each year arrived in the West from India included an abundance of silk fabrics, spices, tea, porcelain, and precious stones, but the cargoes also featured some other luxury items, such as folding screens. These art objects furnish a base, in the present article, for reflections on the cultural and commercial exchange facilitated by the Iberian expansion. The folding screens permit us to shed light on the commissioning system for works of art, on the adaptability of Asian artisans to Western demand, on the evolution of fashion, and on the shifting patterns of meaning that the objects acquired along their trajectories across different continents.

Entre as mercadorias que cada ano chegavam até occidente nos barcos do Estado da Índia abundaram as sedas, as especiarias, o chá, as porcelanas e as pedras preciosas, mas também houve espaço para alguns objetos de luxo como os biombos. A partir do estudo de estas obras de arte, o artigo reflete sobre os intercâmbios comerciais e culturais que a expansão ibérica propiciou. Os biombos ajudam a entender o sistema de encomenda de obras de arte, a adaptação dos artesãos asiáticos as demandas ocidentais, a evolução das modas, ou as mudanças de significado que teve este objeto no seu percurso pelos diferentes continentes.

Religião e sexualidade em conventos femininos (*Álvaro Cardoso Gomes, Alzira Lobo de Arruda Campo and Eliane de Alcântara Teixeira*)

Este artigo analisa os recursos retóricos utilizados por Sórora Mariana Alcoforado, em suas famosas *Cartas*, para compor um engenhoso jogo de persuasão, tipicamente barroco, com o fito de seduzir e envolver o destinatário-amante, o Conde de Chamilly, assim como as beatas e de freiras, que se utilizaram da crença na magia como um mecanismo de compensação a uma sexualidade frustrada.

This article analyzes the rhetorical devices used by Sister Mariana Alcoforado in her famous *Letters*, as components eliciting an ingenious and typically Baroque game of persuasion, a means to seducing and involving her correspondent-lover, the Count of Chamilly. Parallels are drawn with the *beatas* and nuns who leveraged a belief in magic as a compensatory mechanism to relieve frustrated sexuality.

Uma cidade à beira-mar: o Rio de Janeiro no cenário da Guerra de Sucessão (*Ângela Domingues*)

Os ataques corsários que a cidade do Rio de Janeiro conheceu em 1710 e 1711 são um exemplo

cabal de como o cenário de violência nos mares teve consequências nos portos coloniais marítimos e no comércio à escala global. Um dos cenários privilegiados destes conflitos foi a costa americana e o Atlântico Sul. Os ataques ao Rio de Janeiro são considerados neste artigo como um dos episódios da Guerra de Sucessão mais lesivos à coroa portuguesa. Refletem o reconhecimento que a Europa tinha da crescente ascensão do Rio de Janeiro como porto escoador do ouro proveniente das Minas. Mas mostram também como as decisões de alta política tomadas na Europa se repercutiam nas periferias imperiais. Nesse sentido, os assaltos de Du Clerc e Du Guay-Troin ganham uma outra dimensão se forem entendidos no âmbito mais abrangente dos ataques direccionados aos portos portugueses no Atlântico Sul.

The corsair attacks that Rio de Janeiro experienced in 1710 and 1711 constitute a prime example of the modalities through which violence at sea spilled over into colonial ports and affected maritime trade on a global scale. One of the key theatres of these clashes was the American coastline and the South Atlantic. In the present article the targeting of Rio de Janeiro is considered to have been one of the facets of the War of Succession that harmed the Portuguese Crown the most. The attacks reflected the growing awareness in Europe of Rio de Janeiro's rise as an outlet for gold arriving from the Minas region of Brazil. They also illustrate, however, the spill-over effects, across the imperial peripheries, of top-level policy decisions formulated in Europe. In this sense, the campaigns conducted by Du Clerc and Du Guay-Troin acquire an added dimension if set into the broader context of strategies against Portuguese ports in the South Atlantic in general.

The Heirs of Herodotus: Historians' Academic Performance Reports as Institutional Autobiography in Brazilian Universities (*Wilton C. L. da Silva*)

In the Brazilian academic tradition, autobiographical expression has been quite rare among intellectuals, including historians. Many if not most institutions require, however, for purposes of professional progression through the ranks, the submission of performance reports that in fact constitute a type of "writing the self" that conflates personal and intellectual/public trajectories. As a rare manifestation of autobiographism in the local academia, performance reports furnish a unique venue for legitimate intellectual speech about oneself. Once the framework imposed by the normative and regulatory settings of academic-scientific discourse is unlocked, it is possible to recover from such material a multiplicity of identities and referents emergent in the space between the experienced, the remembered, and the narrated, as part of a writing process imbued with a variety of subjective aspects. The performance reports constitute a rich and unexplored historiographic source that may help us to understand individual academic trajectories, promote prosopographic research, and explore the historical and social processes involved in professional formation and career-shaping within Brazilian academic life. Such sources also allow researchers to better identify the dynamics of various theoretical and methodological trends within the relevant disciplines, trends that the performance reports capture in a context of self-representation.

History Tellers: The *Griots* Keeping Popular Narratives Alive (*Denise Marcos Bussoletti and Vagner de Souza Vargas*)

The Nucleus of Arts, Languages, and Subjectivity (NALS) at the UFPEL works to develop activities that promote academic knowledge and cultural activities in the city of Pelotas/RS. One of these activities involves a *griot* who works telling stories of her African ancestors, and of

their survival through the centuries, in Brazil. The goal of this article is to describe the *griot's* activities, which unfold in conjunction with NALS projects, and relate them to the concepts of “Pedagogia da Fronteira” (Frontier Pedagogy) and “Estética da Ginga” (Ginga’s Esthetic). By telling her stories and conducting workshops, the *griot* puts in practice many of these concepts, thus expanding perceptions and meanings that touch on the notions of difference, diversity, and cultural heritage as positive features constituting our society. Through this vector, the *griot* contributes to the recognition that all such diverse nuances jointly mould the identity of the local population.

“Eu sou o fruto de uma aliança entre Portugal e Angola”: contributos da pesquisa biográfica para o debate acerca da lusofonia (*Marina Galvanese*)

Nos anos 1990, Portugal se repensava enquanto nação e era o destino preferencial dos imigrantes das antigas colónias. O discurso da lusofonia, que informava as políticas migratórias adotadas, foi alvo de críticas feitas por académicos e intelectuais. Longe do debate, os imigrantes re-negociavam suas pertenças identitárias. É o caso de Lucinda, cuja narrativa autobiográfica será analisada. Filha de um colono com uma nativa angolana, Lucinda emigrou para Portugal em 1993. Sua história percorre Portugal e Angola tecendo uma identidade mista incapaz de ser captada por qualquer dos pólos do debate acerca da lusofonia. Este trabalho, ancorado na pesquisa biográfica, buscará (i) mostrar os limites do referido debate; (ii) refletir sobre as construções identitárias no Portugal pós-colonial; (iii) trazer uma perspectiva mais humana das relações coloniais. Para tanto, examinará a discussão em torno da lusofonia, apresentará a biografia de Lucinda e analisará a forma como, em sua narrativa, molda sua identidade.

During the 1990s Portugal, while rethinking itself as a nation, was the main destination for migrants from former colonies. The Lusophony discourse, which underpinned the prevalent migration policies, was heavily criticized by scholars and intellectuals. Oblivious to the controversy, the migrants negotiated their own identities. We present here the case study of Lucinda, the daughter of a Portuguese expatriate and an Angolan woman, who migrated to Portugal in 1993. Her story spans Portugal and Angola, weaving an interstitial identity that cannot be subsumed under any of the strands of the Lusophony controversy. The present work, grounded in biographical research, engages with the controversy, presents Lucinda’s biography, and analyzes the ways in which she managed to convey her own identity through narrative. In so doing, the study aims (i) to explore the boundaries of the Lusophony controversy; (ii) to ponder identity construction in post-colonial Portugal; and (iii) to contribute a human dimension to colonial relationships.

L’adieu au poète : Glauber Rocha et *L’Âge de la Terre* (*Erika Thomas*)

Cinéaste et théoricien critique du *cinema novo* Glauber Rocha sort son film testament *L’Âge de la Terre* en 1980. Relever du collage et de la rime, utilisant les figures de styles comme la métaphore ou l’accumulation, ce film incompris au moment de sa sortie peut être perçu aujourd’hui comme une déconstruction baroque et poétique du langage cinématographique conventionnel. Dans la diégèse, le cinéaste raconte que la mort de Pasolini est l’origine de ce film où des figures christiques surgissent pour questionner le Brésil et son peuple à partir de d’un cheminement allant de la genèse à nos jours.

Cineasta e teórico crítico do Cinema Novo, Glauber Rocha, apresenta seu filme testamento *A Idade da Terra* em 1980. Utilizando a poetica da colagem e da rima, com varias figuras de estilo

como a metáfora ou acumulação, o filme - incompreendido quando lançado - pode ser visto hoje como uma desconstrução barroca e poética da linguagem cinematográfica convencional. Na diégese, o cineasta conta que a morte de Pasolini é a origem deste filme onde figuras Cristicas surgem para questionar o Brasil e seu povo numa viagem desde as origens até o presente.

Glauber Rocha, a filmmaker and critical theoretician of the *Cinema Novo*, released his cinematic testament *A Idade da Terra* in 1980. Tied into a poetics of collage and rhyme and using such forms of stylistic expression as the metaphor or rhetorical accumulation, this film that has met with widespread incomprehension when first released can today be perceived as a Baroque and poetic deconstruction of the conventional cinematographic language. In the diegesis, the filmmaker conveys the idea that the death of Pasolini stood at the inception of *A Idade da Terra*, a film that projects a surge of Christ-like figures arising to probe the nature of Brazil and of its people in a parcours stretching from the origins to the present.

EITHER SIDE OF THE OCEAN'S SHORE

~

EARLY MODERN PORTUGAL / EARLY MODERN BRAZIL



Um papa entre dois casamentos : Gregório XIII e a sucessão de Portugal (1578-80)¹

Jacqueline Hermann

*Professora Associada do Instituto de História
Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil*

ASSIM QUE AS PRIMEIRAS notícias sobre a derrota portuguesa em Alcácer Quibir, Norte da África, chegaram a Portugal, entre 10 e 11 de agosto de 1578, as murmurações tomaram conta do reino. Entre incrédulos e ansiosos por notícias, nobreza, clero e povo passaram a buscar informações, disseminar boatos, alimentar expectativas sobre o desfecho do trágico acontecimento. D. Sebastião e, segundo cronistas de época, boa parte da população masculina de Portugal, seguiu para o enfrentamento dos mouros na Berberia, sendo derrotados na fatídica batalha em 4 de agosto de 1578. Oficialmente, os governadores incumbidos da direção do reino na ausência do rei D. Sebastião, sem alarde, procuraram imediatamente o Cardeal D. Henrique, então retirado no mosteiro de Alcobaça. O tio-avô de D. Sebastião jamais aprovara a aventura africana, muito menos a presença do sobrinho na temerária batalha, deixando o reino sem garantia de sucessão.

Nomeada pouco antes da partida da expedição para a África, em junho de 1578, a Junta de Governadores² não contava com a presença do Cardeal D. Henrique, cabendo sua direção exatamente a um desafeto seu, em contexto de declarada animosidade entre o rei e o velho tio. Mas a gravidade das notícias que chegavam da Berberia levaram àquele que, pela precedência, sucederia o trono português³. Como não havia certeza sobre a morte de D. Se-

¹Esta pesquisa conta com apoio do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq)/Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil.

²A Junta era composta pelo arcebispo de Lisboa, D. Jorge de Almeida, D. João de Mascarenhas e Francisco de Sá, ambos do Conselho de Estado, e pelo Vedor da Fazenda, Pero de Alcáçova Carneiro, todos assistidos pelo secretário do rei, Miguel de Moura.

³Para uma análise da conjuntura que levou aos desentendimentos do Cardeal D. Henrique com D. Sebastião, ver José Maria de Queiroz Velloso, *D. Sebastião, 1554-1578* (Lisboa:



bastião, o Cardeal foi proclamado curador, governador e sucessor do reino tão logo chegou a Lisboa, em 16 de agosto. Doze dias depois, D. Henrique foi aclamado rei, mas recebido com apreensão por parte da nobreza e do alto clero. Tinha então 66 anos, estava doente e casto por ofício, indicando um horizonte incerto quanto à questão que há tempos preocupava: a sucessão do reino⁴.

Este texto pretende levantar algumas questões sobre duas propostas, simultâneas e concorrentes, que tentaram dar continuidade à dinastia de Avis em Portugal: o projeto de casamento do Cardeal Rei e a candidatura de seu sobrinho ilegítimo, D. Antônio, Prior do Crato. Para isso, analisaremos os esforços empreendidos nas duas tentativas, bem como as pressões sofridas pela Santa Sé entre fins de 1578 e janeiro de 1580, data da morte do Cardeal D. Henrique. Roma teve papel fundamental e incontornável no encaminhamento das duas alternativas, uma vez que o Cardeal dependia da dispensa papal para casar, e o prior da legitimação do casamento de seus pais, supostamente ocorrido mais de 40 anos antes, única forma capaz de suspender o principal obstáculo a seu projeto monárquico – a bastardia.

Depois de Alcácer Quibir

Entre 1578 e 1580 D. Henrique enfrentou os mais variados tipos de pressão: assumir a Coroa em meio à comoção do desastre; administrar o resgate de boa parte da nobreza aprisionada no Marrocos e, o mais grave, mediar a delicada crise sucessória iniciada tão logo os rumores do desastre se espalharam pela Europa. A disputa sucessória estimulou os vários ramos genealógicos da monarquia a apresentarem suas candidaturas ao reino português, dando início a acirrada concorrência em momento já suficientemente difícil.

Em princípio, dois eram os mais fortes e evidentes candidatos: D. Catarina, duquesa de Bragança (1540-1614), neta de D. Manuel I por linha paterna, e Felipe II de Espanha (1527-1598), também neto do Venturoso, mesma as-

Empresa Nacional de Publicidade, 1945). A biografia recente de Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006) analisa mais detidamente os desentendimentos do rei com a avó, D. Catarina.

⁴D. João III e D. Catarina tiveram 9 filhos entre 1526 e 1539. Em 1531, depois do nascimento de 5 filhos, só 2 estavam vivos: a infanta D. Maria e o recém nascido D. Manuel. O nascimento de 5 potenciais herdeiros na década de 1530 – D. Manuel (1531-37); D. Felipe (1533-39); D. Dinis (1535-37); D. João (1537-1554) e D. Antônio (1539-1540) não garantiu a herança do reino: no início de 1540 o cenário de incerteza foi agravado pelas sucessivas perdas, e só D. Maria e D. João, futuro pai de D. Sebastião, estavam vivos.

condência portanto, mas por via materna. Nas regras de precedência isso podia favorecer a duquesa, não fosse esta mais jovem e mulher, empecilhos capazes de dificultar a disputa com o primo castelhano. Além destes, desde que as primeiras notícias sobre a confirmação oficial da morte de D. Sebastião – explicitada pela aclamação de D. Henrique –, outros pretendentes estrangeiros se apresentaram: o duque de Sabóia, também neto do Venturoso D. Manuel I, Manuel Felisberto, filho da infanta D. Beatriz (1504-1538) e do duque de Sabóia, Carlos III, e Rainúncio Farnese, bisneto de D. Manuel e filho do príncipe de Parma, Alexandre Farnese e da infanta portuguesa D. Maria (1538-1577). Catarina de Médicis chegou a reivindicar seus direitos, com base em remota ligação com o rei D. Afonso III, morto em 1279.

Mas antes mesmo que passasse a arbitrar tantas pressões, tudo indica que a primeira opção do Cardeal foi a de pensar na possibilidade dele mesmo dar continuidade à dinastia, casando-se e deixando descendência direta e indiscutível para o trono. Para isso, por ser religioso, precisava obter dispensa papal, licença que solicitou ao então papa Gregório XIII desde pelo menos fins de outubro de 1578, havendo menções de que desde setembro, portanto logo depois da aclamação, o assunto já teria sido cogitado. Segundo Antonio Brásio, em texto detalhado sobre *O problema do casamento do Cardeal-Rei*⁵, o tema tornou-se assunto obrigatório em todos os salões e objeto também de toda sorte de comentários positivos e críticos, como bem se pode imaginar pela delicadeza da matéria. Brásio identifica duas frentes de negociação abertas pelo projeto de casamento, uma em Lisboa, outra em Roma, esta última central e decisiva para que o projeto fosse adiante.

É controversa a origem da ideia do casamento do velho Cardeal, para alguns um desatino sem propósito para religioso da estirpe de D. Henrique, para outros mero subterfúgio para entreter os muitos pretendentes da Coroa, sobretudo o mais forte deles, o sobrinho Felipe II de Espanha. Houve os que acreditaram ainda na intenção verdadeira do Cardeal, sobre a qual, como veremos, empenhou-se muitíssimo, ou os que viram este projeto condenado desde o início⁶. Do lado espanhol, a rapidez dos passos do monarca

⁵António Brásio, “O problema do casamento do Cardeal-Rei,” *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa (Classe de Letras)* 12 (1981): 81-127. O autor reproduz várias cartas que serão aqui mencionadas.

⁶Amélia Polónia, autora de biografia recente de D. Henrique, defende esta última posição em *D. Henrique* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005), 205-213.

castelhano indicam como esteve sempre bem informado do que ocorria no paço português, desde, pelo menos, o reinado de D. Sebastião⁷. Assim que recebeu as primeiras notícias do desastre, enviou a Portugal seu mais leal servidor na causa sucessória, o português Cristóvão de Moura, figura central nas negociações que levaram à “adesão” de boa parte da alta nobreza e do alto clero ao partido do rei espanhol.

A principal incumbência de Moura era cuidar de “materia de ã há tratado en tiempos pasados”, referindo-se claramente ao direito de Felipe II herdar Portugal. O futuro embaixador via com espantosa clareza os possíveis caminhos da sucessão e sugeriu providências urgentes. Sobre o Cardeal disse: “y aunã de su edad y enfermedades se podía tener por cierto ã no tendrá hijos aunã se case, tendría por más seguridad advertir a Roma luego para lo ã toca a impedirle la dispensación”. Adiantava-se ao próprio interessado, pois a solicitação do Cardeal ao papado só teria acontecido, segundo os documentos consultados, em fins de setembro, e a carta citada é de meados de agosto. Moura chamava atenção ainda para a dificuldade de obter a adesão dos portugueses para a causa de Felipe II, “ ã no será muy fácil por el natural odio ã naturalmente tienen todos a esta nación”, embora ponderasse “mas son tantas y tan grandes las comodidades ã se les pueden ofrezzer ã pienso ã han de ser parte pra reducirillos”⁸.

Em 24 de setembro de 1578 o Cardeal escreveu ao sobrinho Felipe II comunicando sua decisão, ou sua adesão às pressões das Câmaras de Lisboa:

⁷Sobre a observação atenta e cotidiana do que se passava durante o reinado do sobrinho ver Veloso, *D. Sebastião*, 89-188. O mesmo autor ressaltou já há muito tempo a importância dos arquivos espanhóis para o estudo dos reinados de D. Sebastião e do Cardeal D. Henrique, base documental importante de seus trabalhos, em *O Arquivo Geral de Simancas. Sua importância capital para a história portuguesa*, Discurso inaugural da 6ª seção do Congresso de Salamanca (Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 1923).

⁸Em Alfonso Danvila, *Felipe II y la sucesión de Portugal* (Madrid: Espasa-Calpe, 1956), 8-9. Cristóvão de Moura, marquês de Castelo-Rodrigo a partir de 1600, nasceu em Lisboa, em 1538. Desde o casamento do príncipe D. João de Portugal com a Infanta D. Joana de Espanha, em 1542, pais de D. Sebastião, Moura passou a integrar a comitiva de D. Joana depois que a princesa voltou a Espanha. Tornou-se pessoa da mais alta confiança de Felipe II, passando a servir o rei espanhol na corte portuguesa durante o reinado de D. Sebastião, nomeado para diversos cargos. Depois de Alcácer Quibir foi o primeiro enviado do Rei Católico ao Cardeal D. Henrique, e passou a agir pela causa de Felipe II. Manteve o poder mesmo depois da morte de Felipe II: entre 1600 e 1603 foi nomeado Vice-rei de Portugal, cargo que voltou a ocupar entre 1608 e 1612. Morreu em Madrid em 1613. A ortografia de todos os documentos citados foi atualizada.

“Estou tão determinado de cumprir as obrigações deste cargo de Rei, em que nosso Senhor pôs, que chego até tratar de casar, coisa tão estranha à vida que dantes tinha, pedindo e aconselhando-me as principais pessoas (...). Não quis fazer nada nisto sem primeiro comunicar a V. Magestade e lhe pedir *conselho e ajuda...*”⁹. Não é fácil entender a comunicação desta decisão ao rei espanhol, sabedor, como era, das intenções do sobrinho e de seu poder de influência junto à Santa Sé. Se Felipe II não sabia que o Cardeal já escrevera ao papa, do que só sabemos por carta de 27 de outubro, a “atenção” de D. Henrique ao sobrinho sinalizava de forma clara que não apoiaria a causa de Espanha facilmente. Tentaria dar solução “caseira” ao problema sucessório, antes de considerar as demais pretensões.

Pressionado, e talvez hesitante, escreveu a Gregório XIII:

Depois de ter escrito e mandado dizer a Vossa Santidade, por João Gomes da Silva meu embaixador, o que sucedera em África por nossos pecados ao Senhor Rei meu sobrinho que Deus tem, e a seu exército, e como eu sucedera em Rei destes Reinos, que estão como Vossa Santidade pode considerar; comecei a entender nas coisas que cumpria para o bem deles (...) E a principal obrigação que eu tenho é tirá-los do perigo que lhes poderia suceder se nosso Senhor me levasse para si, ficando a sucessão deles em dúvida: de que se podiam seguir muitos inconvenientes. Além disso, as principais pessoas destes Reinos e os oficiais do Governo desta Cidade de Lisboa, me pedem muito e com grande insistência, e me aconselham, que me case, para poder ter filhos, e lhe dar herdeiro destes Reinos, que quietamente os possa governar e ser Rei deles. Pelo que peço humildemente a Vossa Santidade, que além de como Pai e Senhor, me dar conselho, queira dispensar comigo para poder casar (que Vossa Santidade pode julgar quanto trabalho me há de ser, e quanto ofereço nisto a nosso Senhor).

A longa citação expõe os principais argumentos do Cardeal-Rei, aos quais voltaria reiteradas vezes, em tom cada vez mais desesperado e suplicante, quanto mais demorava a resposta papal. D. Henrique estava inicialmente confiante por haver precedente em assunto similar, sentimento que foi dando lugar à decepção e ao ressentimento na relação com o Santo Padre, que além da interferência direta de Felipe II, teve outro grave e inesperado complicador: a inusitada candidatura de outro sobrinho, D. Antônio, Prior do Crato. Preso no Marrocos com parte do exército que acompanhou D. Sebastião, o prior foi resgatado e chegou a Lisboa em 12 de outubro de 1578. A

⁹Em Mário Brandão, “Alguns documentos relativos a 1580,” *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* 16 (1944): 1-82.

eventual alegria de seu retorno deu rapidamente lugar ao espanto com a inimaginável pretensão.

A entrada de D. Antônio em cena complicou de forma súbita o já delicado cenário político, dividido entre o pedido do Cardeal, a pretensão de Felipe II e a disposição de D. Catarina de Bragança de levar adiante seu direito à sucessão, para só mencionar os candidatos mais fortes e que opunham de forma direta os partidos português e castelhano na disputa. Mas o prior tinha contra si um obstáculo sério e para o qual precisaria também da interferência de Gregório XIII: era filho natural ou bastardo de um dos irmãos do Cardeal, o Infante D. Luís, falecido em 1555. Para superar este obstáculo, viu-se obrigado a acionar a Santa Sé com vistas a obter a legitimidade, desde sempre inaceitável para o Cardeal Rei, através do reconhecimento do pretendido casamento de seus pais, ocorrido mais de 40 anos antes.

Não é fácil identificar quando exatamente teve início o projeto de realza do Prior do Crato. Se é certo que passou a defender sua candidatura desde outubro de 1578, havendo menções ao seu nome como eventual herdeiro da coroa portuguesa antes disso, como veremos, seguir os passos de D. Antônio até a decisão que mudaria irremediavelmente a sua vida é um desafio com dificuldades quase incontornáveis. O Prior do Crato foi personagem secundário de seu tempo, embora tenha desfrutado de vida de fidalgo, como era, e tenha estado presente nas cortes ibéricas desde a morte do pai, o já mencionado Infante D. Luís, em 1555. Em pouco mais de 20 anos passou de bastardo bem acolhido e considerado a indesejado e insolente pretendente ao mais alto posto da monarquia portuguesa. Neste termos, é possível tratar sua pretensão simplesmente como devaneio de um insubmisso ou arrogância de um ressentido. No entanto, quando nos aproximamos de parte da trajetória que o levou a projeto tão ambicioso, podemos redimensionar ou pelo menos reconsiderar os caminhos, inesperados, é verdade, que levaram a tão augusto e arriscado projeto. No caso a ser aqui tratado, a superação da ilegitimidade, capaz de incluí-lo no rol de candidatos “oficiais” ao trono português, vemos que contou com uma rede ampla de aliados, no reino e em Roma, complicando imensamente as negociações tanto do Cardeal quanto de Felipe II junto à Santa Sé.

D. Antônio nasceu em Lisboa em data incerta do ano de 1531, filho do Infante D. Luís e de Violante Gomes, uma cristã nova, filha de Pero e Ana Gomes. A origem da família Gomes é controversa: os defensores de D. Antô-

nio a consideram da pequena nobreza; seus críticos ressaltam a proveniência humilde da família para afirmar a impossibilidade do matrimônio¹⁰. É importante mencionar não a complacência da família real com o “deslize” de D. Luiz – filhos fora do casamento eram comuns à época para infantes e herdeiros –, mas o acolhimento de fidalgo bastardo com sangue judaico na corte que desde a década de 1530 reivindicava a criação de um Tribunal de Fé, tendo por alvo, principalmente, a comunidade de recém conversos. Se é certo que não havia Inquisição em Portugal quando o Infante foi “enfeitado” pela *Pelicana*, como Violante era chamada, no início da década de 1530, os Estatutos de Pureza de Sangue vigiam desde 1560¹¹, antes portanto das altas pretensões de D. Antônio. Por que este impedimento não foi evocado para impedir sua candidatura, nem pelo Cardeal, nem mesmo pelo poderoso Rei Católico, é questão ainda em aberto. O certo é que D. Antônio foi acolhido e educado pelo pai desde pequeno e começou os estudos com 8 anos de idade. Fez o percurso usual para filhos naturais da primeira nobreza: passou por colégios católicos, sempre cuidado com atenção, a pedido do pai e do tio D. Henrique, que assumiu a direção de sua formação religiosa, destino também comum para os bastardos¹². Esta decisão esteve na base da longa lista de desentendimentos entre tio e sobrinho: D. Antônio mostrou-se sempre avesso à vida conventual, à disciplina e à dedicação exigida para o ofício religioso. Em todos os conventos pelos quais passou, apesar de sempre criar problemas, mencionados nem sempre de forma direta, contou sempre com tratamento privilegiado, chegando a receber a visita do então tio e rei, D. João III e da rainha D. Catarina de Habsburgo, em novembro de 1550, no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra¹³.

¹⁰É defensor dessa tese, bem como da impossibilidade do casamento de D. Luís com Violante Gomes, o Duque de Alba em “El proceso de ilegitimidad de D. Antonio, Prior do Crato y su resistencia contra Felipe II,” em *Homenaje ofrecido a Menéndez Pidal; miscelánea de estudios lingüísticos, literarios e históricos*, vol. 3 (Madrid, 1925).

¹¹Ver a respeito Fernanda Olival, “Rigor e interesses. Os estatutos de limpeza de sangue em Portugal,” *Cadernos de Estudos Sefarditas* 4 (2004): 151-182.

¹²A trajetória de D. Antônio poderia ser, à exceção da morte prematura, semelhante à de D. Duarte, filho natural de D. João III, nascido antes do casamento do rei com D. Catarina de Habsburgo. Depois de receber cuidadosa educação religiosa, foi designado arcebispo de Braga em 1542, com pouco mais de 21 anos, vindo a morrer de varíola em 1543. Ver Ana Isabel Buescu, *D. João III* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005), 174-180.

¹³Mario Brandão, *Coimbra e D. Antônio Rei de Portugal. A educação de D. Antônio* (Coimbra, 1939), 47-8.

Portuguese Studies Review

PSR

PSR Previews : End of this article's preview



PORTUGUESE STUDIES REVIEW (PSR)

BIBLID | ISSN 1057-1515 print

ONLINE: through EBSCO and Gale/Cengage

JOURNAL HOMEPAGES: <http://www.maproom44.com/psr> (URL permanently valid)

and <http://www.trentu.ca/admin/publications/psr> (URL not valid after 05 June 2020)

© 2014-2019 Portuguese Studies Review and Baywolf Press | All rights reserved

Evidências do cotidiano das mulheres na Paraíba colonial (1585 – 1630)

Luisa Stella de Oliveira Coutinho Silva
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

NESTE TRABALHO PRETENDEMOS evidenciar a situação jurídica das mulheres na Capitania da Paraíba desde sua fundação, por volta do ano de 1585, até os anos 30 do século XVII, antes das invasões holandesas. Ao iniciar, faz-se necessário lembrar quem eram as personagens que constituíram esta história durante o período colonial brasileiro em estudo: as portuguesas que vieram no processo de colonização, as escravas que vieram da África e as índias que se encontravam no território descoberto. Nesse início da modernidade, marcado pelas navegações e pela implementação do mercantilismo, também traz marca uma nova história das mulheres – os documentos mencionam como essas personagens foram se movimentando pelo novo mundo e se construindo enquanto mulher brasileira¹.

A análise que propomos parte da aplicação da Lei portuguesa encontrada em arquivos históricos portugueses e brasileiros e como se efetivou a sua aplicação na capitania da Paraíba durante os primeiros anos do período colonial. Para tanto, no Brasil, procuramos na Arquidiocese da Paraíba, que só tem documentos a partir do século XIX, e na Biblioteca José Lins do Rego, que só possui documentos a partir do século XVIII, sem obter muito sucesso. No Instituto Geográfico Paraibano, entretanto, constatamos poucas fontes sobre este período. De grande ajuda foi uma cópia feita no século XX dos documentos do Mosteiro de São Bento da Paraíba desde o século XVI.

Utilizamos a documentação avulsa sobre a capitania da Paraíba existente no Arquivo Histórico Ultramarino recolhida através do Projeto Resgate. Es-

¹ Fina D'Armada, *Mulheres navegantes no tempo de Vasco da Gama* (Lisboa: Êsquilo, 2006); Manuel Antonio Hespanha, "O Estatuto jurídico da mulher na Época da Expansão," *Oceanos: Mulheres no Mar Salgado*, 21 (Jan-Mar 1995), 8-16; Mary del Priore, *Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colonial* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1995).



tes documentos foram digitalizados pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR), da Universidade Federal da Paraíba. São poucos os documentos referentes aos primeiros anos da Capitania, e ainda menos ricos em conteúdos propriamente sobre as mulheres. Mas, mesmo assim, conseguimos achar pistas sobre tais assuntos.

Em Portugal, muito nos ajudou as denúncias e confissões do Tribunal do Santo Ofício em sua visita à capitania da Paraíba, documentos da Inquisição de Portugal que estão na Torre do Tombo. Conseguimos uma cópia impressa delas na Universidade Federal de Pernambuco, mas, mesmo assim, conferimos cuidadosamente com o original. Adentramos, também, nos poucos processos conhecidos que foram gerados a partir destas denúncias e confissões que estão naquele arquivo. Deles, extraímos não apenas a aplicação do direito inquisitorial, mas informações sobre as mulheres: quem eram, de onde vinham e quais eram as suas práticas mais comuns. Na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa conseguimos poucas informações documentais específicas acerca da capitania da Paraíba, adiante assinaladas.

Dos documentos estudados, tentamos sistematizar em alguns tópicos do direito as evidências das primeiras mulheres relacionadas à Capitania da Paraíba e que estavam sob jugo do direito português predominante.

Mulher e casamento na Paraíba colonial

A colonização da Capitania da Paraíba foi marcada pela vinda de muitos colonizadores das Capitanias de Itamaracá e de Pernambuco. Estes povoadores vinham acompanhados de suas famílias, que criavam vínculos muito próximos entre si, o que deu origem a uma aristocracia local e um sistema caseiro praticamente baseado na política e nas alianças articuladas com as pessoas detentoras de poder.

Entretanto, as alianças através dos casamentos encontravam vários problemas no momento dos pais acharem pares para cada filha casadoira: seu escasso número também se chocava com os poucos pretendentes as capitânicas ofereciam. Assim, a nobreza paraibana perpetuou os mesmos troncos familiares de Pernambuco, como as famílias Albuquerque, Cavalcanti e Holanda, distribuídos entre senhores de engenhos, governadores e proprietários de ofícios importantes.

O casamento na elite mostrava-se mais como uma tentativa de manejo político e de interesses econômicos do que propriamente uma relação de

amor romântico de características medievais. Os pais, na certa, trabalhavam para fazer os contatos mais adequados, assim como tinham proteção das ordenações² para fazê-lo. Percebemos que prevalecia nestas classes o arranjo político pensado pela família e representado pela vontade paterna ou de quem exercesse seu papel.

A construção desta aristocracia paraibana pode ser constatada desde o segundo casamento de Frutuoso Barbosa contraído após perder a primeira esposa numa das tentativas de conquista da Paraíba. Frutuoso Barbosa casou em segunda núpcia com Filipa Cardigo, filha de Pero Cardigo³, um cristão-novo e senhor de dois engenhos de Pernambuco e antigo Escrivão da Vara Eclesiástica em Pernambuco⁴. O capitão da capitania da Paraíba manteve a tradição casamenteira da formação de elites locais, tão comum no mundo quinhentista. A outra filha de Pero Cardigo, Dona Tomásia, casou-se com Pero Coelho de Sousa, locotenente dos donatários de Itamaracá.

Na falta de mulheres, havia a possibilidade de solicitar órfãs de Portugal para casar. Em documentos acerca da Paraíba encontramos uma menção sobre as órfãs do Recolhimento do Castelo da cidade de Lisboa numa consulta feita à Mesa de Consciência e Ordem pelo Provedor do Castelo⁵ através de

²*Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal – Quinto Livro (1603)* (Brasília: Senado, 2004), título XXII.

³Pero Cardigo foi julgado pela Primeira Visitação do Santo Ofício no Brasil, do inquisidor Heitor Furtado de Mendonça. Seu processo pode ser consultado na Torre do Tombo. Foi acusado por Alvaro Fies de ter cometido blasfêmia contra o nome de Deus ao ser ouvido em Olinda dizendo “descreo de Deos se a não mandei” (p. 3^o) em relação a um cavalo com sela que tinha enviado a Frutuoso Barbosa. Na sentença, foi condenado a uma penitência pública, repreensão pela Mesa do Santo Ofício, e doutrina espiritual por 15 dias numa Igreja designada além de outras penitências religiosas. *Processo de Pêro Cardigo* (Arquivo da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, processo 12.967).

⁴Guilherme Gomes da Silveira d’Avila Lins, *O Governo de Frutuoso Barbosa, Segundo Capitão e Governador da Capitania da Paraíba* (João Pessoa: Edições Fotograf, 2005).

⁵Assento sobre uma petição do Provedor dos Órfãos do Castelo de Lisboa, em que pedia a Capitania da Paraíba para uma órfã com muitos serviços paternos, e consulta de Mesa da Consciência sobre o mesmo fim. 3 de Dezembro de 1611. *Meza da Consciencia. Decretos, Resoluções de Consultas E Assentos della Desde a sua criação athe o anno de 1726. Com o indes das Matteredias em que há Provisões da Mesa Recompilados e reduzidos à methodo e offerecidos Ao muito alto poderoso Rey e Senhor Nosso D. João 5^o. Por D. Lazaro Leitão Aranba do Conselbo de Sua Magestade Conego da Sancta Igreja Patriarchal. Deputado da Mesa de Consciencia e Ordens* (Documento da Biblioteca da Ajuda, (347) 51-VI-52), 271.

um pedido feito pelo capitão da Paraíba ao Provedor das Órfãs requerendo à Mesa da Consciência e Ordem que lhe enviasse uma órfã para casamento.

Outro documento menciona as órfãs do Castelo na Paraíba: em 28 de janeiro de 1616⁶ o governo da Paraíba foi doado pelo rei espanhol a João de Brito Correia em reconhecimento dos serviços prestados por ele nas partes do Brasil, principalmente na Capitania de Itamaracá. O documento de doação fazia menção ao seu casamento com uma órfã do recolhimento do Castelo da cidade de Lisboa, Izabel de Siqueira.

Portanto, os casamentos davam preferência às alianças feitas pelos pais das noivas em vista de melhores alianças políticas. Entretanto, a raridade de bons negócios maritais e a falta de mulheres brancas, em geral, recorrente na colônia, dificultavam os negócios, tendo os homens mais influentes da colônia que casar, algumas vezes, com mulheres brancas vindas do Reino. Daí a pluralidade de arranjos com peculiaridades tão tropicais, que ainda foram mais maleáveis nas classes sociais mais baixas.

Sucedendo e adquirindo: mulher tem direito?

Quanto às doações de terras, há notícias de uma propriedade que foi doada a uma mulher por causa dos feitos heroicos de seu marido nos primeiros anos de colonização da Paraíba, ainda quando os portugueses e os índios potiguaras lutavam uns contra os outros. A esposa que recebeu a doação da Ilha da Restinga chamava-se Izabel Caldeira⁷, mulher de Manoel de Azevedo, que deve ter sido o primeiro Provedor da Fazenda Real da Capitania da Paraíba. Pelo cargo que exercia, talvez não pudesse receber terras em sesmaria por uma questão ética, explicando-se, assim, o motivo pelo qual sua esposa teve de requerer, depois da morte do marido, a terra que ele povoou. Provavelmente, tinha uma licença para construir na terra e assim o fez: primeiro construiu uma camboa para abastecer a si e à cidade, e logo construiu um

⁶Documento encontrado na Torre do Tombo (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Chancelaria de D. Filipe II, liv. 31 (*Doações*), fol. 223), trabalhado e transcrito com leitura paleográfica por Irineu Pinto e publicado em: Cónego Dr. Florentino Barbosa Leite Ferreira, “Documentos Históricos – 1579”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano* 10 (João Pessoa, Paraíba: Departamento de Publicidade, 1946): 175-176.

⁷Achamos o traslado da carta de doação no: *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Paraíba* (Recife: Imprensa Oficial, 1948), 66-69.

fortim na Ilha da Restinga – ou Ilha da Conceição ou da Camboa – para proteger a terra explorada, impedindo os assaltos dos ‘Inimigos’ indígenas⁸.

A Ilha da Restinga localiza-se “na boca do Rio Parahiba de frente da Barra do Cabedelo”⁹. Com a instituição de Frutuoso Barbosa como capitão da capitania, o fortim foi desartilhado,¹⁰ o que fragilizou a proteção do forte de Cabedelo, deixando a terra à mercê desse *Inimigo*, que destruiu o que havia sido construído pelo esposo de Izabel, matando-o e também a seu filho.

Izabel ficou viúva com cinco filhas e dois filhos. Pediu, da repartição feita pelo capitão Feliciano Coelho de Carvalho, que lhe doasse a Ilha de Camboa por herança; conste que a própria legislação ordenatória recomendava que a esposa teúda e manteúda era a sucessora universal do marido¹¹. A terra, ademais, serviria como dote de uma de suas filhas, ou até de duas que ela nomeasse, em respeito e consideração pelos serviços prestados por Manoel de Azevedo na conquista da Capitania da Paraíba.

O capitão fez a doação da dita Ilha para todo o sempre a Izabel Caldeira em 1596¹², para que fizesse, inclusive, todas as benfeitorias que entendesse. O registro e demarcação da doação foram feitos no Livro dos Registos da Fazenda de Sua Majestade. A terra foi usada como dote da filha a Manoel Homem da Sylva através de “carta de trespasçassão”¹³, tirando da sogra todo o domínio, ação de usufruto e administração, e, tudo cedendo, renunciando e trespassando em função do genro e da filha.

Assim, evidencia-se que o dote é um instrumento de garantia de bons casamentos para as filhas, e, até mesmo, uma forma de sustento de toda famí-

⁸Guilherme Gomes da Silveira d’Avila Lins, *Uma Apreciação Crítica do Período Colonial na História da Paraíba: Lutas e Resistência* (João Pessoa: Felipéia, 2006).

⁹*Livro do Tómbio do Mosteiro de São Bento da Paraíba*, 66.

¹⁰ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 112, n.º 3 (docs. 2 e 3) (PT/TT/CC/1/112/3), “Cópia de umas cartas de D. Filipe I para Frutuoso Barbosa e Martinho Leitão sobre a construção da fortaleza da barra da Paraíba e das diferenças que houve entre João Alvares Sardiinha e João Rodrigues Coutinho, capitão da Mina” (transcrito, em parte, por Irineu Pinto e publicado em Florentino Barbosa, “Documentos Históricos – 1579”, 174-175).

¹¹*Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal – Quarto Livro, (1603)*, (Brasília: Senado, 2004), título XCIV.

¹²Guilherme Gomes da Silveira d’Avila Lins, *Um erro elementar de interpretação histórica, referente às primeiras sesmarias da Capitania da Paraíba (século XVI)* (João Pessoa: Edição do autor, 2005).

¹³*Livro do Tómbio do Mosteiro de São Bento da Paraíba*, 72.

lia. Claro que ainda existiam os arranjos nas camadas mais populares, que possuíam outras peculiaridades.

Mais exemplos podem ser encontrados nos documentos guardados pelo Arquivo Histórico Ultramarino. Há um requerimento feito por Miguel Álvares, morador da Paraíba, ao rei Filipe II, solicitando nomeação da propriedade dos ofícios de escrivão das execuções, demarcações, descarga, selador e guarda da Alfândega e a mercê do ofício de meirinho e inquiridor da Fazenda Real e Alfândega para casamento de uma filha¹⁴.

No mesmo sentido, Maria da Siqueira, a viúva de Miguel Álvares, moradora na Paraíba, pediu ao rei Filipe III que a propriedade dos ofícios de escrivão das execuções e descarga, selador e guarda-livros da Alfândega da Paraíba, que tinha pertencido ao seu marido, passasse para a pessoa que casasse com sua filha mais velha, Cecília Siqueira, como seu dote¹⁵.

Da mesma forma Manuel Fernandes do Amaral pediu ao rei Filipe II que transferisse o seu ofício de feitor e almoxarife da Paraíba para a pessoa que casasse com uma de suas filhas por ele já estar velho e enfermo, com mais de 60 anos¹⁶.

Portanto, vê-se a necessidade da negociação dos casamentos como próprio instrumento de sobrevivência das famílias. Agora, sobre o direito de propriedade, as Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas diziam que a anuência da mulher era necessária na realização de qualquer negócio jurídico que

¹⁴“Requerimento de Miguel Álvares, morador da Paraíba, feito ao rei [Filipe II] solicitando nomeação da propriedade dos ofícios de escrivão das execuções, demarcações, ~~descarga, selador e guarda~~ da Alfândega; e a mercê do ofício de meirinho e inquiridor da Fazenda Real e Alfândega, para casamento de uma filha. 8 de Novembro de 1607”, Arquivo Histórico Ultramarino _ ACL_CU_014, Cx. 1, D.3.

¹⁵“Requerimento de Maria da Siqueira, viúva de Miguel Álvares, moradora na Paraíba, ao rei [Filipe III], solicitando a propriedade dos ofícios de escrivão das execuções e descarga, selador e guarda-livros da Alfândega da Paraíba, que pertenceu ao seu marido, para a pessoa que casar com sua filha mais velha. 16 de Dezembro de 1624”, Arquivo Histórico Ultramarino _ ACL_CU_014, Cx. 1, D. 16.

¹⁶“Carta Régia (capítulo) do rei Filipe II, ao concelheiro do Conselho da Fazenda, Luís da Silva, aprovando a consulta sobre o pedido de Manuel Fernandes do Amaral, de renúncia ao ofício de feitor e almoxarife da Paraíba para a pessoa que casar com uma de suas filhas. 25 de Março de 1625”, Arquivo Histórico Ultramarino _ ACL_CU_014, Cx. 1, D. 17.

envolvesse os bens do casal¹⁷. Vejamos se os fatos jurídicos na Capitania da Paraíba corroboram este mandamento.

Através de uma doação ocorrida em 14 de agosto de 1600¹⁸, vê-se que toda a realização do ato jurídico foi feita com a anuência formal da esposa. Neste instrumento, Duarte Gomes da Silveira, na presença de sua mulher Fulgência Tavares, doou oito braças e meia de *cháos* a Antonio Cavalcante de Albuquerque e à sua mulher Izabel de Góis. Convém lembrar que a senhora Fulgência Tavares era bastante abastada, filha do capitão João Tavares, enquanto Duarte Gomes da Silveira era um rico proprietário.

Noutro documento, uma *escreptura de venda*, o casal que havia recebido a descrita doação, vende o terreno ao capitão e governador da capitania da Paraíba, Francisco Coelho de Carvalho, em 14 de agosto de 1600, fato ocorrido no mesmo dia da doação. O casal que doava eram os pais de Brittes de Albuquerque, esposa de Francisco Coelho de Carvalho.

Numa doação ao Mosteiro de São Bento, feita pelo capitão Francisco Coelho de Carvalho, de uns *cháos* em frente ao Mosteiro, percebemos a presença e assinatura de sua mulher, Dona Brittes de Albuquerque.

Noutra escritura de compra de terras pelo Mosteiro de São Bento da Paraíba a Gaspar Cardozo, de 7 de janeiro de 1602, a realização da venda foi feita na frente do *taballiam* com a presença do vendedor e de sua mulher, Maria da Sylva e diz adiante: *elles marido e molber vendiáo*¹⁹. Para legitimimação do negócio jurídico fica claro que a presença da mulher lídima era significativa.

Na Escritura de venda de umas braças de terra na rua do Varadouro na *Parabiba* de 23 de novembro de 1601, podemos, também, observar que para venda de tal terra foi necessária a presença da mulher do vendedor, o casal Manoel Lopes de Praya e Maria dos Reys. Para isso, o público "*tabeliam*" dizia que que "*elles, marido e molber, vendiam, como de feito logo venderam*" a terra²⁰.

¹⁷*Ordenações Afonsinas – Livro IV (1792)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998), título IX; *Ordenações Manuelinas – Livro IV (1797)* (Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006), título VI; *Código Filipino – Quarto Livro*, título XLVIII.

¹⁸*Livro do Tómbio do Mosteiro de São Bento da Paraíba*, 7.

¹⁹*Livro do Tómbio do Mosteiro de São Bento da Paraíba*, 105.

²⁰*Livro do Tómbio do Mosteyro de São Bento de Olinda* (Imprensa Oficial: Recife, 1948), 521.

Por estes exemplos podemos perceber que a presença e anuência da mulher eram necessárias no momento da transmissão de propriedades de um patrimônio que era visto como do casal. Nos casos descritos, não há dúvidas sobre a condição de esposa – a mulher anuente era, de fato, teúda e manteúda pelo marido que as ordenações filipinas, por exemplo, tanto prezavam. Portanto, deixamos claro que também na capitania da Paraíba esta regra era válida. Os fatos históricos corroboram e neste ponto eram seguidos fielmente nos negócios jurídicos feitos na Colônia – a anuência e assinatura da esposa eram essenciais na realização dos negócios jurídicos que envolvessem os bens do casal.

E sobre outros aspectos do sistematizado direito civil atual? Como se realizava a sucessão em relação às mulheres?

O citado Duarte Gomes da Silveira, nome de destaque na história da Paraíba, emigrou para o Brasil e instalou-se na Capitania da Paraíba onde fundou um Morgado. O morgado²¹ instituía uma linhagem de sucessão, que preferenciava o filho à filha. Portanto, era uma instituição perpétua feita por um instituidor por ato *inter vivos* ou de última vontade aos primogênitos varões a fim de que os bens se conservassem indivisos e inalienáveis²².

Oito anos após a morte do seu filho João Gomes da Silveira, sem deixar filhos ou esposa, Duarte Gomes institui um morgado que foi herdado por uma filha, mulher, chamada Joanna Gomes da Silveira Bezerra, que não era filha da esposa de Duarte Gomes, Fulgência Tavares, pois nasceu em anos posteriores à morte daquela. Entretanto, podemos descobrir que foi legitimada enquanto filha, pois foi ela quem herdou este morgado chamado de Salvador do Mundo²³.

A preferência na sucessão do morgado era para o filho homem. Havendo qualquer dúvida, o filho varão sempre precedia sua irmã, mesmo sendo mais velha²⁴. As ordenações também previam que as filhas podiam suceder, sem

²¹Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal – Primeiro Livro (1603) (Brasília: Senado, 2004), título LXII, § 53.

²²Wilson Nóbrega Seixas, *Santa Casa da Misericórdia da Paraíba: 385 anos* (João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1987).

²³Guilherme Gomes da Silveira d'Avila Lins, *Uma apreciação crítica*.

²⁴Lei de 15 de Setembro de 1557. “Que na succesão dos morgados o macho preceda aa fêmea mais velha. Ordenou el Rei Dom Sebastião no ffo fenhor (por tirar as duuidas que muitas vezes se mouião, se nos morgados succederia a filha mais velha, ou o varão mais moço seu irmão, em que hauia diuersas sentenças & opiniões) que sempre o filho varão

embargo da Lei Mental²⁵, mas a preferência estava no homem. Havendo filho varão, sempre prevalecia sobre a filha, pois a sucessão feminina era uma exceção.

Situação que exemplifica o direito feminino exercido pelo homem-marido ou pai foi o caso de Maria Manaya, filha de Antonio Gonçalves Manaya, um dos primeiros capitães do Forte de Cabedelo. O monumento ainda hoje faz parte da rotina dos cidadãos cabedelenses, localizado ao lado do porto do Estado da Paraíba.

D. Maria Manaya herdou de juro e herdade do pai Antonio Gonçalves o cargo de capitão como recompensa pelos feitos heroicos dele²⁶. Sendo mulher, entretanto, não podia exercer o cargo de capitão²⁷, tendo transferido o cargo ao seu marido João de Mattos Cardoso, que passou de Escrivão das Datas e Demarcações a capitão do forte de Cabedelo por quase 40 anos, posto que era da esposa.

Entre inquiridor, procuradas e temerosas: uma visita à Paraíba

A Visitação da Inquisição chegou na Capitania da Paraíba no dia 6 de janeiro de 1595 com a chegada do visitador Heitor Furtado de Mendonça, que no mesmo dia realizou missa na Igreja Matriz. No dia 8 de janeiro foi realizada uma procissão desde a Igreja da Misericórdia até a Igreja Matriz, onde foi pregado o sermão de fé pelo padre frei Damião da Fonseca, presidente do Mosteiro de São Bento de Olinda, e foi lido e publicado o édito da fé e o monitorio geral e o édito da graça, além do Alvará de Sua Majestade do perdão das fazendas.

As denúncias e confissões da Capitania da Paraíba desta Visitação estão preservadas no Quarto Livro das Denúncias da Primeira Visitação do

ſucceda nos ditos moorgados & e beens vinculados, & preceda a ſua irmã, poſto que ſeja mais velha (...). Duarte Nunes do Lião, *Leis Extravagantes e Repertório das Ordenações* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987), lei XII, 20¹-20^v.

²⁵*Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal – Terceiro Livro (1603)* (Brasília: Senado, 2004), título C.

²⁶Alvará de 02 de Setembro de 1599: “Alvará passado em attenção aos serviços a Antonio Gonçalves Menaja, feitos á fazenda, á sua filha mercê da capitania do forte do Cabedello, Parahiba”. Em: Guilherme Gomes da Silveira d’Avila Lins, *A Identificação do chamado “primeiro” Capitão do Forte do Cabedello na Capitania da Paraíba* (João Pessoa: Edições Fotograf, 2003).

²⁷Guilherme Gomes da Silveira d’Avila Lins, *Uma apreciação crítica*.

Portuguese Studies Review

PSR

PSR Previews : End of this article's preview



PORTUGUESE STUDIES REVIEW (PSR)

BIBLID | ISSN 1057-1515 print

ONLINE: through EBSCO and Gale/Cengage

JOURNAL HOMEPAGES: <http://www.maproom44.com/psr> (URL permanently valid)

and <http://www.trentu.ca/admin/publications/psr> (URL not valid after 05 June 2020)

© 2014-2019 Portuguese Studies Review and Baywolf Press | All rights reserved

La ruta portuguesa de los biombos (s. XVI-XVIII) ¹

Alberto Baena Zapatero
Universidade Federal de Goiás (Brasil)

I. Introducción

La expansión mundial protagonizada por Portugal y España durante el siglo XVI dio inicio a una nueva etapa política, religiosa y económica que dejó su rastro en múltiples aspectos de la vida de los europeos. A nivel material, la consolidación de nuevos caminos directos hasta Asia permitió la llegada a Europa de mercancías orientales en unas cantidades muy superiores a las de periodos anteriores y, por lo tanto, su alcance entre la población fue mucho mayor. Para el caso portugués, el historiador Nuno Vasallo e Silva afirma que la afluencia de objetos de arte por la ruta del Cabo de Buena Esperanza vulgarizó su consumo. Además, para corroborar esta hipótesis anima a los investigadores a interesarse por nuevas fuentes que involucren a las capas medias y bajas de la sociedad.²

Entre los géneros que cada año traían hasta occidente los barcos portugueses del *Estado da Índia* abundaron las sedas chinas, las especias, el té y las piedras preciosas, pero también hubo espacio para algunos objetos de lujo como porcelanas, textiles elaborados, piezas de laca, marfiles, joyas, muebles o pinturas. La fascinación europea por Asia, el prestigio de sus culturas y el precio que alcanzaban las piezas de mayor calidad en el mercado internacional, las convirtió en símbolos de estatus y refinamiento muy cotizados. Cualquier personaje de la época con cierta fortuna quiso lucir en sus salones alguna “maravilla oriental”. En este contexto, los biombos gozaron de la reputación de ser un mueble típicamente asiático, realizados muchas veces

¹Investigación realizada en el marco del proyecto de investigación “Nueva España: puerta americana al Pacífico asiático (siglos XVI-XVIII)”, Programa de Apoyo a Proyectos de Investigación e Innovación Tecnológica (PAPIIT) de la Universidad Nacional Autónoma de México.

²Nuno Vasallo e Silva, “A recepção de objetos de arte orientais em Portugal,” en *No caminho do Japão* (Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1993), 15-22.



con materiales o técnicas ajenas a las artes decorativas europeas, y que habían formado parte de los regalos transportados por la embajada japonesa que visitase a Felipe II y al Papa en 1582.

El objetivo de nuestro trabajo es analizar los intercambios comerciales y culturales que la expansión ibérica propició, a través de un estudio de caso: el comercio y producción de biombos. El recorrido seguido por estos muebles puede servir como un ejemplo inmejorable que permita indagar sobre aspectos como el alcance de las redes comerciales portuguesas o el transporte de mercancías dentro de los barcos del *Estado da India*. Asimismo, los biombos esconden tras sus hojas historias que nos dan pistas sobre el sistema de encomienda de obras de arte en la Edad Moderna; la adaptación de los artesanos asiáticos a las demandas occidentales; o los cambios de significado que experimentaron sus decoraciones al llegar a sus destinos finales.

2. Los primeros pasos del comercio portugués de biombos

Desde que a principios del siglo XVI Jorge Álvares lograra arribar a China, las numerosas y diversas mercancías asiáticas que cada año llegaban hasta Lisboa lo hacían acompañadas de sus nombres originales, extendiéndose rápidamente su uso entre el pueblo.³ Cuando en 1712 Rafael Bluteau incluyó la palabra “biombos” en el primer diccionario de lengua portuguesa, este término derivado del japonés “byó-bu” y el objeto al que se refería ya eran conocidos en Portugal desde hacía mucho tiempo. Durante el siglo XVI los frailes, oficiales reales y comerciantes que se movían por el *Estado da India* habían comenzado a divulgar estos muebles asiáticos por occidente. Incluso se ha defendido tradicionalmente la idea de que pudieron ser precisamente los portugueses los que introdujeron una “m” intermedia al nasalizar el sonido de la expresión japonesa.⁴

Así, la primera alusión a la palabra biombo de la que tenemos noticia aparece en una carta del padre Luis Fróis escrita en 1569, en la que se refiere a “os bèobus (que são huns panos pintados, que se dobrão)”⁵. Años después,

³Sebastião Rodolfo Dalgado, *Glossário luso-asiático* (Lisboa: Academia das Ciências, 1983), 24.

⁴Joan Corominas, *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico* (Madrid, Editorial Gredos, 1980-1991), v. I, 587.

⁵“Carta do Padre Luis Froes, do Miaco pera o padre Belchior de Figueiredo, ao primeiro de Junho de 1569”, *Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Jesus escreverão dos Reynos*

en 1603, los jesuitas de Nagasaki incluyeron el término en el *Vocabulario da língua de Japão com a declaração em Portugues*, elaborado para ayudar en su labor a los misioneros. “Biôbu” aparecía aquí en singular y se detallaba como “uma maneira de paineis grosos que se tem por si em pé, de que usão os japoens pera ornato das casas e pera contra o vento”. Además, junto a la definición del diccionario, se incluía un divertido proverbio: “caio do cavalo de pernas arriba a maneira de biôbus que caem para tras dando comsigo no chao”.⁶ A lo largo de este importante documento, los biombos se encuentran relacionados con otros muchos términos. Este es el caso de los “Biobus onde estaõ pintados campos ou alegretes com boninas e ervas do outono”. Sin embargo, el más interesante es aquel que aparece asociado a la palabra japonesa para mercader, donde se afirmaba que “os biobos e mercadores não podem estar direitos e sempre o mercador é ladrao ou mente”.⁷ Si tenemos en cuenta que muchos de los portugueses que llegaban a Japón eran comerciantes y que los propios jesuitas participaron del tráfico con Macao, podemos suponer que este proverbio no les pasase desapercibido.

De la definición posterior de Rafael Bluteau destaca el hecho de que se refiera el término en plural, lo que según Mendes Pinto se debió a que los ejemplares que llegaron en el siglo XVI a Portugal fueron japoneses, país donde se acostumbraban a realizar por parejas.⁸ De esta manera, los primeros biombos de los que tenemos noticia en Europa llegaron precisamente desde Japón, de la mano de la embajada de jóvenes nipones que organizaron los jesuitas de esta provincia. La misión diplomática partió de Nagasaki encabezada por Alejandro Valignano rumbo a Lisboa en 1582. Entre los presentes embarcados se encontraban dos pares de biombos, los dos primeros ofrecidos a Felipe II y los otros dos al Papa Gregorio XIII. Mucho se ha debatido acerca de lo que iría representado sobre las hojas de estos presentes diplomáticos y su significado. Si tenemos en cuenta una carta escrita en febrero de

de *Japão e China* (Évora: por Manoel de Lyra, 1598), Tómo I, fol. 259^f.

⁶*Vocabulario da Língua de Iapam com a declaração em Portugues, feito por alguns Padres, e irmãos da Companhia de Iesu com a licença do Ordinário, e Superiores em Nangasaqui no Collegio de Iapam da Companhia de Iesu Anno 1603. Suplemento deste vocabulario. Anno 1604*, Biblioteca de Ajuda, Lisboa, 46-VIII-35, p. 45, fol. 41^v.

⁷*Vocabulario da Língua de Iapam*, p. 22, fol. 19^f.

⁸María Helena Mendes Pinto, *Biombos Namban* (Lisboa: Instituto português de Museos, 1993), 5.

1582 por el jesuita Gaspar Coelho, es probable que se tratase de aquellos que Oda Nobunaga “mandara fazer pelo mais insigne pintor que auia em Japão, e nelles mandou pintar esta cidade nova com a sua fortaleza [Castillo Azuchi] tanto al natural, que nada quis que discrepasse da verdade, pintando o sitio do lago, das casas, de tudo o mais quam proptiamente pudesse ser”. La belleza y riqueza de estos objetos había causado una gran curiosidad entre los propios japoneses, tanto que antes de enviarlos a Europa los religiosos se habían visto obligados a “pólos na igreja pera que todos os pudessem ver a vontade”.⁹ El significado del tema que decoraba sus hojas sólo puede entenderse dentro del contexto político japonés, probablemente en el marco de una virtual propaganda anti-Kioto.¹⁰

Gracias a las recomendaciones que hizo Valignano a Nunes Rodrigues sobre la forma en que se debían transportar los biombos, podemos hacernos una idea de cómo viajaban estos objetos en los barcos. Sobre este asunto afirmaba que tenían que ser trasladados en una caja grande que él mismo había llevado para Japón y que adquirió en Cochín, en la India portuguesa, indicando también el lugar donde debían ser almacenados: “bayxo da cuberta ou na parte da solda q compramos aucra comodidade pera ysso e pondoos em lugar onde não possão sover [chover] ne serẽ molhados de agoa”.¹¹ Tiempo después, en 1751, los tres juegos de biombos que traía Pedro Miguel de Almeida e Portugal, marqués de Alorna, a su vuelta de Goa se alojarían en el “porão” del barco, donde también irían protegidos de las inclemencias del tiempo.¹²

⁹Estas piezas debieron ser de una gran calidad, lo que encajaba perfectamente con el interés de Valignano en exaltar los objetos conseguidos por los miembros de su provincia para dotar la embajada: “Carta annua de Iapão q escreveo o Padre Gaspar Coelho de Nangaçãqui; a quinze de Fevereiro do ano de 82 ao Padre geral da Companhia de Iesu”, *Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Jesus escreverão dos Reynos de Japão e China* (Maia: Castoliva, 1997), Tomo 2, 39^r y 39^v.

¹⁰Matthew Philip McKelway, *Capitalscapes: Folding Screens And Political Imagination in Late Medieval Kyoto* (Honolulu: University of Hawai‘i Press, 2006).

¹¹Alessandro Valignano, “Regimento e Instrução do q hadi fazir o Padre Nuno Rois q vay por Procurador à Roma”, 1583, *Archivum Storico Compagnia de Gesu, Japonica Sinica* 22, fol. 51.

¹²“Rol do que leva a carga da nau “N.S. Necessidades” pertencente ao marques de Alorna” ANTT, Arquivo da casa do Marquês de Fronteira e Alorna, Livro nº 110, s/n. Goa, 6 de fevereiro de 1751.

Según Leonor Leiria, muchas de las cajas y cofres utilizados en el comercio portugués se realizaron con maderas de la India, algunas de las cuales podían tener propiedades antisépticas que ofrecían protección contra los ataques de los insectos.¹³ Una gran parte de los biombos japoneses que se exportaron en este periodo eran extremadamente frágiles ya que estaban realizados con papel pintado, por lo que resultaba fundamental protegerlos del agua y los golpes en los desplazamientos. Al estar compuestos por hojas unidas por ligeras bisagras de papel, los biombos se podían plegar fácilmente e introducir así en cajones elaborados especialmente para este cometido, de un largo mayor al habitual. Así, fueron habituales las alusiones a “cajones de biombos” en los registros de mercancías de los barcos, algunos incluso hechos de madera lacada o decorados con pintura, y no es extraño encontrar a personajes que, ya en su destino, conservaban estos valiosos y prácticos contenedores. Recordemos también lo importante que era en la cultura japonesa la caja en la que se entregaban los regalos, puesto que resultaba de mal gusto abrirlos en presencia del oferente.

Si se pretende recuperar los caminos por los que transitaban estas obras de arte, primero se debe destacar el lugar esencial que ocupó Macao en el comercio con occidente. Este puerto supo situarse en el centro de tres importantes rutas: la que le unía con Japón; la que llegaba hasta Europa a través de Goa y Lisboa; y por último, aquella que la relacionaba con el continente americano vía Manila y Nueva España.¹⁴ Asimismo, la relación con la feria de Cantón y con los jesuitas que se encontraban en Beijing, ligaba la ciudad con la China imperial.

El contacto directo entre Macao y Japón duró hasta 1639, fecha en la que el Shogun prohibiría el arribo de barcos portugueses a sus costas. A pesar de que entre las mercancías que se importaban desde Nagasaki durante este periodo abundaba la plata, también se introdujeron algunas piezas de lujo como las lacas namban o los biombos.¹⁵ Una parte de estos objetos se quedaban en China, donde existía un antiguo gusto por las manufacturas niponas,

¹³Leonor Leiria, “Namban Art. Packing and Transportation”, *Bulletin of Portuguese and Japanese Studies* 5 (diciembre 2002): 49-65. También sobre el transporte de mercancías en los barcos del Estado da India ver: Rui Manuel Loureiro, “Navios, mercadorias e embalagens na rota Macau-nagasaki”, *Revista de cultura* 24 (octubre de 2007): 33-51.

¹⁴Rui Lourido, *A rota marítima da seda e da prata: Macau-Manila 1580-1640* (Lisboa: Tese maestr. História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Univ. Nova de Lisboa, 1995), 2^v.

pero otros muchos se reexportaban hacia Goa y Lisboa en los barcos del *Estado da India*. Las crónicas escritas por los misioneros que pasaron tiempo en Japón durante los siglos XVI y XVII demuestran que los biombos se despachaban regularmente hacia la India y Europa. El padre Luis Fróis hizo alusión a estos muebles japoneses afirmando que “ya se han mandado algunos a Portugal y a Roma, y van cada año para la India muchos”,¹⁶ mientras que el padre Juan Rodríguez Tsuzu, en su *Historia de la Iglesia del Japón*, comentaba sobre los biombos que son “cosa muy acomodada que de acá llevan para Europa, de que hay muy varios y ricos en el Fuchu”.¹⁷ Fuchu era el nombre con el que antiguamente se conocía a la región de Suruga o en la prefectura de Shizuoka, una zona cercana a la nueva capital del shogunato Tokugawa, la ciudad de Edo (Tokio). Es lógico pensar que el desarrollo urbano de Edo estimulase la expansión de un artesanado cercano que cubriese las demandas de la aristocracia que se iba asentando. Desde China, los jesuitas de la provincia de Macao también se refirieron al envío de estas piezas de lujo al viejo continente. En 1642 Álvaro Semedo, al tratar de la pintura de animales y plantas que hacían los artesanos chinos, se refiere a “sus biombos i otros adornos que llegan a Europa”.¹⁸

Posteriormente, otro tipo de fuentes relacionadas con las actividades comerciales portuguesas en Asia nos confirman la información apuntada por los religiosos. En 1636 el Conde de Linhares, Gobernador de la India, con objeto de recuperar el trato entre Goa y Macao interrumpido por la hostilidad de los holandeses en la zona, autorizó el viaje de la nao inglesa *London* a Macao para el traslado de cobre y piezas de artillería de hierro. En el viaje de vuelta, el flete de la nao fue aprovechado por algunos comerciantes particulares para introducir mercancías camino de Goa. Entre las escogidas se en-

¹⁵Huang Qichen and Deng Kaisong, “The Development of Macau’s Foreign Trade in the Ming Dynasty” *Review of Culture* (1988): 24-31.

¹⁶Luis S. J. Fróis, *Historia de Japam* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 1984), 5: 313. El historiador Tadao Takamizawa afirma que ricos mercaderes y agentes comerciales de ciudades portuarias como Tsuruga pudieron encargarse de biombos nambán, por lo que no sería extraño que alguno se hubiera exportado a Europa. Tadao Takamizawa, “Paravents namban”, in *Namban ou l’Européisme japonais. XVI-XVII siècles* (Paris: Musée Cernuschi, 1980).

¹⁷José Luis Álvarez Taladriz, *La pintura japonesa vista por un europeo a principios del siglo XVII* (Osaka: Osaka Gaikokugo Daigaku, 1953), 36-37.

¹⁸Álvaro Semedo, *Imperio de la China i cultura evangelica en él, por los religiosos de la compañía de iesvs* (Madrid: impreso por Juan Sánchez, 1642), 10.

contraban: “Hum caixão de biombos de muitos generos, o caxão de biombos mais pequenos, o caxão pequeno do mesmo genero”, prueba de que se trataba de un producto valorado que se solía incluir en las importaciones de esta ciudad.¹⁹

Al mismo tiempo, una anécdota relacionada con el arzobispo gobernador de Goa, Aleixo de Meneses, proporciona una prueba de la significativa presencia que tuvieron los biombos en los diferentes puertos que unían Extremo Oriente con Lisboa y de su penetración en la vida material de los habitantes portugueses. En 1607, Felipe III decidió enviar una embajada a Persia bajo el mando del fraile Antonio de Gouveia con la intención de convencer al Xá para que hiciese la guerra a los turcos y permitiese que los armenios fuesen convertidos al catolicismo. Como el propio embajador relató unos años después, fue necesario que el arzobispo gobernador completase los regalos que habrían de llevar en esta misión “com algũas peças que achou por sua casa, ou pera melhor dizer buscou fora della, porque lhe nam deixam os pobres ter na sua cousa de preço”. Lo llamativo es que entre los presentes que en 1608 Gouveia entregó al llegar a su destino se encontraban “algũs Biobos da China, e Japão que foram os primeiros que tinhão entrado na Persia, e como tais muyto estimados, particularmente do Xá, que he muyt affeiçoado à pintura”.²⁰

Es interesante constatar que los biombos, después de haber sido enviados como regalos diplomáticos por la embajada japonesa de 1582, fueron asumidos y utilizados como tales por la cultura política portuguesa. Se trata, por lo tanto, de un ejemplo único de la modernidad ibérica, capaz de abrirse y adaptarse a otros mundos. Esta apropiación se produjo de manera muy temprana, antes incluso de que en 1613 el shogun Tokugawa Ieyasu enviara una embajada encabezada por el samurai Hasekura Tsunenaga con cinco cajas de biombos como presente para el que fuera virrey de Nueva España, Luis de Velasco.²¹

¹⁹“Fragmento feito pello veedor da fazenda geral e o capitam da nao a traz nomeado das couzas que elle trouxe da China para esta cidade pela maneira abaxo”, en Archivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Documentos remetidos da India*, Libro 44, fol. 426^v y 427^r.

²⁰Antonio de Gouveia, *Relaçam, em que se tratam as guerras e grandes victorias que alcançou o grãde rey da Persia Xá abbas do grão turco mahometto* (Lisboa: Impresso por Pedro Crasbeeck, 1611), 170^v-171^r y 176^v-177^r.

²¹Los biombos fueron finalmente entregados en España. En la lista de bienes del que fuera virrey de la Nueva España, Luis de Velasco, hecho en Madrid en 1617, aparecen cinco

Asimismo, el investigador Stefan Halikowski ha señalado cómo los portugueses residentes en Ayutthaya (en Siam) a finales del siglo XVII decoraban sus casas con productos chinos y japoneses, entre los que destacaban los biombos.²² Todos estos datos demuestran que la labor portuguesa de difusión de obras de arte asiáticas no se limitó a su transporte hasta Europa, sino que supieron incluirlas en sus intercambios dentro del propio continente.

Para Vasallo e Silva, la llegada masiva de objetos extranjeros a Portugal explicaría el “orientalismo” que marcó las artes ornamentales lusas después de los descubrimientos.²³ En este contexto, los biombos pasaron a formar parte de los ajuares domésticos de las viviendas más ricas, ya que alcanzaban precios en los mercados de la capital que estaban sólo al alcance de una minoría. En los salones donde se recibían las visitas se encontraba el estrado, sobre el que se colocaban las mejores alfombras, almohadas, muebles y tapicerías llegados de todos los rincones del mundo. En estos escenarios de ostentación, cualquier objeto venido de Asia gozaba de un prestigio de refinamiento que lo hacía muy atractivo. Asimismo, los biombos eran un tipo de mueble nuevo que traía pintadas imágenes de ese mundo extraño y lejano que tanta curiosidad provocaba a los ojos de los occidentales. Como escribió en 1682 John Evelyn de manera entusiasta, al observar las pinturas de los biombos que decoraban algunos palacios europeos uno podía estudiar “la forma de vida y el país de los chinos”.²⁴ Siendo esto así, es lógico que estas piezas atrajesen la atención de los invitados, causando una gran impresión y elevando la condición social de sus dueños.

Por otra parte, durante el periodo de Unión dinástica entre Portugal y España (1580-1640), los comerciantes lusos aprovecharon la coyuntura política y el hecho de que la mayoría de mercancías del galeón de Manila se quedaban en México, para enviar numerosos objetos orientales a los mercados españoles. El hecho de que algunos biombos se califiquen en las fuentes penin-

biombos “de la India”. “Inventario de los bienes que quedaron por muerte de don Luis de Velasco, marqués de Salina”, Archivo Histórico de Protocolos de la ciudad de Madrid (AHPM), 2320, 21 de septiembre 1617, 89^r y 92^r-93^v.

²²Stefan Halikowski Smith, *Creolization and Diaspora in the Portuguese Indies: The Social World of Ayutthaya, 1640-1720* (Leiden: Brill, 2011), 102-103.

²³Nuno Vasallo e Silva, “A recepção de objetos de arte orientais em Portugal”; 15-22.

²⁴S. Beer, *The Diary of John Evelyn* (Oxford: Oxford University Press, 1955), parte IV: 288.

sulares como “de la India” puede indicar que estos ejemplares llegaron a través de “la ruta portuguesa” que hacía escala en los puertos del Índico. Este mismo error a la hora de identificar el origen de las mercancías venidas de ultramar se dio en numerosas ocasiones, como sucede en los inventarios portugueses con la porcelana de la India que, en realidad, era de China.

Apoyando esta suposición, en la *tasa de los precios a que se han de vender las mercaderías y otras cosas elaborada en Madrid en 1628*, encontramos un apartado para las *Mercaderías de la India y Portugal*. Aquí, entre bufetes del Japón con madreperla, hostiarios del Japón hechos con nácar o madreperla embutidos, cajuelas del Japón para pastillas, cofrecillos de concha de tortuga o tablas de escribir de China, se hacía referencia a los biombos que llegaban por la ruta portuguesa del Pacífico:

Viobos grandes de la India de los altos que tenga cada uno ocho tablas de los buenos seiscientos reales, y los dichos, que tenga cada uno seis tablas treientos y cincuenta reales cada uno, y los mejores de la China que tengan las dichas ocho tablas mil reales.²⁵

Aunque existieron biombos de varios tamaños, en este momento abundaban los de 6 y 8 hojas, alcanzando precios elevados si los comparamos con otros muebles de la época. Este tipo de documentos demuestra la considerable difusión que las mercancías chinas y japonesas tuvieron en el contexto peninsular. Los biombos llegarían hasta Castilla por los dos caminos abiertos en el Pacífico, circunnavegando el cabo de Buena Esperanza o atravesando América. En cualquier caso, Macao y Nagasaki siempre eran el punto de origen.²⁶ No sorprende, por lo tanto, que entre los biombos que dejó en 1628 Catalina de Zuñiga y Sandoval, VI condesa de Lemos, hubiese 8 biombos incluidos en el apartado de las “cosas de la India oriental”;²⁷ o que ya a finales del siglo XVII, formando parte de las pinturas del Palacio Real de Madrid

²⁵Publicado completo en Marí Paz Aguiló, *El mueble en España. Siglos XVI y XVII* (Madrid: CSIC, 1993), doc. nº 39, 436.

²⁶En un documento sin fechar que contiene la relación de objetos que el embajador de Japón traía para su despacho en Madrid, se hace mención de “Treynta Caxones de biobos de oro fino, cada Caxon dos biobos”. Lo que indicaría la llegada de biombos japoneses en un número considerable. “Memoria de mercaderías que trae el embajador de Japón”, Archivo General de Indias de Sevilla (AGI), Filipinas, 7, R. 7, N. 88.

²⁷“Inventario de los bienes de Doña Catalina de Zuñiga y Sandoval, VI condesa de Lemos”, 1628, AHPM, Pº 2300, fol. 806^r.

Portuguese Studies Review

PSR

PSR Previews : End of this article's preview



PORTUGUESE STUDIES REVIEW (PSR)

BIBLID | ISSN 1057-1515 print

ONLINE: through EBSCO and Gale/Cengage

JOURNAL HOMEPAGES: <http://www.maproom44.com/psr> (URL permanently valid)

and <http://www.trentu.ca/admin/publications/psr> (URL not valid after 05 June 2020)

© 2014-2019 Portuguese Studies Review and Baywolf Press | All rights reserved

Religião e sexualidade em conventos femininos

Álvaro Cardoso Gomes

Universidade de São Paulo

Alzira Lobo de Arruda Campos

UNESP

Eliane de Alcântara Teixeira

UNIBR

*Pobre de mim! Digna de lástima que
sou por não poder partilhar contigo
as minhas penas e ser eu só a desgraçada!*
Mariana Alcoforado, “Terceira Carta”

OS REGISTROS SOBRE a sexualidade feminina no passado histórico — uma zona relegada ao silêncio cultural — repousam em arquivos criminais, laicos ou religiosos. Em especial, nos arquivos do Santo Ofício, à esfera do qual pertenciam os crimes afetos à sexualidade não autorizada pela Igreja, isto é, à toda prática sexual que se exercesse fora do tálamo conjugal, em desacordo com as regras minuciosas estabelecidas pelo Concílio de Trento (1545-1563). Esses arquivos registram, forçosamente, mais do que as vozes das penitentes, as dos juízes, cujas vivências e fantasias sexuais embebem os relatos dos delitos que julgaram, encerrando-os na camisa de força das regras legais. Daí decorre a importância de se poder analisar a sexualidade feminina a partir de fontes primárias, não contaminadas pela linguagem burocrática dos processos, como é o caso do gênero epistolar.

Compreende-se, pois, o interesse que cartas amorosas escritas por mulheres provoca nos estudiosos da grande área das Ciências Humanas, interessados em estudos de gênero. Interesse ainda aumentado quando as autoras das cartas foram “esposas de Cristo”, que resolveram estender os seus êxtases místicos para o campo terreno, arranjando parceiros para as suas “infames práticas”, sem o temor das penas severas previstas pelo Livro 4º das Ordenações do Reino e à repressão inquisitorial aos crimes da luxúria e a “danados



coitos”. Com espantoso descaso ao rigor das punições, as transgressões à sexualidade permitida eram frequentes e levaram numerosas mulheres aos cárceres da Inquisição. Por meio dos documentos produzidos pelo Santo Ofício, e em meio a relatos sobre a prisão, tortura, degradação física e moral das penitentes, é possível encontrar revelações sobre a sexualidade feminina, compreendendo um pouco mais a mulher, como figura de transgressão.

Um dos crimes mais comuns cobertos pela Inquisição era o da solicitação de favores sexuais, protagonizado por padres, monges ou frades, que se valiam do poder que detinham, na qualidade de confessores, sobre as suas confessadas. Nos processos, são chamados de “solicitadores”. Esse crime não comparece sozinho às denúncias contra os réus, deixando evidente que a Igreja não se interessava em punir transgressões que não punham em risco o seu monopólio da magia, enquanto restritas ao campo puramente sexual. A situação de “bruxos, mágicos e feiticeiros” era diferente, porque subvertia a hierarquia eclesiástica e concorria com os sacerdotes na intermediação com Deus. Como tais, eles eram identificados como agentes do Diabo, do mesmo modo que as “falsas beatas”, também vistas como participantes de pactos diabólicos. A respeito, vigorava a expectativa de que “atos impuros” praticados pelo clero seriam tolerados, desde que não provocassem clamor ou escândalo público.

Note-se que encontros sexuais com membros da Igreja eram comuns no Renascimento. Alguns conventos e mosteiros tornaram-se famosos pela moral dissoluta e pela licenciosidade sexual neles existentes, o que é compreensível, uma vez que serviam mais como depósito para mulheres despojadas de herança familiar do que como lares para aquelas que apresentassem forte vocação religiosa. Em muitos conventos, a vida das filhas rejeitadas de famílias nobres ou burguesas era indistinguível da vida de suas congêneres do mundo exterior.¹ As acusações contra freiras e monjas de má conduta sexual eram frequentes, como frequentes eram os “freiráticos” — homens, sobretudo nobres, que preferiam procurar as suas amantes nos conventos. D. João V, por exemplo, foi notório freirático, mantendo relações sexuais sistemáticas com freiras, com as quais teve os filhos D. Antônio, D. Gaspar e D. José, os célebres “Meninos de Palhavã”²

¹Judith C. Brown, *Atos Impuros. A Vida de uma Freira Lésbica na Itália da Renascença* (São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987), 60.

²*Dicionário de História de Portugal e do Brasil* (Lisboa: Mirandela & C^a, 1971), 623.

Os amores com freiras tornaram-se mesmo um *topos* literário da Idade Moderna. É o caso das *Cartas* de Sórora Mariana Alcoforado, surgidas pela primeira vez em Paris, em 1669, com o título de *Lettres portugaises traduites em français*. No mesmo ano, surgem outras edições em Colônia, agora, contando com o nome do tradutor, o Conde Guilleragues. As *Cartas*, desde seu surgimento, vieram, ao longo do tempo, provocando polêmicas e suscitando dúvidas algumas vezes insolúveis. Entre elas, o da autoria do texto, da inexistência quase que absoluta de dados históricos sobre a autora e o da tradução. Quanto à autoria, uma nota à margem das *Cartas*, na edição de 1669, atesta o seguinte: “a religiosa que escreveu estas cartas chama-se Mariana Alcoforado, religiosa em Beja entre a Estremadura e a Andaluzia”.³ Quanto à biografia, o que se sabe é que a suposta autora, Mariana Alcoforado, nasceu em 1640, foi batizada em 22 de abril do mesmo ano e que ingressa no Convento Nossa Senhora da Conceição, onde professou em 1656 e faleceu em 18 de julho de 1723.⁴ Mas a presença de todos esses dados não evitou que a polêmica continuasse cada vez mais acirrada. Há quem defenda a tese de que as cartas eram apenas um jogo literário, tendo sido escritas pelo próprio tradutor, o Conde Guilleragues, amigo de Racine, tese defendida, entre outros, por Rousseau: “aposto tudo em como as famosas *Cartas Portuguesas* foram escritas por um homem”; que desmente assim o Duque de S. Simon, contemporâneo do Conde de Chamilly, o amante da freira e destinatário das cartas: “Ao vê-lo e ouvi-lo ninguém se persuadirá que tivesse inspirado um amor tão desconforme como esse que é alma das famosas *Cartas portuguesas*...”⁵

Ao longo do tempo, as *Cartas* tiveram um grande sucesso, influenciando Mme. De Lafayette, Racine. Entre 1678 e 1740 houve uma dúzia de reimpressões. Stendhal e Rilke chegaram a mostrar grande entusiasmo por elas, principalmente o poeta alemão que numa carta a uma amiga acentua o caráter essencialmente feminino do documento:

Esses dois vultos falam do humano como uma voz única: o vulto das jovens mortas, e, mais absoluto ainda, mais puro, o da *amorosa*... Sobretudo Mariana Alco-

³Maria da Graça Freire, “Introdução” a *Mariana Alcoforado: Cartas* (Rio de Janeiro: Agir, 1962), 10.

⁴Francisco Maciel Silveira, Lênia Márcia de Medeiros Mongelli, Maria Helena Ribeiro da Cunha, *A Literatura Portuguesa em Perspectiva (Classicismo, Barroco, Arcadismo)* (São Paulo: Atlas, 1993), 2: 135.

⁵Freire, “Introdução”, 9.

forado, a incomparável, que nas suas cartas, tão profundas, mostra passo a passo o que é o amor de uma mulher, sem excessos nem ligeireza, como fossem escritas por uma sibila...⁶

Vale a pena refletir um pouco sobre o porquê de as *Cartas* terem tido tanto sucesso. Em primeiro lugar pelo fato de, no século XVII e XVIII, o gênero epistolar ter se desenvolvido extraordinariamente, graças, entre outras coisas, ao progresso dos correios. Madame de Sevigné, entre 1664 e 1696, enviou centenas de cartas à filha, Rousseau escreveu 2.500 cartas, Voltaire, 10.000, D. Francisco Manuel de melo escreveu milhares de cartas, António Vieira, uma centena delas.⁷ Não é à toa, portanto, que o conjunto de epístolas da freira apaixonada provocasse tanta comoção. Diferentemente de um poema, um conto, um romance, uma carta, mesmo quando fictícia, ao confrontar o emissor e o destinatário, plenamente identificados num espaço relativamente curto, supõe uma intimidade ou a expressão mesma da intimidade. O leitor acaba tendo um duplo papel: ao assumir o do emissor, abre vicariamente o coração e revela-se e, ao assumir o do destinatário, é premiado com revelações íntimas. Nesse jogo duplo, ele acaba sendo duplamente gratificado porque cria a ilusão da sinceridade e/ou da naturalidade das confissões ofertas a ele de um modo mais direto. Mas, se nos reportarmos ao século XVIII, quando as *Cartas* tiveram seu maior sucesso, é possível se pensar que isso talvez se devesse ao fato de, nessa época, as teorias libertinas estarem em voga. Afinal, as epístolas de Sórora Mariana Alcoforado ressumam erotismo por todos os poros, o que vai ao encontro das ficções e teorias de Restif, Voltaire e Sade, entre outros, que põem em cheque o primado da Razão, no século das Luzes, ao revelar o mundo baixo das paixões, oculto atrás das aparências.

Sem querer polemizar sobre a questão da autoria e abraçando a tese da corrente alcoforista, que entende que as cartas foram realmente escritas por Mariana Alcoforado, pretendemos investigar os procedimentos retóricos de que se serve a freira de Beja para seduzir e envolver o ingrato Chamilly. A terceira carta, considerada geralmente pelos críticos como o clímax de um conjunto de cinco epístolas que restaram, servirá de ponto de partida para estas reflexões. Já a uma primeira leitura, saltam aos olhos dois aspectos fundamentais e, de certo modo, contraditórios: a perfeita organização da maté-

⁶Freire, “Introdução”, II.

⁷Massaud Moisés, “Epístola”, *Dicionário de Termos Literários* (São Paulo: Cultrix, 2004), 160-161.

ria, que indicia a intenção de o emissor envolver e seduzir o destinatário e o vocabulário incendiado que sugere aparente desequilíbrio emocional. Isso está de pleno acordo com o espírito do Barroco, período em que a cartas apareceram, pois que nessa estética,

Na busca da semelhança em coisas dessemelhantes, a metáfora, mercê de seu procedimento construtivo, denuncia, no ponto de intersecção que aproxima dois entes, a analogia subsistente em coisas aparentemente díspares. O oximoro, fundindo seres ou categorias polares, dilui as antinomias numa síntese apaziguadora.⁸

Esse é o tom de toda a missiva: contradições, antinomias se sucedem, uma linguagem caudalosa, rebarbativa, hiperbólica, procura, por meio de excesso, figurar, mimetizar o desequilíbrio, a entrega completa ao mundo das emoções e das paixões:

Espedçam-me impulsos descontraídos. Alguém poderá imaginar um estado tão lastimoso? Amo-te doidamente e quero-te também que nem me atrevo a desejar que em ti se renovem arrebatamentos iguais aos meus. Morria ou acabaria por morrer de mágoas se estiver certa de que não podias ter descanso, que a tua vida era só desassossego e desvairo, que passavas o tempo a chorar e que tudo te causava desgosto.⁹

A carta divide-se em três partes perfeitamente delimitadas. A Introdução, circunscrita aos dois primeiros parágrafos, trata dos planos e desilusões sofridas por Alcoforado. Seguem-se o Desenvolvimento e a Conclusão, que contém anafóricos adeuses, um em cada um dos cinco parágrafos finais, modo retórico de intensificar a pungência da paixão:

Adeus, quem dera que não te houvesse conhecido! (...)

Adeus, promete lastimar-me carinhosamente, se eu morrer de mágoa, e que ao menos o desconforme desta minha paixão te desgoste e afaste de tudo. (...)

Adeus, ainda uma vez. (...)

Adeus, parece-me que te falo demais do estado lastimoso em que me encontro. Mas agradeço-te do íntimo do coração os tormentos que me dás e aborreço o descanso em que vivi até ao momento de te conhecer.

⁸Silveira et al., *A Literatura Portuguesa*, 2: 94.

⁹Mariana Alcoforado, *Cartas*, int., notas de Maria da Graça Freire (Rio de Janeiro: Agir, 1962), 29.

Adeus, a minha paixão cresce a todo instante. Ai, quantas coisas para te dizer!¹⁰

Quanto ao vocabulário, a freira serve-se do espetaculoso, do hiperbólico, como era de se esperar num texto de linhagem barroca: “desgraçada”, “mil outras razões”, “ciúmes pavorosos”, “funesto prazer”, “arrebatamentos”, etc., com o atenuante de que o leitor não sabe se se defronta com excessos do original ou com arroubos do tradutor traidor. Percebe-se que a realidade que importa é a do excesso, do desequilíbrio, da desordem, em oposição à da tranqüilidade, da serenidade. A vida passa a ser sinônimo de dinamismo intenso, de entrega total ao quer que seja que perturba a paz e o sacrossanto sossego, o que implica a linguagem ser acometida do mesmo mal, para expressar o tumultuário, o intenso. Nesse sentido, a autora é obrigada a realizar uma violência contra a própria linguagem, de modo a que a palavra procure se aproximar ao máximo das paixões em estado bruto – mero recurso retórico evidentemente, pois a linguagem está além das paixões, é um seu sucedâneo, uma sua tradução. O romântico Lamartine lembrava que não há no mundo uma língua que conseguisse exprimir o que há de mais divino no coração do homem:

A alma é infinita e as línguas não são mais do que um pequeno número de sinais elaborados pelo uso para as necessidades dos homens comuns. São instrumentos de vinte e quatro cordas destinados a reproduzir as miríades de notas que a paixão, o pensamento, o devaneio, o amor, a oração, a Natureza e Deus ecoam na alma humana.¹¹

Mas esse são os ossos do ofício do poeta e do escritor de modo geral: sentimentos são sentimentos, linguagem é linguagem, ambos pertencem a departamento diferentes e sentimentos são mimetizados, representados pela linguagem. O fundamental é que os poetas e autores em geral convençam de que estão falando de sentimentos autênticos e, evidentemente, tudo isso passa pelos efeitos retóricos, de que a freira parece ter pleno domínio, ao se utilizar de excessos lingüísticos para dar a dimensão de todo seu amor.

Nem só, contudo, de hipérbole vive a amadora. Seu texto é também povoado de contradições, de antíteses, paradoxos, a partir do instante em que ela toma consciência de que o “eu” não é uma entidade íntegra, coesa. Pelo

¹⁰Alcoforado, *Cartas*, 31.

¹¹Alphonse de Lamartine, “Préface de 1849”, em *Méditations Poétiques* (Paris: Delmas, 1949), 28.

contrário, caracteriza-se por ser um espaço em que convivem, beligerantemente, duas porções opostas. O pior inimigo é o outro que existe dentro dela (“só e tendo de batalhar comigo mesma”) e que lhe declara guerra. Velho clichê barroco, o “eu” inimigo de si, constrói o império dos espelhos, ou o labirinto, onde a paixão se aninha para se exacerbar..., ou para lhe preparar o bote, feito o Minotauro, que deseja abocanhar a presa incauta. Em consequência disso, o texto oferece um jogo de antinomias, através da eclosão dos pares contrastivos: sedutor X seduzido; vida X morte; ser amado X amar com ardor; palavra mentirosa X palavra verdadeira. Mas, em vez de constituírem entidades autônomas, tais antinomias frequentemente se entrelaçam, construindo uma estrutura *en abîme*, de que dificilmente o pobre Chamilly logrou escapar.

É possível agrupar alguns desses pares contrastivos em torno de determinados núcleos: assim, por exemplo, é possível se detectar um centro aglutinador num mito secular que percorre a carta. Referimo-nos ao de Ulisses e Penélope. Nesse mito, o homem ocupa o espaço da aventura, da conquista, da diversidade das experiências, da inquietude; Penélope, por sua vez, vive nos limites do lar, pacientemente tecendo a sua teia. A teia esgota o tempo e reconduz o marido afoito a seus braços. Chamilly é o novo Ulisses, que deveria escrever à amada de “todas as terras” por onde passasse, que deveria manter estrita fidelidade ao antigo amor. Mariana Alcoforado é a Penélope que perde a saúde com “tantas vigílias e apoquentações”; ao mesmo tempo em que tece a rede de palavras, aparente entrega ao amor impossível, real figuração da baba de aranha que envolve o parceiro.

Como esse modelar casal mítico, Sórora Mariana monta o labirinto de espelhos, servido-se dos pares sedutor X seduzido, força do homem X debilidade da mulher, fingimento X sinceridade. Num primeiro plano, a mulher seduzida é “desgraçada”, porque o homem formou de “caso pensado a tenção” de entontecê-la, com vistas a alcançar uma vitória, qual seja, a de mostrar a supremacia do macho sobre a fêmea. O donjuanismo, o marialvismo são aqui lembrados: o homem, para satisfazer o ego, preciso conquistar, domesticar a mulher. Nesse caso, ele pode se identificar com as figuras míticas de Fausto e Don Juan, considerados por Camille Paglia como “egos celulares, sedutores e conhecedores criminosos, nos quais se fundem o sexo, o pensa-

mento e a agressão”.¹² Daí que, ao ver da freira, ele seja “vil” e traidor. Mas este raciocínio, noutra ponto da carta, é contrariado por outro tipo de reflexão em que Sórora Mariana Alcoforado hiperbolicamente dá a entender que o sofrimento de Chamilly é maior que o dela: “se mal posso com as minhas penas, como aguentaria a dor de ver as tuas, que sinto mil vezes mais?”. Se numa primeira instância fora ela quem se entregara ao poder da paixão, agora é o homem quem o faz, sofrendo mais do que a mulher. A dor torna-se viável, uma espécie de entidade fantasmagórica.

O contraste, todavia, não se limita a este inicial, na medida em que se intensifica ao longo da carta: mais adiante, a freirinha de Beja diz que sacrificou a “reputação, provoqueei a ira dos meus, os rigores das leis deste Reino” por um ingrato. E, num último lance estratégico, dá a entender que foi um “funesto prazer” sacrificar-se por ele. Daí que vem o remorso, a consciência de que seu sentimento é de papel, num fingimento que chega a irritá-la: “mas então este desespero só é verdadeiro nas minhas cartas?”. Da vileza à exaltação: tanto o macho quanto a fêmea descem ao inferno e sobem ao paraíso, sucessivamente, na proporção do comportamento ético que assumem perante o amor.

Mas esse ponto de vista compreende somente um primeiro nível, a entrada do labirinto. Movida por “impulsos descontraídos”, Sórora Mariana provoca o surgimento de vazios de significado, que subvertem o modelo comportamental do princípio. O amor, afinal, é um “funesto prazer” – o oxímoro aponta para a relativização dos juízos ou para a contestação de que os espaços são estanques, ou de que as verdades míticas são insofismáveis. Assim, o vitorioso não é o que vence, mais vitorioso é o derrotado: o homem que seduz de “caso pensado” não se envolve na paixão e, por consequência, nas “venturas sem par”. De modo idêntico, o sacrifício da honra, reputação, se, de início, significou uma perda, mais adiante, significará um ganho.

Ora, é fiada nessa relativização de valores que Mariana Alcoforado invade outros espaços, também lhes subvertendo a lógica, ou quem sabe mesmo, submetendo-os a *sua* lógica. Assim, por exemplo, se se considerar o par Vida X Morte, é possível verificar a subversão do senso comum. O consenso diz que viver é bom e que morrer é mau. A freira não só altera a premissa – “vivo ainda, pérfida que sou” e “se te amasse tanto como te tenho dito mil

¹²Camille Paglia, *Personas Sexuais* (São Paulo: Companhia das letras, 1990), 44.

vezes, não era para estar morta há muito tempo?"; como também chega à conclusão de que "viver" é "morrer". Eros e Tânatos contrastam-se, trocam de posições e, no final, identificam-se. Nesse sentido, é sintomático que uma carta que fale (e trate) de amores até a exaustão, a palavra "morrer" seja um termo-chave: "morror de desgosto", "morror de mágoa", "morro de vergonha", "morror de amor". Há o morrer que não é nobre, confundindo-se com aspectos do viver: "de desgosto", "de mágoa", "de vergonha" e que constitui apenas oposição à vida, porque Mariana Alcoforado toma ciência de que não amou o bastante. O "morror de amor" provoca a final identidade, quando o instinto de sobrevivência abraça o da destruição, o que leva a pensar num significado novo para viver.

É nessa transformação de significado que reside a essência do discurso de Mariana Alcoforado. Em primeiro lugar, a carta afirma o caráter categórico da contradições. Amar é viver em convulsão, é aceitar que a vida, em si, move-se à força dos primitivos contrários, que provocam o dinamismo inerente a qualquer relação que se queira para além da vida e da morte. Num espaço vital que só a palavra pode construir, espaço este regido pelas leis do espelho, pelas leis do labirinto. Mas não só isto: no instante em que a palavra poética investe contra a ordem natural das coisas, o "eu" transforma-se no outro, o macho na fêmea, o sedutor no seduzido, a vida na morte, etc. Recusando-se a ser mimética, esta arte subverte o real e instaura o primado da palavra mais poderosa que tudo o que existe. Assim, o mito da sinceridade cai por terra. Alcoforado não só não é sincera, como também tem consciência disso. Seu texto envereda pelo escorregadio terreno da exploração retórica dos sentimentos. Afinal, ela sabe muito bem que convence quem melhor sabe manipular a estética dos efeitos. O velho Pessoa lateja nessas cartas: a Sórora finje tão completamente que chega a fingir que é amor o amor que deveras sente. O pobre do Chamilly que se cuidasse: a pretensa "debilidade de mulher" poderia ser arma de dois gumes. Com efeito, a história registra o fato de muitas freiras e beatas, que, tais como sóror Mariana, conseguiram subverter o papel que lhes estava destinado: de castas esposas de Cristo, transformaram-se em mulheres dispostas a viver plenamente a própria sexualidade.

As cartas de Mariana Alcoforado, tendo por tema o amor, sensibilizam ainda hoje os seus leitores, e, ainda hoje, provocam polêmicas apaixonadas, a começar pela discussão sobre a sua existência como personagem histórica ou ficcional. O que, é forçoso dizer, quase dá na mesma, pois sóror Mariana

Portuguese Studies Review

PSR

PSR Previews : End of this article's preview



PORTUGUESE STUDIES REVIEW (PSR)

BIBLID | ISSN 1057-1515 print

ONLINE: through EBSCO and Gale/Cengage

JOURNAL HOMEPAGES: <http://www.maproom44.com/psr> (URL permanently valid)

and <http://www.trentu.ca/admin/publications/psr> (URL not valid after 05 June 2020)

© 2014-2019 Portuguese Studies Review and Baywolf Press | All rights reserved

Uma cidade à beira-mar : o Rio de Janeiro no cenário da Guerra de Sucessão¹

Ângela Domingues

*Instituto de Investigação Científica Tropical e Centro de História de Aquem e Além-
Mar/FCSH/Universidade Nova de Lisboa; Universidade de Açores*

*Extasiei-me ao saber de todas as circunstâncias de
vosso empreendimento na cidade do Rio de Janeiro,
e não há nada que acrescentar à conduta e coragem
com que alcançastes vossos intentos; não há na História
quem rivalize convosco em firmeza de
espírito e de coração*

Carta de André Hercule a René Duguay-Trouin
O Corsário (Bom Texto, 2002), p. 18.

OS ATAQUES CORSÁRIOS que a cidade do Rio de Janeiro conheceu em 1710 e 1711 são um exemplo cabal de como o cenário de violência nos mares, dos inícios de setecentos, não se limitou unicamente a assaltos a navios singulares ou às frotas, preferencialmente durante a torna-viagem, quando se encontravam carregados de produtos coloniais valiosos. Teve igualmente consequências nos portos coloniais marítimos e no comércio à escala global. Os oceanos tornaram-se palcos internacionais de acções de pilhagem e corso, mostrando-se assim como o espaço marítimo e o controlo das rotas comerciais internacionais tinham uma importância decisiva na política e na geo-estratégia europeias².

Um dos cenários privilegiados destes conflitos foi a costa americana e o Atlântico Sul. Neste âmbito, os ataques ao Rio de Janeiro são considerados como dos episódios mais notáveis da Guerra de Sucessão. E também dos mais lesivos à coroa portuguesa. Refletem, primeiro que tudo, o reconheci-

¹Agradeço a Tiago C. P. Reis Miranda pela leitura atenta e esclarecida e pelas sugestões indicadas.

²Nicholas Canny, Philip Morgan, “Introduction. The Making and Unmaking of an Atlantic World”, em Nicholas Canny e Philip Morgan, eds., *The Oxford Handbook of the Atlantic World 1450-1850* (Oxford: Oxford University Press, 2011), 2.



mento da Europa pela crescente ascensão do Rio de Janeiro como porto escoador do ouro proveniente das Minas. Mas demonstraram também, de forma clara, como as decisões de alta política tomadas na Europa se repercutiam nas periferias imperiais. Nesse sentido, os assaltos de Du Clerc e Duguay-Troin podem ganhar uma outra dimensão se não forem entendidos por si só, mas enquadrados num âmbito mais abrangente, como é o constituído pelos ataques direccionados aos portos portugueses no Atlântico Sul.

1. Impérios em guerra nas águas atlânticas: antagonismos em cenário americano

O enquadramento destes ataques foi, a nível internacional, o da Guerra de Sucessão de Espanha (1701-1715), despoletada com a morte de Carlos II, o Enfeitiçado, (1655-1700) sem deixar herdeiros e o conflito de dimensões internacionais que lhe foi subsequente. O problema causado pela substituição da Casa de Habsburgo pela Casa de Bourbón no trono espanhol não foi apenas um problema civil interno ou uma mera mudança dinástica, mas tornou-se numa grande conflagração europeia com consequências políticas e económicas a nível global.

O alinhamento das monarquias europeias era claro, com Felipe de Bourbón a contar com o apoio da França de Luís XIV e com a oposição de Inglaterra, Holanda, Portugal (que integrou a Grande Aliança a partir de 1703³), do Império Austríaco e do partido espanhol apoiante do arquiduque Carlos de Habsburgo⁴. No continente europeu eram inequívocos os palcos da guerra, com os exércitos das várias facções a confrontarem-se nos campos do Norte de Itália, dos Países Baixos e do litoral espanhol ou na fronteira com Portugal e na área do Alto Reno e do Danúbio.

Mas este conflito saiu, de modo notório, dos palcos continentais europeus para se desenrolar nos mares e nos domínios imperiais além-mar, sobretudo nos que eram mais interessantes pela sua riqueza, uma riqueza origina-

³Na sequência desta decisão, as relações oficiais diplomáticas entre Portugal e a França foram interrompidas entre 1704 e 1714 (v. Fernando de Moraes do Rosário, “Introdução”, em Pietro Francesco Viganego, *Ao serviço secreto da França na Corte de D. João V*, introdução, tradução e notas de Fernando de Moraes do Rosário (Lisboa: Lisóptima Edições, Biblioteca Nacional, 1994), 1).

⁴Sobre os opúsculos que se publicaram em Portugal a respeito da Guerra de Sucessão v. Ana Martínez Pereira, “La participación de Portugal en la Guerra de Sucesión española. Una diatriba política en emblemas, signos y enigmas”, *Península. Revista de Estudios Ibéricos* 5 (2008): 175.

da pela natureza e pelas produções naturais. Reconhecia-se assim que os territórios ultramarinos eram decisivos no equilíbrio das forças europeias e adquiriam um peso cada vez maior nos jogos políticos, económicos e militares das grandes potências⁵.

Neste cenário, a América não podia ficar à margem do processo bélico que envolvia as casas reinantes da Europa. Em domínios coloniais americanos, o conflito dinástico manifestava-se nos confrontos militares e nas divergências políticas que ocorreram entre as facções apoiantes dos dois pretendentes espanhóis, Felipe de Borbón e o arquiduque Carlos, em vários pontos do Império Hispano-Americano. Neste contexto, espanhóis e franceses invadiram territórios até então ocupados pelos portugueses na América. Os franceses pretenderam expandir os territórios da Guiana Francesa em direcção do rio Amazonas, e os espanhóis reclamaram a posse da Colónia do Sacramento, enclave português localizado nas margens do rio da Prata, que permitia o contrabando da prata do Potosi⁶. De igual modo, a viagem do engenheiro-militar ao serviço de Luis XIV, Amedée François Frézier, aos *mares do Sul*, ocorrida entre 1712 e 14, pode considerar-se como uma missão de reconhecimento e preparação de uma hipotética invasão francesa a território hispano-americano⁷.

Um outro local onde o conflito teve particular impacto foi em Cuba, simultaneamente uma escala estratégica para os navios espanhóis que iniciavam a torna-viagem a partir do Golfo do México, uma importante base naval francesa no mar das Caraíbas e um alvo da vigilância permanente das forças navais e da espionagem britânicos. Nas ruas de La Habana grupos par-

⁵Ângela Domingues, "In a World Without Faith and Dominated by Ambition: Representations of Brazil and the Portuguese in the First Half of the Eighteenth Century European Travel Literature", *Culture & History Digital Journal* 1 (2) (December 2012), m104 e ISSN 2253-797X; doi: <http://dx.doi.org/10.3989/chdj.2012.m104>.

⁶Junia Ferreira Furtado, "Os Oráculos da geopolítica iluminista: D. Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia europeia sobre o Brasil," em *Blogue de História Lusófona*, <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=12728> (consultado em 06.09.2013).

⁷Frézier, *Relation du voyage de la Mer du Sud aux côtes du Chily et du Perou, fait pendant les années 1712, 1713 & 1714. Dediée a SAR Monseigneur Le Duc D'Orléans. Régent du Royaume. Avec une réponse a la préface critique du Livre intitulé Journal des Observations Physiques (...) & une Chronologie des Vicerois du Pérou, depuis son établissement jusqu'au tems de la Relation du voyage de la Mer du Sud, par M. Frézier; Ingénieur Ordinaire du Roy. Ouvrage enrichi de quantité de Planches en Taille-douce* (Paris: Chez Nyon, Didot, Quillau, 1732).

tidários antagónicos, por vezes instigados por agentes secretos ingleses apoiantes do arquiduque Carlos, defrontaram-se violentamente, ao ponto de, tal como foi salientado por Sigfrido Vazquez Cienfuegos, serem detonantes do esboço de um primeiro processo independentista em Cuba⁸. Este mesmo autor refere que o avolumar da tensão social na ilha se traduziu ainda no embargo efectuado aos bens de residentes ingleses e de portugueses ligados ao *asiento*. Tal como se traduziu também em manifestações de desafecto em relação aos franceses, uma vez que a simpatia dos cubanos pelos seus aliados não teria aumentado durante o período da guerra. De facto, os marinheiros franceses estacionários em Cuba eram alvo particular de insultos e agressões por parte da população⁹.

A Guerra de Sucessão, um conflito à escala global, manifestou-se igualmente nos mares através de acções de pilhagem e corso, movidas sobretudo pelas forças navais dominantes no período: a França e a Inglaterra. O reconhecimento da debilidade das marinhas de guerra ibérica, que, por exemplo, tinha levado Felipe V a pedir a protecção das esquadras francesas em relação ao tráfico americano e tinha posto Portugal na dependência das marinhas de guerra inglesa e holandesa para escoltar as frotas ou defender os portos africanos, dava azo a que a França e a Inglaterra aproveitassem em seu favor a violência nos mares¹⁰.

A dinâmica deste processo bélico direccionava-se para o controlo do comércio internacional e da circulação de mercadorias coloniais, especialmente dos metais preciosos americanos, com as actividades de corso a serem tácticas legitimamente usadas nos confrontos surgidos nas águas atlânticas¹¹. A guerra tornava lícito e tolerável o corso, transformando a pirataria numa actividade legal se fosse exercida com o aval dos Estados¹². E piratas e flibustei-

⁸Sigfrido Vázquez Cienfuegos, “Cuba durante la Guerra de Sucesión española: algunos aspectos militares”, em *La Guerra de Sucesión en España y América* (Madrid, Editorial Deimos, 2001), 319.

⁹Vázquez Cienfuegos, “Cuba durante la Guerra de Sucesión española”, 315.

¹⁰Por volta de 1713, os navios de guerra portugueses eram apenas 7. No ano seguinte indica-se a existência de 4 navios (Viganego, *Ao serviço secreto da França na Corte de D. João V*, 68, 131, 190).

¹¹Lucien Bély, “Les négociations franco-espagnoles pendant la Guerre de Succession d’Espagne”, *Cuadernos de Historia Moderna* 12 (2013): 61-76.

¹²Jean Meyer, “La mer, une exception culturelle mondiale: la violence, le licite, l’illicite, l’interdit à l’époque moderne”, em Mickael Augeron e Mathias Tranchant, eds., *La violence*

ros até então temidos, como Jean-Baptiste Du-Casse (1646-1715)¹³ Jacques Cassard (1679-1740)¹⁴ ou René Duguay-Trouin (1673-1736)¹⁵, tornavam-se em corsários e heróis nacionais, homenageados em canções de marinheiros e agraciados com títulos de nobreza pelos monarcas, e eram alvo de *Éloges* a par de figuras tão notáveis como o filósofo René Descartes ou como o político Maximilien de Béthune, duque de Sully¹⁶.

Tanto a prata do Potosi e do México como o ouro do Brasil eram produtos coloniais que concentravam grandes valores em volume reduzido. Os assaltos aos navios portugueses ou espanhóis nas viagens de regresso à Europa, carregados com produtos ultramarinos de grande valor, como os metais preciosos, mas também açúcar, cacau, tabaco, madeiras, couros, especiarias, tornavam-se numa actividade altamente compensadora e legal, exercida tanto por franceses como por ingleses, que assim encontravam uma forma de financiar a guerra e de proporcionar lucros avultados a armadores e patrocinadores de expedições corsárias, como os de Saint-Malô, La Rochelle, Dunquerque e Brest.

Durante a Guerra de Sucessão este segmento dos conflitos ligados ao corso foi particularmente visível no *Mar das Caraíbas* e no *Mar dos Açores*. O tráfico marítimo hispano-americano era alvo do corso britânico, que actuava, de forma sistemática, em todas as Antilhas¹⁷. Por seu turno, as frotas do Brasil e do Índico, ainda que escoltadas por vasos de guerra, alguns deles pertencentes à Marinha britânica, sofriam os ataques corsários franceses no trecho compreendido entre os Açores e o porto de Lisboa¹⁸. Incidiam particularmente sobre os locais que eram escala das frotas coloniais, como era o caso

et la mer dans l'espace atlantique (XIIe-XIXe siècle) (Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2004), 13; Mickael Augeron e Mathias Tranchant, "Introduction", em Mickael Augeron e Mathias Tranchant, eds., *La violence et la mer dans l'espace atlantique (XIIe-XIXe siècle)* (Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2004), 10.

¹³http://en.wikipedia.org/wiki/Jean-Baptiste_du_Casse.

¹⁴<http://lemondecorsaire.free.fr/cassard.htm>.

¹⁵http://pt.wikipedia.org/wiki/Ren%C3%A9_Duguay-Trouin; http://yvonpierre.free.fr/duguay_trouin/dugt.htm.

¹⁶René Duguay-Trouin, *O Corsário. Uma invasão francesa no Rio de Janeiro. Diário de Bordo* (Rio de Janeiro, Bom Texto, 2002), 56, 58, 108, 118-20; Antoine Léonard Thomas, "Éloge de René Duguay-Trouin, lieutenant-général des Armées Navales", em *Oeuvres complètes de Mr. Thomas de l'Académie Française; précédée d'une notice sur la vie et l'ouvrage de l'auteur, par M. Saint-Surin* (Paris: Chez Verdière Libraire, 1825), tomo 3.

¹⁷Vázquez Cienfuegos, "Cuba durante la Guerra de Sucesión española", 320.

da ilha de São Jorge, nos Açores, que, em 1708, teve as vilas de Velas e Calheta saqueadas por 8 navios franceses e 500 homens comandados por Duguay-Trouin. Este tinha a ambição suprema de atacar a frota que vinha do Brasil e que, inevitavelmente aportaria ao arquipélago para abastecimento, eventual reparo e para receber a protecção da escolta enviada do reino¹⁹.

Perante as notícias da presença de corsários próximo da costa brasileira ou no mar dos Açores, os navios que saíam das cidades portuárias brasileiras viam as datas das partidas alteradas e as rotas que percorriam tornarem-se cada vez mais inseguras. Estas ameaças atrasavam por vários meses a saída de navios singulares do Rio de Janeiro, da Baía e de Pernambuco, que esperavam a partida das frotas para se incorporarem e fazerem uma travessia oceânica mais segura. Mas, mesmo seguindo em conserva²⁰, as embarcações de grandes dimensões, carregadas e com pouca manobrabilidade, afastadas da frota pelas mais variadas razões, não deixavam de ser perseguidas e por vezes capturadas pelas forças corsárias. Conforme informava José da Cunha Brochado, os corsários francos rondavam as frotas do Brasil na torna-viagem, esperando as naus carregadas de produtos coloniais, entre eles o ouro que era transportado pelas embarcações originárias do Rio de Janeiro em quantidade considerável²¹. Estas ameaças eram reais e temidas, tal como o comprovam os ataques fracassados de Duguay-Trouin às frotas do Brasil durante os anos de 1706, 1707 e 1708²². Contudo, não deixa de ser interessante constatar que as perseguições terminavam à entrada do porto de Lisboa, cuja entrada era defendida pelos fortes de São Julião e do Bugio e pelo estuário caudaloso do Tejo, que atirava os navios sem pilotos conhecedores da barra para os Cachopos, conhecidos por Duguay-Trouin como Arcathopes²³.

¹⁸Viganego dá conta de como o vice-almirante Becker esperava na ilha Terceira a chegada da frota da Bahia em 1712 (Viganego, *Ao serviço secreto da França na Corte de D. João V*, 80).

¹⁹José da Cunha Brochado, "Carta ao conde de Viana, D. José de Meneses, de 6 de Outubro de 1708", *O Instituto. Revista Científica e Literária* (Coimbra, Imprensa da Universidade) 69 (9) (Set^o 1922): 523; Duguay-Trouin, *O Corsário. Uma invasão francesa no Rio de Janeiro. Diário de Bordo*, 120-125.

²⁰O termo refere-se à navegação de uma mesma derrota por vários navios em conjunto, por forma a se entrelaçarem em caso de ataque ou acidente.

²¹Cunha Brochado, "Carta ao conde de Viana, D. José de Meneses, de 3 de Novembro de 1708", 567.

²²Thomas, *Oeuvres complètes*, 3: 68.

Os barcos carregados de produtos ultramarinos, entre eles o ouro, eram ansiosamente aguardados não apenas pelos franceses, mas também pela população lisboeta que se preparava para a guerra e via os preços dos alimentos sumamente inflacionados²⁴. Os valores de géneros alimentares, como o pão, o vinho e a carne, só viriam a estabilizar-se com a paz, negociada pelos Tratados de Utrecht²⁵

Neste cenário atlântico-americano da Guerra de Sucessão, o que estava em jogo era o comércio relacionado com o Brasil, produtor de matérias-primas imprescindíveis aos europeus e consumidor de manufacturas europeias, bem como o controlo das vias e dos portos marítimos por onde estes produtos circulavam.

Em águas atlânticas a estratégia usada foi menos a dos confrontos de grandes massas militares em campos de batalha, como acontecia na Europa. Traduziu-se sobretudo na luta pelo domínio das rotas marítimas e de portos com valor estratégico. Portanto, se a Guerra de Sucessão era uma guerra das mais nobres, ela não teve as mesmas características em todo o lado²⁶. Enquanto na Europa os choques entre exércitos inimigos, como as batalhas de Almansa ou Blenheim e a grande batalha naval de Vigo, foram decisivos para a vitória de Felipe de Anjou, no Atlântico esta guerra caracterizou-se pelos assaltos a navios transportadores de produtos ultramarinos e ainda pela conquista, pilhagem e destruição de enclaves portuários com expressão

²³Agradeço esta indicação a Cristina Joanaz de Melo que em instigadora conversa me fez ver com outro olhar o estuário do rio Tejo. V. também Filipe Vieira de Castro, *The Pepper Wreck. A Portuguese Indiaman at the Mouth of the Tágus River* (Texas: Texas A&M University Press, 2005), 97.

²⁴Cunha Brochado, “Carta ao conde de Viana, D. José de Meneses, de 8 de Setembro de 1708”, 343; Patrick Villiers, *Marine royale, corsaires e trafic dans l’Atlantique de Louis XIV à Louis XVI* (Lille: Societé Dunkerquoise d’Histoire et d’Archéologie, 1991), I: 169.

²⁵Viganego, *Ao serviço secreto da França na Corte de D. João V*, 51; Ângela Domingues, “Episódios da Guerra de Sucessão no Atlântico Sul: os ataques de Duclerc e Duguay-Trouin ao Rio de Janeiro”, em Ana Leal de Faria, ed., *D. Luís da Cunha e o Tratado de Utrecht* (Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 2014), III-129.

²⁶Rodrigo Bentes Monteiro e Pedro Cardim, “Selecta de uma sociedade: hierarquias sociais nos documentos compilados por Diogo Barbosa Machado”, em Rodrigo Bentes Monteiro, Daniela Bueno Calainho, Bruno Feitler e Jorge Flores, eds. *Raízes do privilégio. Mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011), 95.

nos circuitos comerciais marítimos que ligavam ambas as margens do Atlântico Sul.

No período anterior à deflagração da guerra, as embarcações em trânsito para o Índico, para o Pacífico ou os navios que regressavam à Europa, buscavam portos julgados seguros nas costas da América. Cidades portuárias, como La Habana ou o Rio de Janeiro eram, pela sua situação geo-estratégica e económica, escalas quase obrigatórias em rotas de navegação prioritárias que se desenhavam a uma escala global. “Le Brésil est une terre d’escale sur cette longue route, une terre de contrebande pendant la guerre qui offre un champs de choix à la course maritime, avivée par la soif de l’or dont l’exploitation s’engage: la prise et le sac de Rio en 1711 par Duguay-Troin en sont un bel exemple”²⁷. Detentoras de uma visão integrada do significado que os portos americanos detinham enquanto acesso ao mercado colonial brasileiro e escala nas longas travessias do Atlântico, a França e a Inglaterra vão rivalizar por uma aliança com Portugal. Este problema ficaria solucionado em 1703, quando D. Pedro II aderiu, de forma que se viria a mostrar irrevogável, à Grande Aliança²⁸.

Importa ainda lembrar que o período da Guerra de Sucessão coincidiu igualmente com uma acentuação do peso comercial e político do Rio de Janeiro. A complexificação das funções da cidade como porto de escoamento e de redistribuição associado ao ouro das minas fez com que a urbe fosse adquirindo, ao longo da primeira metade de setecentos, uma notoriedade cada vez maior, sobrepondo-se a Salvador como principal pólo mercantil da América Portuguesa e tornando-se, já em 1763, no centro institucional da América Portuguesa. Ora é uma conjugação de factores, de que o mais significativo será, sem dúvida, o reconhecimento desta preponderância ligada ao ouro que explica, em parte, a escolha da cidade como alvo dos ataques de Du Clerc e Duguay-Troin.

²⁷Philippe Bonnichon, “France et Brésil: apports réciproques aux XVIe et XVIIe siècles”, *Memoires de l’Académie des Sciences, Arts et Belles-Lettres de l’Académie de l’Université de Bourgogne* 24 (2011): 19.

²⁸Sobre a existência, durante a Guerra de Sucessão, de facções antagónicas, uma continental, alinhada com a França, e a outra atlântica, defendendo a participação de Portugal na Grande Aliança, v. Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força*, 2ª edição (Lisboa: Tribuna da História em colaboração com o Instituto de Defesa Nacional, 2006), 260 e ss; Isabel Cluny, “A Guerra de Sucessão de Espanha e a diplomacia portuguesa”, *Penélope* 26 (2002): 63-92.

Este é um outro factor que parece relevante quando se considera os ataques corsários franceses à cidade do Rio de Janeiro. Um factor que está relacionado com o desenvolvimento interno da cidade-portuária nas suas relações tanto com o *binterland*, como com o *foreland*. O crescimento urbano e a complexificação e ampliação das redes que a cidade estabeleceu com o sertão despoletaram numa série de mudanças. Estas eram, simultaneamente, uma expressão do reconhecimento por parte da metrópole do aumento de poder político, económico, social detido pela cidade colonial e um elemento adicionador de mais poder e prestígio a um dos centros estruturante do Império Português no Atlântico Sul.

Este reconhecimento está presente, por exemplo, na posição central da cidade e da capitania do Rio de Janeiro como elemento dinamizador e fornecedor de recursos materiais e humanos ao “empreendimento de territorialização” da vasta área centro-sul do Brasil. De igual modo, encontra-se implícito na elevação do Rio a bispado pela bula “*Romani Pontificis pastoralis sollicitudo*”, concedida por Inocêncio XI em 1676. Por esta bula atribuía-se à recém-criada diocese a jurisdição “*usque ad Flumen de Prata*”²⁹.

Mas está reflectido também, ao nível da política interna portuguesa, na nomeação de Artur de Sá e Meneses como o primeiro governador com a gradação de capitão-general e com jurisdição sobre as Minas. Sá e Meneses irá obter no ano subsequente à sua nomeação a subordinação da capitania de São Paulo e, em 1699, a sujeição da Colónia de Sacramento³⁰. A carta régia de 10 de Dezembro de 1701, que confirmava que os territórios e capitanias a sul (incluindo São Vicente, São Paulo, Santos e as minas recém-descobertas) permaneciam subordinadas ao governo do Rio de Janeiro, confluía “naquilo que constituiu mais um sinal de preponderância política, mas também mercantil, dessa cidade portuária”³¹.

²⁹A bula foi concedida pelo Papa Inocêncio XI a 16 de novembro de 1676 e estipulava que a nova diocese ficasse sufragânea à Sé Metropolitana de São Salvador da Bahia (<http://arqrio.org/a-arquidiocese/nossa-historia> (consultado em 11.08.2014)).

³⁰Artur de Sá e Meneses foi nomeado governador do Maranhão e governador e capitão-general do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas. Marcos Guimarães Sanches, “Conveniência e zelo do Real Serviço”, em *XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH* (2007) http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH_S24_0412.pdf (consultado em 01.09.2014).

³¹Pedro Cardim e Nuno Monteiro, “A centralidade da periferia. Prata, contrabando, diplomacia e guerra na região platina (1680-1806)”, *História, histórias* (Brasília) 1 (1) (2013): 9;

Portuguese Studies Review

PSR

PSR Previews : End of this article's preview



PORTUGUESE STUDIES REVIEW (PSR)

BIBLID | ISSN 1057-1515 print

ONLINE: through EBSCO and Gale/Cengage

JOURNAL HOMEPAGES: <http://www.maproom44.com/psr> (URL permanently valid)

and <http://www.trentu.ca/admin/publications/psr> (URL not valid after 05 June 2020)

© 2014-2019 Portuguese Studies Review and Baywolf Press | All rights reserved

EITHER SIDE OF HUMAN THOUGHT

~

WRITING IDENTITIES, NARRATIVES, BIOGRAPHIES,
AUTOBIOGRAPHIES



The Heirs of Herodotus: Historians' Academic Performance Reports as Institutional Autobiography in Brazilian Universities

Wilton C. L. Silva¹
UNESP Campus de Assis, Brazil

*Introduction*²

*O poeta é um fingidor.
Finge tão completamente
Que chega a fingir que é dor
A dor que deveras sente.*

Fernando Pessoa

In four simple lines, the Portuguese poet Fernando Pessoa warns that those who write poetry are in a sense deceivers, who, through pretty lies couched in pretty words offer an eager and empathetic audience the opportunity to share and appropriate painful experiences. By contrast, the Greek term *histor* (ἱστωρ, “witness”), which gave rise to the modern concept of history and which connotes truth-enmeshed reporting, repudiates poetry and its aesthetic and subjective dimensions. From such a standpoint, Homer as an epic bard (ἀοιδός) is less legitimate than Herodotus³ who, in turn, having made concessions to the tragic and to history as *exemplum*, is less legitimate than Thucydides.⁴

¹MA, Sociology (UNICAMP); PhD, History (UNESP), *Livre-Docente* (Lecturer), Methodology of Historical Research (UNESP). Wilton C. L. Silva pursues research on biography, autobiography, academic memory, and intellectual history. E-mail: wilton@assis.unesp.br.

²The article has been translated from the Portuguese, on behalf of the *PSR*, by Martin Malcolm Elbl.

³While historians have focused critically on Herodotus as a hostage to aesthetics and morality, anthropologists have contrasted his philobarbarism (at least according to Plutarch) with the helenocentrism of Homer, for whom not only Greeks are taken for granted but Barbarians simply do not exist. See François Laplantine, *Aprender antropologia* (São Paulo: Brasiliense, 2000).



As authors, not only Herodotus and Thucydides but also Homer were naturally entangled in the struggle to overcome the process of forgetting by means of varied discursive devices/artifices. The latter not only are not interchangeable but may even clash—they reflect the ways in which classical authors understood the relationship between *res facta* and *res ficta*, terms within a complex equation that, as part of the classical heritage, left a deep imprint on Western historiographical discourse across the centuries. The dichotomy between *res facta* and *res ficta* denotes in the classical tradition the distinction between, respectively, the object of history-writing and the subject matter of fiction writers, even though the Latin term *fictus* does convey a double entendre: the verb *fingere* usually carried a negative connotation, that of “pretending,” yet it also sounded a rather positive note, that of “creating.”

Asserted most vigorously by Aristotle, more so than by any of his contemporaries, this dichotomy posited the *res ficta*, *i.e.* the subject matter that would subsequently come to be considered “literature,” as something ambiguous, something that a historian should refrain from. The historian ought to strive to grasp textually the *res facta*, in the sense of only dealing with that which has truly occurred—a notion displayed a badge of honor by historians in the early nineteenth century, when the writing of history acquired the status of “scientific discipline.”

Life story (*Lebensgeschichte*) methodologies, however, became increasingly appreciated as Western culture traveled the long path that has witnessed the secularization of bourgeois society, the assertion of individualism, and the substitution of destiny or of an external (Providential) causality by psychological causality: a conscious historicizing of existence and a displacement of the notion of character manifestation by that of character formation.⁵ The final decades of the twentieth century have witnessed, according to various authors, a “return of the subject,” mediated to some extent through the ve-

⁴Luiz Costa Lima, “Perguntar-se pela escrita da história,” *Varia História* 22 (36) (2006): 397-400. On this topic see also Arnaldo Momigliano, *The Classical Foundations of Modern Historiography* (Oakland: University of California Press, 1990).

⁵Christine Delory-Momberger, *Le Sens de l'histoire : Moments d'une biographie* (Paris: Anthropos, 2001) and *Les Histoires de vie. De l'invention de soi au projet de formation* (Paris: Anthropos, 2004).

hicle of “biographical space”⁶ and through the “subjective turn.”⁷ A multiplicity of micro-narratives and plural identities began to populate the spaces of discourse and of legitimacy previously monopolized by grand narratives and by hegemonic identities.

Even though self-referential and even protagonistic voices have always echoed across a diversity of literary corpora, even the most ancient ones,⁸ and even though the life story constitutes a well established genre, it is legitimate to ask: Can canonical personal narrative genres—autobiography, memoir, diary, or correspondence—disclose novel dimensions of subjectivity?⁹ Let us note that

while in the sixties Roland Barthes prognosticated “the death of the author” and his/her substitution by the textual figure of the narrator, which structuralism firmly anchored in the focal plane of literary criticism, thus toning down the influence of biography, today the flesh and bone author is prompted – and even forced – through the medium of interviews and presentations, to proffer an ac-

⁶Leonor Arfuch, *El espacio biográfico: dilemas de la subjetividad contemporánea* (Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002).

⁷Beatriz Sarlo, *Tiempo presente: notas sobre el cambio de una cultura* (Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2001).

⁸On autobiography see e.g. George Misch, *A History of Autobiography in Antiquity* (London: Routledge, 1950); James Olney, “Autobiography and the Cultural Moment: A Thematic, Historical and Bibliographic Introduction,” in Jams Olney, *Autobiography: Essays Theoretical and Critical* (Princeton: University Princeton Press, 1980), 3-27; James Olney, *Autobiography: Essays Theoretical and Critical* (Princeton: Princeton Univ. Press, 1980); William Charles Spengemann, *The Forms of Autobiography* (New Haven & London: Yale University Press, 1980), and Diane Bjorklund, *Interpreting the Self: Two Hundred Years of American Autobiography* (Chicago: Univ. of Chicago Press, 1998).

⁹Arfuch believes that a reconfiguration of autonarrative has occurred, driven by three key factors: historicity, simultaneity, and multiplicity. Historicity is rooted in the genetic linkages between the genre and the discursive rupture of the eighteenth century that sprang from Rousseau’s *Confessions* and furthered an affirmation of spaces of interiority and affectivity that require proclamation in order to exist, as well as an interplay between the public expression of emotions and the burden of social restrictions that suppresses them. Owing to new information technologies, this simultaneity has by now become a globalizing synchronicity (transcending tangible frontiers, linguistic traditions, and cultural spheres), offering a multiplicity of aesthetic and stylistic options that span varied forms and platforms (e.g. autofiction, docudrama, reality show, social networks, among others) (Leonor Arfuch, *Memoria y autobiografía* (Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013), 21-22).

count of his/her life and works in terms that are preferentially autobiographical.¹⁰

The academic realm (and publishing market) happens to be a sometimes unsuspected purveyor of interviews, testimonials, memoirs, manuscripts, notebooks, travel notes, childhood insights, letters, postcards and loose papers, the pieces of a puzzle susceptible of revealing facets of an academic author's interiority, thought, and lifeways. Yet, for historians, to talk about themselves appears to defy classic academic frameworks, those jealous portals of narrative objectivity that define boundaries beyond which lies the realm of the subjective, the inappropriate, the unmentionable, and the stigmatized.

A prime instance of autobiographical writing that stems from an academic career is the (annual) performance report, which within the maze of university bureaucracy is defined as a document by means of which university faculty members, in order to fulfill requirements of progression through teaching ranks, delineate their professional trajectory, with emphasis on research, publications in refereed journals, involvement in postgraduate courses, conferences and the development of teaching tools, certification (specialization or extension) courses, and other activities that pertain to their

¹⁰Leonor Arfuch, *Memoria y autobiografía*, 22, note 2 ("Si en los años sesenta Roland Barthes anunció 'la muerte del autor' y su reemplazo por la figura textual del narrador, que el estructuralismo instituyó con fuerza en el plano de la crítica literaria, poniendo así a distancia la influencia de la biografía, ese autor de carne y hueso es hoy levado – y hasta conminado – en entrevistas e presentaciones, a dar cuenta de vida y obra em términos de preferencia autobiográficos"). Barthes himself came to represent, in literary criticism, an original and pioneering instance of experimentation with self-reflexive language, through the vehicle of the frequently invoked *Roland Barthes par Roland Barthes*, first published in 1975 (an English translation, *Roland Barthes by Roland Barthes*, was released in 1977). Here the author, in a narrative text cast in the first person and featuring confessional and autobiographical aspects, subverts the boundaries between templates. He induces a fragmentation of chronological and discursive terms through commingling narrative voices and deconstructing the "reality effect." To quote the French semiotician: "Self-commentary? What tedium! I had no other solution than to rewrite myself—at a remove, a great remove—here and now: to add to the books, to the themes, to the memories, to the texts, another utterance, without ever knowing whether it is of my past or my present that I speak. Thus I cast over the written work, over the past body and past corpus, touching it ever so lightly, a kind of patchwork, a rhapsodic blanket of stitched squares. Far from burrowing underneath, I remain on the surface, for this time it is all about 'myself,' about the Ego, and because profundity pertains to others" (Eng. trans.) (Roland Barthes, *Roland Barthes por Roland Barthes* (São Paulo: Estação Liberdade, 2003), 160).

professional agency. The document is used as base for evaluating the academic merit of the candidate and genuinely constitutes one of the rare venues where an intellectual may legitimately discourse of him/herself. As an institutional narrative with well-defined obligatory content, yet one that makes allowance for an aestheticization of existence, the performance report potentially becomes a mensuration of the self, by oneself and/or by others, in which the monolithic and definite Cartesian subject is replaced by an actor/agent in search of identity and engaged in struggling with multiple false selves.

According to some critics, the formalistic parameters of institutional narratives, for instance those of a judicial, administrative, or economic nature, may promote a distorted perception of the individual, given that they constrain the choice of narrative templates and approaches.¹¹ Does this critique extend to academic performance reports? To answer in the affirmative would highlight the redundancy or irrelevance of this type of document, for the most part vitiated by a deep-seated legacy of linear, one-dimensional, and telescoped narrative. To answer in the negative, by contrast, would suggest that there exists a level of freedom of expression in the academic realm, with a discursive dynamic specific to the setting, where personal perspectives are leveraged through being embedded in the subjective turn. Not only the subjective turn but even the university professor's presumed writing skills might constitute that which enables him or her, in principle, to blend masterfully the supposed objectivity of a *curriculum vitae* and the subjectivity of memory.

One of the notions that favor a negative answer is that of the academic career, as a whole, constituting a discourse and enactment that encompasses word, image, gesture, and a way of life, and thus converts each experienced

¹¹Schulze, in turn, expands the concept of ego-document in German historiography to include documents generated involuntarily or from necessity, such as civil and criminal litigation, account books, wills, etc. (Winfried Schulze, "Sobre el significado de los ego-documentos para la investigación de la Edad Moderna," in James A. Amelang, ed., *De la autobiografía de los ego-documentos: Un forum abierto*, Monographic Issue of *Cultura Escrita & Sociedad* I (2005): 106-09). In the German historiographic tradition, for instance, Fabian Brändle, Kaspar von Greyerz and Lorenz Heiligensetzer, among others, objected to the notion that the issue of authorial will should constrain our engaging with such documents (Catherine Aristizabal, *Autodocumentos hispanoamericanos del siglo XIX: fuentes personales y análisis histórico* (Berlín: LIT Verlag & Hamburger Lateinamerikastudien, 2012), 8-9).

situation into a performative act. Strung together, such acts ass up to an image, a grand mosaic as it were, that is made up of small pieces picked from among the projects, eventualities, and desires that presented themselves to the artist.¹² One's own existence is affirmed through the intersubjectivity of the experience. Thus if the performance report chooses to stress a span of public school education during one's formative years, this is not only an item of objective data, but also an attempt to share the experience, induce empathy, demonstrate an overcoming of challenges, and signal affinity or distancing vis-à-vis the prospective reader. Likewise, it is possible to weave linkages and filiations, to emphasize or occlude events, to embrace or omit relationships, to create temporal or thematic chains/sequences, to hide behind ostensible objectivity or to let subjectivity speak, as well as to generate a multitude of other configurations that not only reveal what has passed and who one is, but that also betray where one is from and how one expresses oneself.

In the Brazilian literary tradition, narratives in which an author and a character are one and the same *persona* not only constitute a stylistic and literary commonplace through which multiple linkages among author, character, and narrator are played, but they also constitute a rich target for analysis. It is possible to see in them an assertion of the expressive power of the memorializing literary genre, as a discourse that

involves both a acknowledged author of an extensive literary corpus and all the hallmarks of writing in the form of a memoir: extended emplotment timeline, a

¹²As Waizbort argued, the formative process shared by teacher and student ties directly into the concept of personality, for “the notion of personality is predicated on formation, even as formation is predicated on personality. Personality presupposes formation because it is, precisely, an outcome of the formative process through which an individual, over time, acquires a more differentiated, wider, and deeper inner heritage. On the other hand, formation is predicated on personality because the latter mobilizes such differentiation, scope, and depth in a sort of collective conversation through which an already formed personality further shapes a human being in the process of becoming a personality. One might say that formation is predicated on personality as its vehicle of social reproduction. The school and the university have been a very important vector of the relevant conversation, and the forms and circuits of sociability stemming therefrom have furnished reproductive mechanisms par excellence” (Leopoldo Waizbort, “Glosa sobre a universidade, a formação e as disciplinas do saber, por ocasião de um concurso universitário,” *ARS (São Paulo)* 9 (17) (2011): 141).

self-promoting angle, an autodiegetic narrator, ostensible sincerity, and a capacity to convey the historical setting.¹³

In fact, in the very ambit of literary theory, an innovative approach has surfaced that is predicated on the transposition of the features of a self-reflexive style of discourse from the object of analysis to the form of analysis. This reinforces the subjectification of a critique and makes its boundaries more flexible.¹⁴ Klinger evokes in this context the term “ego-literature,” coined by Phillippe Forest, and folds it into the scope of that which is “written about oneself” and that might thus be construed as a biographical constellation that comprises memoirs, diaries, autobiographies, and works of fiction involving the “me.”¹⁵

In an anthropological context, Daniela Versiani has tackled the concepts of autobiography and autoethnography in a discussion of their distinctive traits both with respect to the process of “reading” and to that of “production.” The discussion was prompted by the issue of boundaries between life story approaches and those that involve observer reports, autobiography, ethnography, and self-reflexive essays.¹⁶ According to Versiani’s (2005, p. 97) argument, which referred to the works of Reed-Danahay, Philippe Lejeune, Alice Deck, and Mary Louise Pratt, the neologism “autoethnography” arose in anthropology as an outgrowth of pondering text production and subjecti-

¹³Sheila Dias Maciel, “Sobre a tradição da escrita de memórias no Brasil,” *Letras de Hoje*, 48 (4) (Oct./Dec. 2013): 552.

¹⁴Examples of attempts to flex the boundaries of literary theory may be culled from such works as the short stories collected in *Histórias mal contadas* or the novel *O Falso mentiroso* (2004), both by Silviano Santiago. Here, across multiple texts, the author fictionalizes his first contact with French and American societies. The fictional rendering of the life and works of the character/narrator bleeds over in some respects into the author’s real life, in propositional terms and even in literary criticism. Denilson Lopes (*Nós, os mortos* (1999) and *O homem que amava rapazes e outros ensaios* (2002)), as well as Francisco Foot Hartman (*Írem fantasma* (1998)), Nicholas Sevcenko (*Orfeu extático na metrópole* (1998)), Davi Arrigucci (*Humildade, paixão e morte* (1992)), Jomard Muniz de Brito (*Atentados poéticos* (2002)) and Ítalo Moriconi (*Ana Cristina César, sangue de uma poeta* (1996)) furnish other examples of works that “evade scientism and methodological precision” (Diana Irene Klinger, *Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica* (Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007), 36-37).

¹⁵Diana Irene Klinger, *Escritas de si, escritas do outro*, 39.

¹⁶Daniela Beccaccia Versiani, *Autoetnografias: conceitos alternativos em construção* (Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005).

fication (Fr. *subjectivation*): salient instances may be found in *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography* (1986), a collection of essays edited by Clifford and Marcus James, as well as in the works of Michael Fischer on ethnic autobiography.¹⁷ Even though not cited by Versiani, two works by Renato Rosaldo, an American anthropologist who attempted to open a dialogue with historians, likewise promoted the notion of autoethnography: *Ilongot Headhunting – 1883-1974: A Study in Society and History* (1980), and *Culture and Truth: The Remaking of Social Analysis* (1989).

In *Culture and Truth*, in particular, Rosaldo queried the extent to which notions of truth and objectivity in the contemporary study of cultures had become a justification for the monopoly (imperial and/or colonial) of the Eurocentric discourse about non-European cultures.¹⁸ On such grounds he highlighted the need to alter ethnographic and anthropological praxis, among other through recourse to self-analysis. His work with the Ilongot—an indigenous group in the Philippines—sought to promote a historiographic approach, at a time when oral history and ethnohistory had not yet asserted themselves as a well-defined field legitimized through its own research and publication record, descriptive models, and preferred modes of analysis. His attempt incorporated two innovative dimensions: analysis of indigenous temporality, and a narrative of his own research trajectory, with all its hits and misses.

In a sense, the manner in which subjectification has been deployed in literary criticism and in anthropology makes it easier to construct a narrative in the style of Roland Barthes or Renato Rosaldo, a narrative steadily converging on personal experiences as a source of theoretical validation. This, however, is something far from unanimously accepted across the humanities. In historical disciplines, above all within the Brazilian academic tradition, it remains virtually taboo.

¹⁷See Edward M. Bruner, “Ethnography as Narrative,” in Victor W. Turner and Edward M. Bruner, *The Anthropology of Experience* (Urbana: University of Illinois, 1986), 139-155.

¹⁸“Such terms as objectivity, neutrality, and impartiality refer to subject positions once endowed with great institutional authority, but they are arguably neither more nor less valid than those of more engaged, yet equally perceptive, knowledgeable social actors” (Renato Rosaldo, *Culture & Truth: The Remaking of Social Analysis* (Boston: Beacon Press, 1989): 21).

*“Honor thy Father”: Is Talking about Oneself a Heritage of Herodotus?**Al cabo del tiempo, el historiador se convierte en historia.*Jorge Luis Borges, *Borges Verbal*

Francisco Iglésias has sequenced Brazilian historiography into three stages. The first one, 1500 to 1838, covers the historiographic output reaching from the discovery of Brazil to the founding of the Brazilian Historical Geographical Institute (*IHGB*). The relevant works mostly mediate reflections of the colonizing process. The second phase, 1838 to 1931, starts with the founding of the *IHGB* as an initial signpost of effort to construct a national identity within the monarchy and to refine historical research, and concludes with the educational reforms of Francisco Campos. The third phase, 1931 to 1980, is defined by the most significant milestones that syncopate from the initial framing of Brazil's advanced courses in the humanities, including history courses—which initiated the process of growing professionalization in historical research—all the way to the consolidation of post-graduate programs.¹⁹

There is no doubt that Brazilian historiography, whether through its past aspects that oftentimes endeavored to mediate an awareness of the world or to offer an instrument of social transformation, or through its present trends caught up in significant innovation and great challenges, is capable of promoting comprehension of the diversified, dynamic, and contradictory realities that have marked Brazilian society over time. Interestingly enough, however, the agents of this knowledge—the historians, whether because of the circumstances of their discipline's origins or because of the stages through which their craft had evolved, have not always disposed of a legitimate platform to project narratives involving higher levels of subjectification. The latter not only remained absent, but even proved unwanted within the intellectual and academic setting of the nineteenth and twentieth centuries.

As the twentieth century unfolded, the distinctive tools of literary theory gradually opened up the analysis of linkages between processes of subjectification and a literary oeuvre, ranging from discussions of authorship all the way to the critical affirmation of the socio-cultural dimensions not only of a

¹⁹Francisco Iglésias, *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira & Belo Horizonte: UFMG, 2000).

Portuguese Studies Review

PSR

PSR Previews : End of this article's preview



PORTUGUESE STUDIES REVIEW (PSR)

BIBLID | ISSN 1057-1515 print

ONLINE: through EBSCO and Gale/Cengage

JOURNAL HOMEPAGES: <http://www.maproom44.com/psr> (URL permanently valid)

and <http://www.trentu.ca/admin/publications/psr> (URL not valid after 05 June 2020)

© 2014-2019 Portuguese Studies Review and Baywolf Press | All rights reserved

History Tellers: The *Griots* Keeping Popular Narratives Alive

Denise Marcos Bussolletti
Federal University of Pelotas (UFPEL)

Vagner de Souza Vargas
Federal University of Pelotas (UFPEL)

Introduction

Throughout his works, Walter Benjamin enables us to better understand the contemporary human experience. More specifically, he focuses on the narrative as experience, or rather the fight against the weakening of the narrative by the activities implemented within the limits of industrial capitalism. Through this author's works, we can consider the art of narration, as a link between the past, present, and future, to be extinguished, delimiting the contours of what we consider to be static, or non-living discourse.

Walter Benjamin (1984)¹ allows us to attest that telling a story is always going to be a new and different experience. We are led to believe that there is an eminent threat of the loss of the stories that accompanied manual labor, such as weaving or the agricultural task of harvesting. Stories not only accompanied this type of work, but also imprinted upon it, through an articulate and intimate rhythm, the capacity for continuity and resistance of the narrators and their narratives.

This element of continuity is being undone by capitalist modernity. In reality, much is written and has been written about narratives, principally those based on orality. Despite this, they do not receive much recognition in Brazil, and are not valued as much as a guaranteed means of the safekeeping of memory as their written counterparts.

In Brazil, the implementation of the UNESCO accord (of which Brazil was a signatory), the constitutional prevision of cultural rights,² and the implementation of public policies related to the recognition and valorization

¹Walter Benjamin, *Origem do Drama Barroco Alemão* (São Paulo: Brasiliense, 1984).



of Brazilian cultural patrimony (the institute of the registry of Immaterial Brazilian Cultural Goods e the National Plan of Culture³) allow, and promise to promote even more, the safekeeping of immaterial patrimony in the country. The Institute of Historical Patrimony and National Artistry (IPHAN), an organization connected to the Brazilian Ministry of Culture (MinC), is the institution responsible for, among other things, the inventoring, registry, and elaboration of plans to guarantee and protect immaterial cultural patrimony in the country.⁴

The richness of Brazilian ethno-cultural composition weighs heavily in this equation, the innumerable and singular territories are places where people and their stories are born and developed as expressions of popular knowledge and resistance through memory. Despite this, the protection and valorization of these narratives is still not sufficiently supported by the necessary public policies. Brazil possesses a rich cultural and ethnic composition, which extends from the big cities to small populations living in the country. One can easily imagine the infinite multitude of “knowers,” masters, storytellers, traditional and popular expressions and savvy, which are neither under the protection of legal entities, nor supported by public policies which deal with valorization, recognition, and the bettering of quality of life. However, these subjects exist- they are in cities, neighborhoods, communities.⁵

The Nucleus of Arts, Languages, and Subjectivities (NALS) works with various activities which promote academic knowledge and cultural actions in Pelotas, RS. One of these projects is developed by Dona Sirley, a *griot* who

²Brasil. Constituição (1988), *Constituição da República Federativa do Brasil*, Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 68 de 21 de dezembro de 2011 (Brasília, DF: Senado Federal, 2011), Art. 215-216.

³The National Plan of Culture was approved by the Federal Law nº 12.343, December, 2010, with its goals defined in December, 2011. There are 53 goals to be implemented until 2020 (Brasil, Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010 (institui o Plano Nacional de Cultura – PNC), *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil* (Poder Executivo, Brasília, DF, 3 dez. 2010), Seção I, p. 1-9.; Ministério da Cultura (MINC), Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011 (estabelece as metas do Plano Nacional de Cultura – PNC), *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil* (Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 2011), Seção I, p. 12-20).

⁴Cristiano Guedes Pinheiro, “Narrativas de educação e resistência: a prática popular *griô* de Dona Sirley,” Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Mestrado em Educação, Pelotas/RS, 2013.

⁵Pinheiro, “Narrativas de educação e resistência.”

tells stories about her African ancestors, and how these stories have survived for centuries in Brazil.

The “Programa Fronteiras da Diversidade” (Frontiers of Diversity Program)⁶ joins four separate projects which, as a unit, share themes about diversity and tolerance, coming together to form a central project, originally called “Storytellers,” connected to the Nucleus of Arts, Languages, and Subjectivities (NALS), of the Faculdade de Educação (College of Education) (FAE) from the Universidade Federal de Pelotas (Federal University of Pelotas–UFPEL). The aim of this project is to rescue the cultural identity of peripheral groups through debates, events, shows, and workshops, using the arts and culture as the field of work. These activities are part of what one can call “Marginal Esthetics” or even “Peripheral Esthetics,” promoting visibility and the emancipating exercise of expressing citizenship through art and culture.⁷ Aligned with the project “Storytellers,” the research group “Daily Narratives: Identity, Representation, and Culture” looks to establish dialogue between different forms of knowledge, those produced by university education and those that are seen as popular, expanding perspectives about identity and considering diversity to be a structural and discursive element.⁸ These projects seek to produce practical and theoretical innovations through the meeting of different territories, from the prospective of the construction of alliances that hope to think of the university and society as spaces for discussion and possible transformations.⁹

A third project, called “Diversidade e Tolerância” (Diversity and Tolerance), intends to be a space for the development of works linked to ethnicity, peoples without land, women, and popular practices, such as the *curandeiros* (healers). The research group “Intolerância: História e Sensibilidades” (Intolerance: History and Sensitivities) began in relation to studies about the Ho-

⁶The “Frontiers of Diversity Program” was classified and approved with nº4 by the University Extension Program, PROEXT, 2011 – Ministry of Education and Culture, Secretary for High Education, from Brazilian Government. Develops its activities since 2011 at Universidade Federal de Pelotas (Federal University of Pelotas – UFPEL).

⁷Denise Marcos Bussoletti and Vagner de Souza Vargas, “Art and Aesthetics of *ginga*: Boundary for the Future in the In-between Places of Diversity,” *Global Journal of Human Social Science, Arts & Humanities* 13 (4) (2013), 1-9.

⁸Denise Marcos Bussoletti, *Narrativas Populares* (Brasil: Conselho Nacional de Pesquisa, 2008).

⁹Bussoletti, *Narrativas Populares*; Bussoletti and Vargas, “Art and Aesthetics of *ginga*.”

locaust and the Second World War. This group promotes discussions and actions that can be used to combat all forms of intolerance in contemporary times.¹⁰ These projects are connected with actions and projects of the Historical Documentation Group (NDH), from the Human Sciences Institute (ICH), at UFPEL.

The relationship between these four projects is consolidated in the formation of “cultural agents” through educational activities. From this perspective, the objective is to create a network through the formation of social and cultural dialogues, changes, exchanges, and other educational activities, all of which are permeated with the principle of the indivisibility of teaching, research, and extra curricular activities at the university level.¹¹

The primary intention of these projects was to construct a space in which the spectator was also a narrator, a storyteller, and at the same time he/she was the work, or the story, as far as action and creative intervention. In this conception of the project, one finds the conviction that memory can be seen as a place of encounter and of celebration of apparently irreconcilable aesthetics, which, through art, can direct malleable itineraries in accordance with the network established by the spectator/narrator in the dialogue with the work/ story and its multiplicity of meanings. In order to be able to better understand the proposal of these “narratives in networks,” it is necessary to describe a little of the trajectory of the execution of the proposal, and, afterwards, the movement of the dynamic that is established.¹²

It was in this context that the meeting with Dona Sirley took place. Dona Sirley, a master *griot* from the city Pelotas/RS, in the south of Brazil, a 77 year old storyteller, speaks about her ancestry and the *charqueadas* (livestock ranches used to produce dried meat or jerky) in the city, as well as her own experiences with the local carnival, the scene from which the majority of her

¹⁰Bussoletti, *Narrativas Populares*.

¹¹Bussoletti, *Narrativas Populares*; Bussoletti and Vargas, “Art and Aesthetics of *ginga*.”

¹²Cristiano Guedes Pinheiro, Denise Marcos Bussoletti, and L. Gill, “Fronteiras da Cultura e da Oralidade – Fórum Internacional de Contadores de Histórias e Foro Latinoamericano Memoria e Identidad,” *Revista teias* (UERJ., online), 11 (2010): 1-10; Cristiano Guedes Pinheiro, Denise Marcos Bussoletti, and C. Costa, “Programa Fronteiras da Diversidade: universidade, comunidade na construção de práticas sociais e culturais para a diversidade,” *Expressa Extensão* (UFPEL) 2 (2011): 79-102; L. Haerter, Denise Marcos Bussoletti, Cristiano Guedes Pinheiro, and C. Costa, “O NALS no Foro Latino-americano Memoria e Identidade: respuestas nuevas a desafios bicentenários,” *Expressa Extensão* (UFPEL) 2 (2011): 35-60.

histories and memories emerge. A retired seamstress who lives on the periphery of the city, she is also a cultural activist. Dona Sirley, in addition to being a *griot* and a recognized figure of Pelotas' *carnaval*, participates in various groups that look to promote and valorize black culture, the elderly, and the importance of working with children.

In this way, the aim of this work is to describe *griot* Dona Sirley's activities with NALS, relating them to the proposals of Border Pedagogy and Ginga's Esthetic, which represent some of the presupposed theories NALS utilizes for the development of activities in the local community. Additionally, the origins of the term *griot* will be briefly discussed, as well as their functions, which have been determined by the Ministry of Culture of Brazil.

Storytellers: the Griots and Living Memory

In their way, this type of storyteller maintains in his/her memory ancestral knowledge and skills, passed from generation to generation, from parents to children, grandparents to grandchildren, the old to the young. Before legal bodies and public policies, they existed and conserved, as defined by Hampâté Bâ in 1982,¹³ in "living memory". According to Hampâté Bâ,¹⁴ in order to define what is called a *griot* in Africa, we must understand them as musicians, ambassadors, and courtesans; genealogists, historians, and poets. The *griot* practice has strong traditions in Western Africa, with special emphasis in the regions of Mali, Senegal, Gambia, and Guinea.¹⁵

The *griot*, from French terminology, or the *dieli* in Bambara, are public animators, storytellers, musicians, diplomats, genealogists, and poets. They travel within their communities, the region, to other countries, singing and telling their stories, in search of information for their genealogies, or in the name of a diplomatic mission. Hampâté Bâ¹⁶ divides them into three categories: the musicians, the ambassadors, and the genealogists, historians, or poets. Tradition endows them with a status which is different from the traditionalists, as these usually hold respect for the truth as a primary value. The

¹³Amadou Hampâté Bâ, "A Tradição viva," in Joseph Ki-Zerbo, ed., *História geral da África*, (São Paulo: Ática/UNESCO, 1982), I, *Metodologia e pré-história da África*, 181-218.

¹⁴Amadou Hampâté Bâ, "A Tradição viva," 193.

¹⁵Pinheiro, "Narrativas de educação e resistência."

¹⁶Hampâté Bâ, "A Tradição viva," 202.

griot, however, has the right to express him/herself without obligation or attention to the “truthfulness” of his/her stories, being able to embellish them or even *lie*, which no listener will criticize them.¹⁷

There also exists the royal *griot* (*dieli-faama*), who, much like the traditionalists, can also be learned people to whom high moral value is conferred.¹⁸ If, on one side, this limits the establishment of continuity between the historical African *griot* and the Brazilian *griot*, on the other it permits the establishment of a relationship between both, in which it is possible to perceive a certain similarity between Dona Sirley and the “white-haired elders” and “slightly obscure memory” described by Ki-Zerbo,¹⁹ or even with the storytellers themselves, who patiently transmitted their knowledge “from mouth to ear, from master to disciple, throughout the centuries,” as said by Hampâté Bâ.²⁰

Dona Sirley received the title *griot* through the *Ação Griô Nacional* (National *Griot* Project), one of the factions of *Programa Cultura Viva* (Living Culture Program), developed by the Ministry of Culture of Brazil. In this sense, much of this history can already be learned from the valiant contributions of archeology. Ki-Zerbo²¹ considers that together with written testimony and archaeological information, oral history has become an important source of African history. According to the author, oral history is told and preserved by the *griots*: “white-haired elders, tired voice and slightly obscure memory, sometimes labeled as stubborn and meticulous.”²² Taking into consideration the way in which they keep within themselves a large part of the knowledge and traditions of their African roots, every time one of these guardians of popular knowledge dies, it is as if a fiber in “Ariadne’s thread” has broken. From this perspective, the epic histories, the genealogies, the wars, the traditions, the quotidian, told and sung by the *griots* are the expression of the culture and identity of these peoples.²³

¹⁷Pinheiro, “Narrativas de educação e resistência.”

¹⁸Hampâté Bâ, “A Tradição viva”; Pinheiro, “Narrativas de educação e resistência.”

¹⁹Joseph Ki-Zerbo, “Introdução geral,” in Joseph Ki-Zerbo, ed., *História geral da África*, (São Paulo: Ática/UNESCO, 1982), I, *Metodologia e pré-história da África*, 27.

²⁰Hampâté Bâ, “A Tradição viva” (1982), 181.

²¹Ki-Zerbo, “Introdução geral.”

²²Ki-Zerbo, “Introdução geral,” 27.

²³Pinheiro, “Narrativas de educação e resistência.”

In the meanwhile, from an academic point of view, one must “sift through” all of these stories, in order to better understand what can and cannot be recognized as the history of Africa. Chronological contextualization is seen as one of the primary problems with these stories, in addition to the question of the ambiguity of words in themselves, as words possess this characteristic of double meaning, or even the “half words,” which possess implicit meaning.²⁴ And it is exactly there that one finds, paradoxically, the beauty of oral history. This problem, or rather, this peculiarity of the spoken word, sometimes even difficult to translate into other languages, then loses a multitude of meanings and symbolisms upon being decontextualized and removed from its natural environment.²⁵

Storytellers: Peripheral Aesthetics

Through these “peripheral aesthetics,” the focus shifts to new cultural means and productions, which are developed in the urban peripheries where the social subjects install themselves as loud-speakers of another discourse, able to be accepted as peripheral only in relation to geographic location with the hegemonic centers of power-knowledge. From this perspective, silence cannot be *represented*, it cannot be *interpreted*, but it is *understandable*. We are not interested in silence as a cover-up of the explanation, nor in silence as a mask, dispossessed of a comfortable meaning. Neither are we interested in the *silenced* because silence is not imprisonment, not confinement.²⁶

Silence that can find a comfortable equivalent in words is not sufficient for us. We want to reach the echo of the word that inhabits, supports, and remains in dense sonority. We seek the unnamable—recognizable—the subjectivity that makes from a habitat of possible dreams an original limit.²⁷

In order to include the proposal of a subjectivity that resides in a border, it is necessary to recognize that the foreign inhabits us, as suggested by Kristeva,²⁸ as the other part of our identity. Residing in a place that destroys our

²⁴Ki-Zerbo, “Introdução geral,” 26-27.

²⁵Pinheiro, “Narrativas de educação e resistência.”

²⁶Bussoletti, *Narrativas Populares*; Bussoletti and Vargas, “Art and Aesthetics of *ginga*.”

²⁷Bussoletti and Vargas, “Art and Aesthetics of *ginga*.”

²⁸Julia Kristeva, *Estrangeiros Para Nós Mesmos* (Rio de Janeiro: Rocco, 1994).

comfort makes us, in an unsettling way, recognize in the *other*, the *foreign*, something that is part of our very selves. The *foreign* starts where the consciousness of “my” *difference* begins, and ends when confronted with the fact that we are all foreigners in constant rebellion in regard to bonds and community.

We therefore propose the formation of subjectivity in the border that fights against the apparent lack of alternatives. As Schiller affirmed in *On the Aesthetic Education of Man in a Series of Letters*²⁹ at the end of the eighteenth century, and which remains an essential reality, feeling is the most urgent necessity, the necessity that crosses time. According to this author, the intellect’s path “needs to be opened by the heart.”³⁰ A sensible education is not just a way of bettering knowledge, but also recognizing it as effective lifestyle.³¹

Storytellers: Orality

A network that becomes a web by the means in which it obeys the intentional and provocative meaning of destabilization of hegemonic cultural expressions. An ethnic-aesthetic meaning which is articulated by imbrication, by the crossing of the threads of one story which is also made by the fissures, by the margins by the edges, and since there is no other way, mixes images, languages and references, longing for a synthesis of imagery that renders ambivalence and contradiction, producing ruptures with the states of obviousness of stories that were being structured by the participation of others, the expression of traits of genuine popular culture. A web that is made by the attitude of a “permanent critique,” where the experimentation and option for collective construction opens for an accomplice and active possibility. Storytelling is, therefore, plotting stories, exploring all the many faces that leads us to the operationalization of these senses (Bussoletti, 2008).³²

Through the possibility of experimentation of art as plot, we hope for “exercises for behavior,” as Hélio Oiticica said, made operational through the participation and transmutation of the spectator as narrator whose authority is manifested through living as a manifestation of life in the direction of

²⁹Friedrich Schiller, *A Educação Estética do Homem* (São Paulo: Iluminuras, 1990).

³⁰Schiller, *A Educação Estética do Homem*, 51.

³¹Schiller, *A Educação Estética do Homem*.

³²Bussoletti, *Narrativas Populares*.

creative activity (Jacques, 2003). Between imagination and ecstasy, the proposal is to “southernize” behaviors, deterritorializing repressed and/or occult possibilities, and conceding an educational space in the direction of transgression and resistance of alternative practices, which don’t submit to the historical and political conceptions based on the tradition maintained by the cult of regularities and consumable stabilities as products of a contestable order, and differentiate the aspiration which is joined to an old/new chorus, which telling stories says again: Try! “Our north is the south.” And we are, through this call, setting the scene for the next chapters.³³

The relationship between the written and spoken word has never been peaceful, with one always going against the current of the idiosyncrasies of the other. What we mean to say is that the discursive and expressive liberties of the spoken word don’t exactly correspond to the same principle in written form, since the written word positions itself as permanent and definitive in some cases.³⁴ The oral has diverse goals, which is recognizable by the persuasive and more direct contact between speakers, being a text that can be re-elaborated in the very act of its production/reception. On the contrary, the written word, upon fitting itself into the durability of time and space, is destined for the canonic, being able to travel between various cultures with the authority of one who imposes itself as the factor in charge, of course from a hegemonic point of view. Because of this, written text better serves the classical concept of science as it is able to more cohesively organize a phrase, something that the oral word is not suited to because of its digressive and performative character, or, rather, oral narratives are especially valued when they are engaging, and for the complementariness of the body to the voice, or would it be of the voice to the body?³⁵ The political authority of each modality may be more of a determinant in the measure in which schools and other such institutions legalize the written word as “language” and reserve for oral speech the stigma of “wrongness,” a practice that is not new. Writing seems to constitute something more rational than orality, and for this reason, it is more accepted by scientific discourse. One can, specifically

³³Denise Marcos Bussoletti and Cristiano Guedes Pinheiro, “Fronteiras da Diversidade: entre-lugares e desafios,” *Revista Querubim* 1 (2011): 44-50.

³⁴José Guilherme dos Santos Fernandes, “Do oral ao escrito: Implicações e complicações na transcrição de narrativas orais,” *Outros Tempos* 2 (2008): 156-166.

³⁵Fernandes, “Do oral ao escrito.”

Portuguese Studies Review

PSR

PSR Previews : End of this article's preview



PORTUGUESE STUDIES REVIEW (PSR)

BIBLID | ISSN 1057-1515 print

ONLINE: through EBSCO and Gale/Cengage

JOURNAL HOMEPAGES: <http://www.maproom44.com/psr> (URL permanently valid)

and <http://www.trentu.ca/admin/publications/psr> (URL not valid after 05 June 2020)

© 2014-2019 Portuguese Studies Review and Baywolf Press | All rights reserved

“Eu sou o fruto de uma aliança entre Portugal e Angola”: contributos da pesquisa biográfica para o debate acerca da lusofonia¹

Marina Simões Galvanese

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Introdução

Os processos históricos que marcaram as relações de Portugal com suas ex-colónias africanas, sobretudo na segunda metade do século XX, trouxeram consequências não apenas aos países envolvidos, obrigados a se repensarem enquanto nação, como também aos indivíduos afetados. A colonização portuguesa em África, as políticas de povoamento branco das colónias, as Guerras de libertação, o processo de descolonização, as guerras civis nas quais se viram mergulhados os novos países independentes, a entrada de Portugal no Bloco Europeu e sua transformação numa nação pós-colonial semiperiférica originaram movimentos populacionais com profundas influências nas dinâmicas familiares e nas construções identitárias individuais.

Em Portugal, muito embora o projeto europeu tenha saído vitorioso, o discurso que reforçava os vínculos históricos, culturais e linguísticos que uniam o país às ex-colónias africanas recuperou o fôlego no início dos anos 1990 e fundamentou uma série de políticas de discriminação positiva face aos imigrantes “lusófonos”. O discurso da lusofonia gerou, contudo, críticas por parte de intelectuais e acadêmicos que enfatizavam a violência colonial e as consequências nefastas daquelas políticas.

Longe do debate acerca da lusofonia, inúmeros imigrantes recomeçavam a vida na antiga metrópole, sendo obrigados a renegociar suas pertenças

¹Trabalho realizado no âmbito do projeto “Pesquisa das Migrações e abordagem biográfica: construindo um trabalho em colaboração no contexto português”, financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Fatores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/CS-ANT/111721/2009 – FCOMP-01-0124-FEDER-014442), desenvolvido no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e coordenado por Elsa Lechner.



identitárias. É o caso de Lucinda, filha de um colono português com uma nativa angolana, que migrou para Portugal em 1993 e que se define a si própria como o fruto das contraditórias relações que unem Portugal e Angola. Na narrativa autobiográfica que construiu no âmbito do projeto “Pesquisa das Migrações e abordagem biográfica: construindo um trabalho em colaboração no contexto português,”² Lucinda relembrou o trauma de uma infância marcada pela guerra e falou da sua experiência migratória. Teceu, então, uma identidade *mista* que percorre continentes, aproxima e afasta Portugal e Angola, questiona as grandes interpretações da presença portuguesa em África e implode as categorias construídas por abordagens a um só tempo distanciadas e interessadas. Distanciadas porque olham para o fenómeno da colonização e para o período pós-colonial a partir de uma perspetiva macro que apaga os sujeitos que viveram e fizeram a história; interessadas porque sempre conscientes das implicações políticas dos estudos coloniais.

Como ver-se-á, a narrativa de Lucinda que será aqui analisada evidencia que o impacto individual dos processos históricos acima referidos só pode ser captado por uma investigação que valorize o biográfico. E ainda, que as grandes narrativas maniqueístas (e jamais neutras) do colonialismo português (que ou enfatizam as cordiais relações de Portugal com as ex-colónias, ou reforçam a violência do passado colonial) são incapazes de captar a complexidade de experiências e identidades.

Daí a relevância dos estudiosos do (pós)colonialismo português atentarem para as experiências individuais como forma de “complicar e/ou desconstruir as fórmulas redutivas e o tipo de pensamento abstrato – mas poderoso – que afasta o pensamento da história e da experiência humanas concretas para conduzi-lo aos campos da ficção ideológica, do confronto metafísico e da paixão coletiva”³. A pesquisa biográfica, ao se centrar na vivência concreta dos indivíduos, está ao lado do humanismo tal como compreendido por Said (para quem o “humanismo está centrado na ação da individualidade e na intuição subjetiva humanas, mais do que em ideias

²Meus sinceros agradecimentos à Professora Doutora Elsa Lechner e aos/as demais membros da equipa do projeto pelos diversos e significativos contributos dados a este trabalho; bem como à Lucinda, que abriu sua casa a uma jovem investigadora.

³Edward Said, *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* [1978], trad. Rosaura Eichenberg (São Paulo: Companhia das Letras, 2007), 19.

prontas e na autoridade aceita”⁴). É por isso, uma via primordial para complexificar e enriquecer o estudo do (pós)colonialismo português.

Para além de coletar relatos e histórias de pessoas que viveram na pele a experiência colonial, a pesquisa biográfica busca “compreender como os indivíduos fazem significar as experiências plurais” (da colonização, da guerra colonial, da guerra civil, da migração, das ruturas e reconfigurações familiares) “nas suas construções biográficas individuais e na sua inscrição no mundo social”⁵. Dito de outra forma, os investigadores da pesquisa biográfica⁶ não recolhem testemunhos orais para construir uma narrativa histórica, mas se interessam pela forma particular pela qual os indivíduos (que passam de *objetos de pesquisa a sujeitos em pesquisa*⁷) “íntegram, estruturam e interpretam os espaços e as temporalidades do seu ambiente histórico e social”⁸.

Este trabalho analisará, então, como a identidade individual de Lucinda incorpora narrativas, discursos, fatos históricos e vivências particulares de modo a construir sua identidade individual; uma identidade fluida que transborda a qualquer tentativa de categorização. Antes disso, contudo, será apresentado o debate acerca da lusofonia, a forma pela qual a elite política portuguesa buscou reconstruir a identidade nacional portuguesa após a descolonização; bem como a perspetiva de intelectuais e académicos que evi-

⁴Said, *Orientalismo*, 26.

⁵Christine Delory-Momberger, “Pesquisa biográfica e experiência migratória”, in Elsa Lechner, ed., *Rostos, vozes e silêncios da imigração* (Coimbra: Almedina, no prelo), sem página.

⁶Para saber mais sobre pesquisa biográfica e suas diversas abordagens, ver: Elsa Lechner, ed., *Histórias de vida: olhares interdisciplinares* (Porto: Afrontamento, 2009). Para um estado da arte acerca do método biográfico em Portugal, ver: Elsa Lechner e Pedro Abrantes, “La investigación (auto)biográfica en Portugal: un mapeo, dos estudios”, *Revista Mexicana de Investigación Educativa* 19 (62) (2014): 859-883.

⁷Como coloca Delory-Momberger, a linguagem usada no relato auto-biográfico constrói a um só tempo, a história contada e o sujeito que a narra, de modo que este último não é o objeto sobre o qual o investigador pesquisa, mas é o sujeito com quem realiza a pesquisa (Delory-Momberger, “Pesquisa biográfica”, sem página.) Nas palavras da autora “cette figure d’un soi-même que nous appelons le sujet n’est pas un donné dont on pourrait constater l’existence et dresser l’état, mais une construction toujours en acte (...). Le je actualisé du discours est la forme première dans laquelle s’institue le sujet: c’est le Je qui m’inscrit à la fois comme *sujet-narrateur* et comme *sujet-acteur* de l’histoire que je raconte sur moi-même” (Christine Delory-Momberger, “Formation et socialization: les ateliers biographiques de projet”, *Educação e Pesquisa* 32(2) (2006): 359-71, 364).

⁸Delory-Momberger, “Pesquisa biográfica”, sem página.

denciam os limites do discurso oficial. Desta forma objetivamos: (i) sublinhar os limites do debate acerca da lusofonia; (ii) refletir acerca da complexidade das identidades nacionais em contextos pós-coloniais; (iii) reforçar a importância da pesquisa biográfica para o desenvolvimento de um estudo mais complexificado das relações (pós)coloniais.

I. A reconstrução nacional, a recuperação de antigas narrativas coloniais e a perspectiva crítica

Findo o Estado Novo português e completado o processo de descolonização que se seguiu à Revolução de 25 de Abril de 1974, Portugal voltou-se para a Europa e iniciou o processo de integração no Bloco Europeu. O país, depois de cinco séculos de Império Colonial, tornava-se, então, uma nação pós-colonial semiperiférica⁹ cujas fronteiras restringiam-se aos limites europeus. Desta forma, o mito do Império, que sustentara a nação portuguesa¹⁰ enquanto uma comunidade política imaginada (no sentido atribuído por Anderson¹¹), precisava ser substituído e a nação repensada de modo a assegurar a Portugal uma posição estratégica na nova conjuntura político-económica.

Esta reconstrução nacional passou por duas fases: a primeira, iniciada nos anos 1980, visava compensar a perda dos territórios coloniais por meio da aproximação do país às comunidades de imigrantes portugueses e luso-descendentes espalhadas pelo mundo; a segunda, que maior interesse tem para este trabalho e que marcou a década de 1990, recuperou antigas narrativas coloniais, buscando com isso, reaproximar Portugal do Brasil e de suas anti-

⁹Ver: Bela Feldman-Bianco, “Colonialism as a Continuing Project: The Portuguese Experience”, *Identities* 8 (4) (2001): 477-82.

¹⁰Sobre a associação entre a ideia de “nação portuguesa” e o Império colonial, ver: Valentim Alexandre, “The Colonial Empire,” in António Costa Pinto, ed., *Modern Portugal* (Palo Alto: Society for Promotion of Science and Scholarship, 1998). Sobre a importância do Império para a construção da ideia de nação durante o Estado-Novo português, Omar Ribeiro Thomaz demonstra que por meio de congressos e exposições coloniais, o regime divulgou uma narrativa capaz de “criar uma continuidade entre espaços tão distantes e tão diversos, definidos de forma ‘solidária’ como que compondo um ‘todo’ político e espiritual: estamos na época do lema ‘Portugal, do Minho ao Timor’” (Omar Ribeiro Thomaz, “Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o Terceiro Império Português,” Tese de Doutorado (Universidade de Campinas, 1997), 63).

¹¹Benedict Anderson, *L’imaginaire national – réflexions sur l’origine et l’essor du nationalisme* [1983], trad. Pierre- Emmanuel Dauzat (Paris: La Découverte, 2002).

gas colónias africanas, afirmar a “vocação universalista” do “povo português” e negociar a posição do país no seio da Comunidade Europeia.

Em 1981, durante o VII Governo Constitucional (que tinha Francisco Pinto Balsemão como Primeiro Ministro) foi promulgada uma nova Lei de Nacionalidade que redefinia quem pertencia à nação portuguesa e quem era dela excluída. A Lei nº 37/81, de 3 de outubro¹² dava maior relevo ao *jus sanguinius* e encerrava, assim, uma longa tradição de prevalência do *jus soli* na legislação portuguesa. Enquanto o direito de solo se ajustava melhor a um país de baixa capacidade demográfica detentor de um vasto Império Colonial¹³, o direito de sangue (e à dupla nacionalidade) era uma forma de inserir na comunidade nacional os milhares de emigrantes portugueses e seus descendentes espalhados pelo globo¹⁴.

Uma década mais tarde, finalizado o processo de integração de Portugal no Bloco Europeu, o país buscou se aproximar do Brasil e dos cinco novos países africanos de língua oficial portuguesa, visando concretizar o destino ecumênico vislumbrado para o país por Mário Soares¹⁵ e com isso, negociar a posição lusitana na nova ordem global. Para Soares, que liderou a aproximação de Portugal à Europa, a “via europeia” não representava um virar as costas para a África. Pelo contrário: a estratégica posição geográfica do país permitir-lhe-ia exercer o papel de ponte entre a Europa e a África. A ênfase discursiva na proximidade de Portugal com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP¹⁶) reforçava a ideia da vocação universalista dos portugueses e recuperava antigas narrativas coloniais.

A construção discursiva de Portugal como elo de ligação entre o Norte e o Sul atualizava o discurso da missão civilizatória que legitimou a coloniza-

¹²Lei 37/81, de 3 de outubro “Lei da Nacionalidade”, *Diário da Assembleia da República*, I Série A (228) (Lisboa: Assembleia da República, 1981).

¹³A este respeito, ver: Isabel Carvahais, “Citizenship Policymaking in Mediterranean EU States: Portugal”, *Country Report: Portugal EUDO Citizenship Observatory*, consultado a 9 de Junho de 2014, <http://eudo-citizenship.eu/docs/EUDOcomp-Portugal.pdf> (2010).

¹⁴Sobre a inserção dos emigrantes na comunidade nacional portuguesa, ver: Bela Feldman-Bianco, “Immigration, *Saudade* and the Dialectics of Deterritorialization and Re-territorialization”, *Oficinas do CES*, 46 (1995): 1-33.

¹⁵Sobre o universalismo de Mário Soares ver: Dina Sebastião, “Mário Soares e a Europa: pensamento e acção”, Dissertação de Mestrado (Universidade de Coimbra, 2010).

¹⁶Esta sigla será utilizada como forma de facilitar as referências às ex-colónias portuguesas em África ao longo do texto.

ção portuguesa em África. Da mesma forma, o discurso da *lusofonia*, qual seja, da partilha histórica, cultural e linguística entre Portugal e suas ex-colónias, repaginava o *luso-tropicalismo*. De acordo com a teoria desenvolvida por Gilberto Freire e apropriada pelo regime salazarista nos anos 1950¹⁷, os portugueses, graças à sua natural capacidade de adaptação aos trópicos, teriam construído um mundo luso-tropical unido por uma mesma cultura e por uma mesma língua. Aos olhos da elite política portuguesa, esta suposta partilha linguística e cultural entre Portugal, o Brasil e os PALOP não poderia ser esquecida neste processo de redefinição nacional. Por essa razão, quando a integração do país no Espaço Schengen obrigou uma revisão das leis de estrangeiros e de nacionalidade, uma via intermédia (cuja base era o discurso da lusofonia) foi assumida de modo a assegurar aos cidadãos “lusófonos” residentes em Portugal alguns direitos negados aos imigrantes de outras nacionalidades.

Como ver-se-á mais adiante, a insistência da lusofonia na matriz lusa da identidade das ex-colónias tem sido discutida por críticos que realçam os limites desta identidade comum e lembram que os vínculos que “unem” estes países foram construídos com o sangue da violência colonial.

I.I. Antigos mitos coloniais nas políticas de discriminação positiva face aos imigrantes de países de língua oficial portuguesa. A mesma ordem político-económica que transformara Portugal num país europeu pós-colonial e semiperiférico (e que o obrigava a renovar antigas narrativas coloniais) aquecia o mercado laboral, atraindo imigrantes desejosos de trabalhar no país e de melhorar as condições de vida. À demanda por mão-de-obra por parte do mercado, opunha-se o Estado português que, uma vez integrado na Comunidade Europeia, tornara-se guardião das fronteiras da “Europa fortaleza”. Por esta razão, no Portugal do início dos anos 1990 era grande o número de imigrantes vindos sobretudo do Brasil e dos PALOP¹⁸, os quais encontravam traba-

¹⁷Como mostra Cláudia Castelo, *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa, 1933-1961* (Porto: Edições Afrontamento, 1998).

¹⁸Segundo Baganha, Marques & Góis, em 1985 o número de estrangeiros legalmente residentes em Portugal era de 79.594, dos quais 44% tinha nacionalidade de algum país africano de língua oficial portuguesa. A partir de 1986, “o investimento em obras públicas e na construção civil provocou um continuado aumento da procura de mão-de-obra para este sector o que atraiu novos imigrantes dos PALOP, particularmente de Cabo Verde” (Maria Ioannis Baganha, José Carlos Marques & Pedro Góis, “Imigrantes em Portugal: uma síntese

lho, mas, sem serem reconhecidos pelo Estado, viam-se privados de seus direitos laborais.

Em 1991, com a chegada ao poder do XII Governo Constitucional (que tinha Aníbal Cavaco Silva como Primeiro Ministro), a imigração entrou para a agenda política portuguesa. Em seu Programa, o Governo adotou o paradigma securitário pelo qual a questão migratória era abordada nos demais países europeus, comprometendo-se a propor alterações na legislação de estrangeiros de modo a combater o crime internacional, o terrorismo e o tráfico de drogas¹⁹.

Em 1992, o Governo apresentou, então, a proposta de lei 22/VI²⁰, na qual houve, pela primeira vez, o reconhecimento de Portugal como país de imigração. Visando dar resposta a essa nova realidade, o Governo objetivava transpor as diretivas comunitárias, aperfeiçoar a disciplina de concessão de vistos e autorizações de residência, alterar o regime de expulsões e regularizar os imigrantes em situação ilegal. A anistia aos clandestinos – que segundo o Ministro da Administração Interna, seria o último processo desse tipo já que regularizações futuras contrariariam os compromissos assumidos por Portugal na matéria – era uma forma de “arrumar a casa” antes da entrada em vigor de novas leis que endureceriam a política de entrada de imigrantes em território nacional e que restringiriam os direitos daqueles autorizados a permanecer no país.

Nesta conjuntura, as associações de imigrantes vindos do Brasil e dos PALOP, ligadas à Obra Católica e a certas lideranças do Partido Socialista, questionavam a integração de Portugal no Espaço Schengen e as políticas migratórias restritivas que se avizinhavam e se apropriavam das narrativas

histórica”, *Ler História* 56 (2009): 115-126, 115). Assim, no início dos anos 1990, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras registrava 113.978 imigrantes legais em Portugal. Tendo em conta o número de pedidos de regularização apresentados em 1992, pode-se estimar, segundo Baganha & Góis (Maria Ioannis Baganha & Pedro Góis, “Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 53 (1999): 229-280), que o número de estrangeiros a residir legal e ilegalmente no país rondava os cento e cinquenta mil.

¹⁹Governo de Portugal, “Programa do XII Governo Constitucional.”, consultado a 29 de dezembro de 2012, http://www.portugal.gov.pt/pt/GC12/Documentos/Programa_GC12.pdf (1991)

²⁰Proposta de Lei 22/VI, de 1992 “Autoriza o Governo a rever o regime de entrada, permanência e expulsão de estrangeiros do território nacional”, *Diário da Assembleia da República*, II Série A, 22/VI/1 (06.03.1992).

colônias recuperadas num momento de reconstrução nacional. Como coloca Gustavo Santos (2010), as ideologias nacionalistas “que se remetiam à chamada vocação atlântica portuguesa foram utilizadas estrategicamente para apresentar os imigrantes lusófonos como destinatários de consideração especial pela nação portuguesa, cuja constituição, segundo eles, estava intimamente ligada à relação com as suas terras de origem”²¹.

As íntimas relações histórias entre Portugal e suas ex-colônias foram apresentadas pelo Partido Socialista para justificar a prioridade a ser concedida aos “lusófonos” no processo de regularização extraordinária de imigrantes em situação irregular. Assim, muito embora o projeto previsse a legalização de imigrantes provenientes de diversos países, os “lusófonos” foram priorizados não apenas pelo facto de comporem o maior contingente imigratório em Portugal, mas por “razões históricas”²². Pela proximidade, então, do PS com as associações de imigrantes “lusófonos”²³, foi iniciada uma política de discriminação positiva face aos cidadãos provenientes das ex-colônias portuguesas, a qual convivía com as medidas restritivas e securitárias adotadas pelo Partido Social Democrata.

Tal convivência marcou toda a legislação de imigração adotada em Portugal ao longo da década de 1990. Ainda durante o governo de Cavaco Silva, em 1994, foi aprovada a Lei 25/94 de 19 de agosto²⁴ que alterou a Lei da Nacionalidade de 1981. A alteração proposta pelo Governo, seguindo os passos securitários da Europa fortaleza, entendia que a “identidade nacional portu-

²¹Gustavo Santos, “A construção da lusofonia no Portugal pós-Colonial: estratégias das associações de imigrantes de Lisboa”, em Bela Feldman-Bianco, org., *Nações e diásporas: estudos comparativos entre Brasil e Portugal* (Campinas: Editora Unicamp, 2010), 190.

²²Preâmbulo do Decreto-Lei nº 212/92, de 12 de outubro “Regulariza a situação dos imigrantes clandestinos”, *Diário da Assembleia da República*, I Série A (235) (Lisboa: Ministério da Administração Interna, 1992)

²³Gustavo Santos estudou os processos de aproximação entre as lideranças das associações de imigrantes vindos do Brasil e dos PALOP e o Partido Socialista, mostrando que havia, no início dos anos 1990, uma coincidência entre os interesses dos primeiros e o projeto nacional do PS. No entanto, o autor demonstra também os limites do projeto de nação defendido pelos socialistas que, ao regressarem ao poder em 1995 (um ano antes da entrada de Portugal no Espaço Schengen), se viram obrigados a transpor diretivas europeias contrárias ao projeto de aproximação do país às suas antigas colônias. Ver: Gustavo Santos, “Lideranças imigrantes e o Estado português: ações e contradições de uma ‘aliança lusófona’, Portugal (1990-2002)”, Dissertação de Mestrado (Universidade de Campinas, 2002).

²⁴Lei 25/94, de 19 de agosto “Lei da Nacionalidade”, *Diário da Assembleia da República*, I Série A (191) (Lisboa: Assembleia da República, 1994).

guesa” deveria ser preservada e defendida daqueles que, sem qualquer vínculo histórico com o país adquiriam a nacionalidade portuguesa²⁵. Esse vínculo histórico justificaria, uma vez mais, a discriminação positiva dos cidadãos das ex-colônias, os quais podiam se naturalizar após 6 anos de residência legal. Os demais estrangeiros só poderiam apresentar um pedido de naturalização dez anos depois de residirem legalmente no país.

Em 1996, o governo de António Guterres (PS) propôs um novo processo de regularização extraordinária, que tal como o anterior beneficiaria especialmente os “lusófonos”. Os argumentos apresentados pelo partido do Governo no debate que antecedeu a promulgação do Decreto-Lei 17/96, de 24 de maio constroem uma narrativa oficial acerca do passado colonial português que enfatiza as boas relações construídas por Portugal com os povos colonizados.

Na Assembleia da República, o Ministro da Administração Interna, Alberto Costa afirmou que “Portugal é um nome que faz sentido, é uma referência histórica que diz alguma coisa a muitas pessoas, sobretudo, a muitas pessoas que falam português”²⁶, as quais procuram “Portugal para viver melhor (...) [n]um país que diz alguma coisa à sua própria lembrança, à sua própria sensibilidade e ao seu próprio modo de falar”²⁷. Assim, aos olhos do Ministro a regularização seria uma forma de manter “em homenagem ao que fomos e ao que somos, uma relação positiva e apaziguada e não uma relação tensa, crispada e denegadora de direitos”²⁸ com as pessoas “com esta proveniência e este modo de falar”²⁹.

²⁵Borges Soeiro, “Discussão na Generalidade da Proposta de Lei nº 91/VI, de 1994 ‘Altera a Lei nº 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade)’”; *Diário da Assembleia da República*, I Série, 57/VI/3 (14.04.1994): 1908-1919, 1908.

²⁶Alberto Costa, “Discussão conjunta da proposta de lei nº 16/VII, de 1996 ‘Estabelece um processo de regularização da situação dos imigrantes clandestinos’ e dos projetos de lei nº 19/VII, de 1996 ‘Determina a abertura de um novo processo de regularização extraordinária de imigrantes’ (Os Verdes) e 116/VII, de 1996 ‘Regularização extraordinária da situação dos cidadãos que residam em Portugal sem autorização legal’ (PCP)”; *Diários da Assembleia da República*, I Série, 53/VII/1 (29.03.1996): 7-28, 8.

²⁷Costa, “Discussão conjunta da proposta de lei”, 8.

²⁸Costa, “Discussão conjunta da proposta de lei”, 8.

²⁹Costa, “Discussão conjunta da proposta de lei”, 8.

Portuguese Studies Review

PSR

PSR Previews : End of this article's preview



PORTUGUESE STUDIES REVIEW (PSR)

BIBLID | ISSN 1057-1515 print

ONLINE: through EBSCO and Gale/Cengage

JOURNAL HOMEPAGES: <http://www.maproom44.com/psr> (URL permanently valid)

and <http://www.trentu.ca/admin/publications/psr> (URL not valid after 05 June 2020)

© 2014-2019 Portuguese Studies Review and Baywolf Press | All rights reserved

L'adieu au poète : Glauber Rocha et *L'Âge de la Terre*

Erika Thomas

FLSH – Université Catholique de Lille

CINÉASTE EMBLÉMATIQUE et théoricien critique du *cinema novo* Glauber Rocha (1939-1981) s'affirme en tant qu'intellectuel et artiste dès 1963 à l'occasion de la publication de son premier ouvrage critique sur le cinéma national : *Revisão crítica do cinema brasileiro*¹. Il se fera connaître au niveau international² en réalisant entre 1963 et 1968, *Le Dieu Noir et le Diable Blond* (1963), *Terre en transe* (1967), et *Antonio das Mortes* (68)³. Cette trilogie cinématographique problématisant la soumission, l'emprise et l'aliénation entraîne le spectateur dans les méandres d'un pays – ou plus largement d'un continent – traversé par des secousses politiques et sociales en cours et à venir. Imposant au cinéma national le devoir de penser la réalité brésilienne de façon engagée et détachée des contraintes économiques, Glauber Rocha se trouve en Europe lorsque le coup d'état militaire est instauré en 1964 au Brésil. Cet événement politique va progressivement anéantir les perspectives politiques du *cinema novo*. En 1965, à l'occasion du Congrès italien *Térzo Mondo e Comunità Mondiale*, Rocha présente à Genève son manifeste *Esthétique de la faim* s'articulant autour d'une réflexion complexe interrogeant les conditions d'émergence d'une esthétique de la violence:

« La faim du latino-américain n'est pas seulement un symptôme alarmant de la pauvreté sociale ; c'est l'essence de sa société. Ainsi nous pouvons définir notre

¹Glauber Rocha, *Revisão crítica do cinema brasileiro* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963).

²En 1962 il se fait connaître par la critique brésilienne grâce à son premier long métrage, *Barravento*.

³Titres originaux : *Deus e o diabo na terra do sol*, présenté en compétition officielle au Festival de Cannes en 1964 ; *Terra em transe*, prix de la critique internationale à Cannes en 1967 ; *O dragão da maldade contra o santo guerreiro*, prix de la mise en scène en 1969 au Festival de Cannes.



culture comme une culture de la faim. Là réside la tragique originalité du Cinema Novo par rapport au cinéma mondial : notre originalité c'est notre faim qui est aussi notre plus grande misère, ressentie mais non comprise (...) Le comportement normal d'un affamé est la violence, mais la violence d'un affamé n'est pas primitivisme, l'esthétique de la violence avant d'être primitive est révolutionnaire »⁴.

Lorsqu'il rentre au Brésil en 1965, Glauber Rocha est perçu par le pouvoir en place comme un cinéaste subversif. Il est emprisonné avec d'autres intellectuels durant 23 jours pour avoir participé à une protestation contre les militaires lors d'une réunion de l'Organisation des États Américains à Rio⁵. En 1968, la promulgation de l'Acte Institutionnel n°5 marque la radicalisation du pouvoir militaire entraînant la privation des libertés élémentaires et la surveillance accrue des opposants, des intellectuels et des artistes. Glauber Rocha est quelque peu inquiété par la police militaire : son film *Terre en transe* est censuré, son appartement est fouillé et l'équipe du journal *O Pasquim*, où des cinéastes comme lui ou Walter Lima Junior écrivent, est arrêtée. Bon nombre d'artistes et d'intellectuels d'alors sont contraints à l'exil politique. En 1971, Glauber Rocha décide de lui-même de quitter le Brésil ne supportant plus l'asphyxie à laquelle semble condamnée le *cinema novo*. Les dix années qui lui restent à vivre seront des années vagabondes⁶ à travers l'Amérique Latine et l'Europe essentiellement. Il s'installe un temps à Cuba et commence la réalisation de son documentaire *Histoire du Brésil*⁷ (1972). Entre 1974 et 1976 Glauber Rocha parcourt le monde à la recherche de financements qu'il ne trouve pas. En 1976 il part à Moscou puis revient au Brésil pour filmer l'enterrement du peintre Di Cavalcanti⁸. *Di*, documentaire de 18 minutes sera d'abord interdit de diffusion au Brésil par décision des ayants droit mais obtiendra le Prix du Jury au Festival de Cannes en

⁴Glauber Rocha, « L'esthétique de la violence », *Positif* (Paris) 73 (février 1966) : 22-24.

⁵Fernão Ramos et Luiz Felipe Miranda, éds, *Enciclopedia do cinema brasileiro* (São Paulo: Senac, 2000), 464.

⁶Il réalise entre 1970 et 1980, ses principaux films : *Cabeças cortadas* (1970) ; *O leão de sete cabeças* (1971) ; *Cancer* (1972) ; *Claro* (1972) ; le documentaire *História do Brasil* (1974) et *A idade da terra* (1980). Il se trouve au Brésil en 1976 et repart de 1980 à 1981. Il reviendra eu Brésil pour y mourir cette même année.

⁷Titre original: *História do Brasil*.

⁸Comme pour Di Calvalcanti, les funérailles de Glauber Rocha feront l'objet d'un film qui sera présenté au festival de Cannes en 2004. Sylvio Tändler, *Glauber o filme : O Labirinto do Brasil* (Brésil, 98 minutes, 2002).

1977. L'année suivante, toujours au Brésil, Glauber Rocha commence le tournage au Brésil de *L'Âge de la Terre*⁹, un film-collage étonnant ayant suscité la polémique et l'incompréhension. En 1979, Glauber Rocha crée une émission télévisuelle *Abertura* lui servant de libre tribune où il s'emporte contre ceux qui le critiquent et ne comprennent pas son art cinématographique. En 1981 il retourne à Paris, puis au Portugal où il tombe gravement malade. Il retourne au Brésil dans un état critique et meurt le 22 août 1981. *L'Âge de la Terre* sera dès lors considéré comme un film testament sur lequel il convient de revenir pour considérer la singularité de Glauber Rocha.

1. *L'Âge de la Terre et le brouillage des conventions cinématographiques*

A en croire Glauber Rocha, c'est la mort de Pasolini qui est l'origine de son film : « Le jour où Pasolini a été assassiné j'ai imaginé filmer la vie du Christ dans le tiers monde (...) un Christ vénéré, revivifié, révolutionnaire, un Christ dans l'extase de la résurrection »¹⁰. Les figures christiques – ressuscitées par les quatre cavaliers de l'apocalypse¹¹ – irriguent ce film présenté le 2 septembre 1980 à la *Mostra Internazionale d'Arte Cinematografica* de Venise. Le film déplaît à la critique et Glauber Rocha furieux de l'accueil s'en prend directement aux directeurs du festival de Venise accusés de favoriser un cinéma commercial ; il interpelle également Louis Malle, qui obtient un Lion d'Or pour *Atlantic City*, en le taxant de réalisateur de second plan. Les critiques fusent et laissent Glauber Rocha dans l'incompréhension totale : « On dit que je suis fou (...) mais il ne s'agit pas de folie, je suis à la recherche d'un autre cinéma, un film que le spectateur regarde comme s'il se trouvait dans un lit, dans une fête, dans une grève, dans une révolution »¹².

Qu'est-ce donc que ce film pensé comme une « révolution dans l'histoire du cinéma »¹³ et dont Rocha prévoyait une polémique « philosophico-

⁹Titre original: *A idade da terra*.

¹⁰Précision apportée par le cinéaste lui-même dans son film: « No dia em que Pasolini, o grande poeta italiano, foi assassinado, eu pensei em filmar a vida de Cristo no Terceiro Mundo (...) um Cristo que era venerado, revivido, revolucionado num êxtase da ressurreição (...) ».

¹¹« A vida de Cristo segundo o Apokalypse, logo é uma versão política dos 4 cavaleiros do Apokalypse », lettre de Glauber Rocha du 6 août 1978 à Daniel Talbot, dans Ivana Bentes, éd., *Glauber Rocha : cartas ao mundo* (São Paulo : Companhia das Letras, 1997), 636.

¹²Ivana Bentes, éd., *Glauber Rocha*, 454.

¹³Ivana Bentes, éd., *Glauber Rocha*, 636.

formelle »¹⁴ au moment de sa sortie ? *L'Âge de la Terre* est avant tout un film allégorique qui raconte le Brésil et son peuple à partir de son Histoire et à partir d'un cheminement allant de la genèse à nos jours. Relevant du collage et de la rime, utilisant les figures de styles telles que la métaphore, l'accumulation, le parallélisme et l'anaphore, ce film incompris au moment de sa sortie peut être perçu aujourd'hui comme une déconstruction baroque et poétique du langage cinématographique conventionnel. Des trente heures de pellicule tournées en trois mois, 152 minutes composent *L'Âge de la Terre* dont une des particularités – et non des moindres – est qu'il peut se regarder à partir de différents assemblages. Constitué de seize rouleaux de pellicule, le film est en effet conçu par Rocha comme un dispositif filmique sans ordre précis¹⁵. Les rouleaux sont ainsi à la fois des éléments autonomes et indépendants de la continuité narrative, et des éléments d'un système filmique global dépendant de l'agencement de ceux-ci. D'autres procédés filmiques intendent aux conventions cinématographiques. Le film inclut ainsi la présence du cinéaste dans diverses séquences où le spectateur le découvre donnant ses consignes de mise en scène et de direction d'acteur. Cette présence physique, comme celle de sa voix off intimant à ses acteurs de parler plus fort ou leur demandant de reprendre une scène, fait du hors cadre un hors champ filmique et de l'extra-diégétique un élément percutant de la diégèse. Le rapport entre le dedans et dehors, le hors cadre et le hors champ est posé d'emblée comme problématique cinématographique. La réaction des acteurs aux diverses injonctions, ou leurs présence entre-deux prises sont également conservées en faisant de ces coulisses filmiques une mise en perspective permettant de réfléchir non plus simplement au film mais au processus d'élaboration filmique.

Notons également l'extrême mobilité – pour la majorité des séquences – de la caméra. C'est une caméra inquiète qui s'oppose à « l'œil sans âme » théorisé par Bazin¹⁶. Elle se constitue comme prolongement du cinéaste pour restituer l'état psychique bouillonnant et tourmenté de ce dernier et de ses propositions cinématographiques. Elle met en image une « crise de la

¹⁴Ivana Bentes, éd., *Glauber Rocha*.

¹⁵Le DVD *A idade da terra* (São Paulo : Versatil, 2001) restitue ce dispositif en intégrant un programme permettant d'obtenir un montage aléatoire.

¹⁶André Bazin, « À la recherche du temps perdu : Paris 1900 », dans *Qu'est-ce que le cinéma?* (Paris : Cerf, 1958), I : 41.

représentation »¹⁷ y compris dans les séquences documentaires de ce film hybride qui mélange et transgresse les genres cinématographiques. Ainsi, l'une d'entre elles (0 :26 :30 – 0 :36 :43)¹⁸ est une longue interview du journaliste et historien Castelo Branco par le Christ Noir – à moins qu'il ne s'agisse simplement ici que de l'acteur qui l'incarne, Antonio Pitanga – . Un personnage fictionnel – le Christ Noir investi ou pas encore par l'acteur – côtoie ici un historien et intellectuel brésilien dont la particularité est d'avoir le même nom de famille que celui du premier militaire¹⁹ ayant incarné la dictature de 1964 au Brésil, le maréchal Castelo Branco²⁰ et dont il s'agira, en parti, dans cet interview. Ces éléments se superposent ainsi pour perturber le spectateur et pour rendre compte de la complexité du réel :

La séquence nous montre un tête-à-tête entre deux hommes intéressés par le passé dictatorial du Brésil. Dans cette séquence, où à un moment un miroir situé derrière les protagonistes fragmente et multiplie leur image, le Christ Noir/l'acteur Antonio Pitanga, un verre de wisky à la main, interroge :

- Il y a eu une révolution dans la révolution de 1964²¹ ?
- Oui, tu sais ce qui s'est passé au Brésil lors de la démission de Jânio Quadros²², c'est inutile de rentrer dans les détails (...) il y a eu une réaction militaire et civile très intense, avec la participation du congrès, avec l'appui de la classe moyenne et de la classe dirigeante, ils ont démit le gouvernement de João Goulart²³ en alléguant qu'ils voulaient sauver les institutions démocratiques (...) ces chefs civils et militaire de la révolution ont mis Castelo Branco au pouvoir (...).

¹⁷Ismail Xavier, *Sertão mar: Glauber Rocha e a estética da fome* (São Paulo: Cosac Naify, 2001), 131.

¹⁸Le 4e rouleaux (ou 4e chapitre) si l'on adopte la présentation par défaut proposée sur le DVD.

¹⁹Au contraire de ce qui s'est déroulé dans d'autres dictatures latino-américaines, la dictature militaire au Brésil s'est caractérisée par la présidence successive de 10 militaires au pouvoir.

²⁰Le dictateur s'appelait Humberto de Alencar Castelo Branco et l'historien s'appelle Carlos Castelo Branco.

²¹Les militaires ont appelé « révolution » le coup d'état militaire de 1964. Sur la dictature brésilienne et l'histoire du Brésil voir les recherches de Elio Gaspari : Elio Gaspari, *A ditadura envergonhada* (São Paulo : Ed. Schwarcz, 2002) ; Elio Gaspari, *A ditadura escancarada* (São Paulo : Companhia de Letras, 2002) ; Elio Gaspari, *A ditadura derrotada* (São Paulo : Companhia de Letras, 2004) ; Elio Gaspari, *A ditadura encurralada* (São Paulo, Ed. Schwarcz, 2004).

²²Président brésilien entre le 31 janvier et le 25 août 1961, qui démissionne pour des raisons obscures.

- Castelo, et le peuple dans tout ça ?
- Le président Medici²⁴, disait déjà, lors d'une visite au Nordeste, en pleine croissance économique que la nation allait bien mais que le peuple allait mal (...) ²⁵

La séquence exige, pour être correctement comprise, un savoir préalable du spectateur afin qu'il ne puisse se perdre dans les noms, les dates et les considérations. L'interview se termine sur l'embrassade des deux hommes visiblement satisfaits de leurs échanges informels, autour d'un whisky et face caméra. Les angles de prises de vue et les plans se sont multipliés comme pour saisir l'Histoire qui se raconte sous tous les angles possibles. La séquence surprend mais elle pose d'emblée le cinéma comme vecteur de connaissance et comme lieu à partir duquel peuvent s'énoncer des fragments d'Histoire. Les notions de « point de vue » et de « légitimité » se trouvent ici mises en perspective dans la mesure où nuls inserts d'images d'archives ne viennent étayer le propos du journaliste et historien Castelo Branco. Nulle image ne vient faciliter le travail de représentation mentale et de compréhension intellectuelle du spectateur. La parole qui raconte légitimement l'Histoire force le spectateur à produire ses propres images et attend de lui une attention active et participative.

L'hybridation des genres alliée aux aspects formels mentionnés précédemment, déconcertent le public et plaident de toute évidence pour un nouveau langage cinématographique et une nouvelle position spectatorielle radicalement opposée au processus d'identification. Le spectateur est ainsi invité à effectuer une lecture non linéaire de l'Histoire et, plus largement, du film en s'interrogeant sur les corrélations et les causalités produites par les séquences qui défilent et qui font alterner des lectures « fictivisantes » et des

²³Président du 7 septembre 1961 au 31 mars 1964, date du coup d'État militaire par la droite conservatrice.

²⁴Président du 30 octobre 1969 au 15 mars 1974.

²⁵Nous traduisons : « Castelo, houve uma revolução dentro da Revolução de 1964 / É, você sabe o que aconteceu no Brasil depois da renúncia do Presidente Jânio Quadros? Mas não vale a pena entrar em pormenores (...) ouve uma reação militar e civil muito intensa com participação no congresso, com apoio de classe media, com apoio de classes dirigentes empresariais, e derrubaram o governo de João Goulart sob alegação que estavam salvando as instituições democraticas (...) e os chefes civis e os chefes militares da revolução (...) elegeram o general Castelo Branco / Castelo, e o povo em tudo isso? Teve algum benefício com a Revolução? / Já dizia o Presidente Médici, em visita ao Nordeste, no auge do crescimento econômico do Brasil, que a nação ia bem mas o povo ia mal (...) »

lectures « documentarisantes »²⁶. Le spectateur est bousculé dans ses attentes et dans ses présupposés. Au-delà de ces mises en forme servant de terreau fertile à une réflexion quasi théorique sur ce qu'est le cinéma, il est à remarquer également que Glauber Rocha se sert d'images topographiques et spatiales que nous qualifions de signifiantes pour étayer son propos cinématographique. Ainsi, l'architecture particulière du film est à mettre en lien avec les différentes images de la ville de Brasilia, ville de la modernité et de l'avant-garde. L'image de cette ville constitue un rappel de l'appel au nouveau langage et à la modernité du cinéma. Le film s'ouvre²⁷ sur le lever du jour sur le palais présidentiel à Brasilia. Un long plan séquence de quatre minutes nous dévoile ce lieu de la modernité et du pouvoir tandis qu'un panoramique décale progressivement le regard du spectateur vers la gauche en un moment où le jour et la nuit semblent se confondre en appelant le spectateur à y voir le point de départ de nouvelles attitudes perceptives. De même les différents plans montrant des échafaudages et des constructions en cours dans cette ville vont dans le même sens pour indiquer que loin d'être figé en codes précis, le langage cinématographique est un *work in progress*, un travail toujours en cours.

2. Une anthropologie du Brésil

Darcy Ribeiro, un des plus influents anthropologues brésiliens du XXe siècle, ami de Glauber Rocha, considérait ainsi son travail : « Glauber a pu nous exprimer si fortement, nous les Brésiliens, dans ses films inégalés parce qu'il incarnait tout le peuple brésilien au cours de siècles de souffrance et de douleur »²⁸.

L'Âge de la Terre peut être compris comme une recherche anthropologique relevant de la note – filmique – de terrain et de la mise en forme – cinématographique – d'une expérience subjective de ce terrain. Dans cette perspective nous pouvons comprendre les incursions du cinéaste et l'hybridation des genres comme le paradoxe qui habite l'ethnologue lorsqu'il restitue sa

²⁶Roger Odin, « Le film documentaire, lecture documentarisante », dans *Cinéma et réalités*, CIEREC (Saint-Étienne : Université de Saint-Étienne, 1984), 263-278.

²⁷Si l'on prend le montage par défaut proposé par le DVD.

²⁸Nous traduisons : « Glauber pôde expressar tão fortemente nós, brasileiros, em seus filmes inigualáveis, porque ele encarnava todo o povo brasileiro em seus séculos de sofrimento e dor » (Darcy Ribeiro, *Confissões* (São Paulo : Companhia das Letras, 1997), 38).

recherche par l'écriture – et pour ce qui nous concerne ici, par l'écriture filmique :

« [Il] se trouve donc placé devant deux nécessités contradictoires. L'écrivain doit disparaître quand il s'agit d'exposer la marche d'un rite, et d'autre part il devra faire appel à toutes les ressources de sa personnalité pour rendre l'atmosphère de ce rite. Dans le premier cas il emploiera un style froid, voire plat (...). Dans le second il devra être un bon littéraireur »²⁹.

C'est le cas de Glauber Rocha qui traduit notamment le foisonnement de son terrain d'étude par la multiplication des agencements filmiques autour d'un Christ cristallisant les angoisses, les révoltes et le potentiel du peuple brésilien. Ainsi, en considérant les différents rouleaux³⁰ du film comme autant d'entrées possibles pour appréhender le Brésil nous voyons surgir des particularités anthropologiques fédératrices de croyances, de systèmes de valeurs et d'idéologies. Des fragments de mythes, de rites et de croyances populaires sont mis en tension avec des réalités politiques et économiques étayées sur des rapports d'exploitation et de domination. En considérant l'ordre proposé par défaut sur le DVD *L'Âge de la Terre* nous voyons les différents angles d'approches adoptés – au travers des seize rouleaux – par le réalisateur afin de construire un propos sur le Brésil concernant : l'origine ; la matrice identitaire ; le rite carnavalesque ; la mémoire de la dictature ; l'espace de la convoitise et de la domination étrangère ; le rite initiatique du Christ pêcheur (ou Christ Indien) ; l'affrontement de ce dernier avec une figure de la colonisation ; un espace diabolique habité par la mort et le désir de transgression ; le pèlerinage du Christ Noir ; le face-à-face de ce dernier avec la figure féminine du désir et de la prostitution ; le désespoir du Christ colonisateur ; la construction du Christ pêcheur et la danse des bonnes sœurs à travers les rues de la ville ; la procession et la parole politique du Christ Noir ; la parole politique du Christ colonisateur et sa confrontation avec Brahms accompagnée de la figure de la mort ; la parole de Glauber Rocha explicitant ses intentions d'auteur ; et enfin, la procession du Christ Pêcheur dans un espace (brésilien) de violence et de mort.

Le dénominateur commun entre toutes ces entrées est le cri et les bruits de tambours, le hurlement humain ou animal, le cri d'oiseau, la menace de

²⁹ Marcel Griaule, *Méthode de l'ethnographie* (Paris : PUF, 1957), 100.

³⁰ Réunis en « chapitres » dans le DVD.

mort ou le délire mystique. Le rite, la ferveur religieuse et la politique se constituent – en s’articulant et en s’opposant – comme l’étayage central des représentations cinématographiques et des composantes sonores de *L’Âge de la Terre*. A deux moments du film, Glauber Rocha énonce en voix off son point de vue et ses intentions d’auteur. La première fois surgit au cours de la séquence problématisant le Brésil comme espace de la convoitise et de la domination étrangère. Tandis que la figure de Brahm – l’impérialisme américain – se laisse aller à sa convoitise et à son mal, la voix de Rocha commente les images d’ouvriers construisant une pyramide au cœur de Brasilia : « À la fin du XXe siècle, la situation est la suivante : il existe des pays capitalistes riches ; il existe des pays capitalistes pauvres ; il existe des pays socialistes riches ; il existe des pays socialistes pauvres. En vérité, ce qui existe c’est un monde riche et un monde pauvre »³¹. (0 :41 :50 à 0 :42 :11)

Plus loin, une longue séquence met en perspective la voix off du réalisateur, tandis qu’à l’image un homme demande à une femme si elle a faim :

« Le jour où Pasolini, le grand poète italien, a été assassiné, j’ai pensé à filmer la vie du Christ dans le Tiers Monde. Pasolini a filmé la vie du Christ à l’époque où Jean XXIII a éclaté l’inertie idéologique de l’Eglise catholique vis-à-vis des problèmes des peuples sous-développés du Tiers-Monde en lien avec ceux de la classe ouvrière européenne. Cela a été une renaissance. La résurrection d’un Christ qui n’est pas adoré sur la croix, mais un Christ qui était vénéré, rendu vivant et révolutionnaire dans l’extase de la résurrection (...) Sur le cadavre de Pasolini, je pensais que le Christ était un phénomène nouveau, une civilisation primitive très primitive, très nouvelle. (...) C’est cinq cents ans de la civilisation blanche, portugaise, indienne et européenne mêlées à la civilisation noire. (...) »³² (2:06:05 à 2:15:34).

³¹Nous traduisons : « No final do século vinte a situação é o seguinte: existem os países capitalistas ricos e os países capitalistas pobres. Existem os países socialistas ricos e os países socialistas pobres. Na verdade o que existe é o mundo rico e o mundo pobre ».

³²Nous traduisons : « No dia em que Pasolini, o grande poeta italiano, foi assassinado, eu pensei em filmar a vida de Cristo no Terceiro Mundo. Pasolini filmou a vida de Cristo na mesma época em que João XXIII quebrava o imobilismo ideológico da Igreja Católica em relação aos problemas dos povos subdesenvolvidos do Terceiro Mundo e também em relação à classe operária europeia. Foi um renascimento. A ressurreição de um Cristo que não era adorado na cruz, mas um Cristo que era venerado, revivido, revolucionado num êxtase da ressurreição (...) Sobre o cadáver de Pasolini, eu pensava que o Cristo era um fenômeno novo, primitivo numa civilização muito primitiva, muito nova. (...) São quinhentos anos de civilização branca, portuguesa, europeia misturada com índios e negros. (...) »

Transversale aux différents rouleaux, la figure christique se trouve fragmentée en quatre Christs reconnaissables dans le film par le collier de dents d'animaux qu'ils portent autour du coup : le Christ Noir, le Christ militaire, colonisateur ou Christ Blanc ; le Christ Indien ou Christ pêcheur ; le Christ Guérillero³³. Ces figures cristallisent et illustrent des problématiques anthropologiques comme l'identité collective – incarnée par l'Indien, le Noir et le Blanc figurant la matrice identitaire de l'identité collective brésilienne – et les diverses processions issues du syncrétisme religieux mais aussi des fêtes subversives comme le carnaval. Dans le film, les fêtes populaires et les processions religieuses occupent huit séquences différentes en mettant en perspective une mobilisation active du peuple autour de ces rituels. Le morcellement du Christ en quatre figures est également à considérer dans une perspective politique et idéologique : le Christ symbolisant la foi et la victime innocente, sa vulnérabilité peut être vue comme une allégorie de l'Amérique Latine dans la vision tiers-mondiste de Glauber Rocha³⁴.

« Le Brésil est un grand pays. L'Amérique latine, l'Afrique, on ne peut seulement penser à un seul pays. Nous devons multinationaliser, internationaliser le monde au sein d'un régime de inter-démocratie avec la grande contribution du christianisme et les autres religions, toutes les religions. Le christianisme et toutes les religions sont les mêmes religions (...) »³⁵ (2 :15 :04 à 2 :15 :27).

À ces Christs parcourant le film, s'ajoute une figure diabolique, la figure du mal qu'incarne l'impérialiste américain John Brahm dont il convient de noter qu'il est corrompu – altéré, détérioré – de l'intérieur dans le mesure où il souffre d'un cancer. Une femme en rouge surgit quant à elle pour évoquer la mort. Tous ensemble, ces personnages dessinent les contours d'un Brésil flamboyant tiraillé, dès ses origines, par des rapports de dominations et par des problématiques identitaires.

³³Leur dénomination est changeante dans le discours de Glauber et dans le générique du film.

³⁴Comme en témoigne son manifeste du *cinema novo*.

³⁵Nous traduisons: « (...) O Brasil é um país grande, a América Latina, África, não se pode pensar num só país. Temos que multinacionalizar, internacionalizar o mundo dentro de um regime interdemocrático, com a grande contribuição do cristianismo e de outras religiões, todas as religiões (...) »

Portuguese Studies Review

PSR

PSR Previews : End of this article's preview



PORTUGUESE STUDIES REVIEW (PSR)

BIBLID | ISSN 1057-1515 print

ONLINE: through EBSCO and Gale/Cengage

JOURNAL HOMEPAGES: <http://www.maproom44.com/psr> (URL permanently valid)

and <http://www.trentu.ca/admin/publications/psr> (URL not valid after 05 June 2020)

© 2014-2019 Portuguese Studies Review and Baywolf Press | All rights reserved

Subscription Information: The *Portuguese Studies Review* (an imprint of Baywolf Press/Éditions Baywolf) appears in two issues a year, in (1) August-September and (2) January. The *PSR* Editorial Office is presently located at Trent University, Peterborough, Ontario, K9J 7B8, Canada. The *Portuguese Studies Review's* e-mail address is psr@trentu.ca. To contact Baywolf Press, direct inquiries also to psr@trentu.ca. All e-mail relating to the *PSR* is copied to the Baywolf Press office. Please visit our website at <http://www.trentu.ca/psr> or <http://www.maproom44.com/psr> for more information on subscriptions. Special rates are featured on our website, as is information for subscription agencies and resellers.

Manuscript Submissions: The *PSR* is a peer-reviewed journal (double-blind review process) devoted to promoting interdisciplinary scholarly study of the countries, regions, and communities that share, build on, or are transforming a Portuguese or Brazilian legacy. The *PSR* promotes a critical understanding of the historical and current evolution of political, economic, social and cultural networks incorporating Portugal, Brazil, and the various global or regional actors affected by Luso-Brazilian exploration, colonization, emigration, policy trends, trade agreements, and other linkages. The scope extends to all relevant parts of Europe, Asia, Africa, and the Americas. Contributions are invited from all disciplines. The *PSR* accepts papers combining pure and applied research. All articles are expected to be accessible to readers from diverse backgrounds.

Proposals and digital manuscripts should be sent to Prof. Ivana Elbl, Chief Editor, *Portuguese Studies Review*, Trent University, Peterborough, Ontario, K9J 7B8, Canada. Articles not exceeding 8,000 words are preferred (8,000 words exclusive of notes, tables, and graphics). Longer manuscripts will be considered, at the discretion of the Editors. Note format should follow the *PSR* house style (check our website). All manuscripts must include a 150-word abstract (articles in Portuguese, French, and Spanish should include an abstract both in the language of the paper and in English).

Submissions are to be made by e-mail, in a digital file. Reflecting new open (recoverable) data/open format approaches, *OpenOffice* is the journal's preferred standard for submissions (*i.e.* .odt data file format, native or saved as .odt from other software), followed by MS-Word, or (only in emergency) as an RTF file. PDF (encoded) submissions are strongly discouraged. The files *must* be IBM-compatible (Macintosh file formats will not be accepted). The *PSR* will not consider manuscripts currently submitted to another journal or press, or published or forthcoming elsewhere. If accepted, articles that do not follow the *PSR's* style (capitalization, note format, *etc.*) will be required to conform prior to publication. Unsolicited book reviews will be accepted only at the discretion of the Editors.

The *Portuguese Studies Review* declines all responsibility, direct, imputed, derivative, or otherwise legally construed, for statements of fact or opinion made by contributors to the *PSR*.

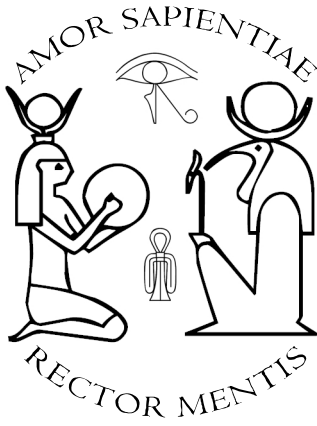
© Baywolf Press/Éditions Baywolf and *Portuguese Studies Review*, 2014-2016. All rights reserved.

Claims for issues not received must be sent to the Editorial Office within three months of the date of publication of the issue. Changes of address should be reported promptly. The *Portuguese Studies Review* will not be responsible for copies lost owing to a failure to report a change of address. The *Review* cannot mail subscription copies to temporary summer or field research addresses.

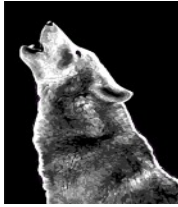
Correspondence regarding editorial matters, contributions, and books for review should be sent to Prof. Ivana Elbl, Chief Editor, *Portuguese Studies Review*, Trent University, Peterborough, Ontario, K9J 7B8, Canada. **Permissions to Reprint:** Contact Martin Malcolm Elbl, Managing Editor, *Portuguese Studies Review*, Trent University, Peterborough, Ontario, K8J 7B8. **Advertising:** The *PSR* has ceased accepting advertisements. If you wish to link us, on your website, we shall reciprocate by linking you on our website.

Articles appearing in this journal are abstracted and indexed in the *Historical Abstracts*, *America: History and Life*, *Sociological Abstracts*, and *Worldwide Political Science Abstracts*. The *Portuguese Studies Review* is networked through EBSCO, Gale/Cengage, and has reached an agreement with ProQuest.

Previews of this journal are available on Google Books.



Baywolf Press



le tems revient

Lorenzo de' Medici, 1475

PREPARED IN JANUARY 2016
FOR
BAYWOLF PRESS
IN
PETERBOROUGH, ONTARIO

VOLUME 22 • NUMBER 2

PORTUGUESE STUDIES REVIEW

WINTER 2014



ISSN 1057-1515